

Fevereiro de 2009 • Ano 6 • nº 47

www.desafios.ipea.gov.br

desafios

ipea

do desenvolvimento

Exemplar de Assinante



As incertezas de 2009

Flexibilização no controle do mercado financeiro pelos países ricos
abre espaço para crise global sem precedentes

PEDRO DEMO

"Nenhuma criança, por mais pobre que seja, precisa de três anos para se alfabetizar"

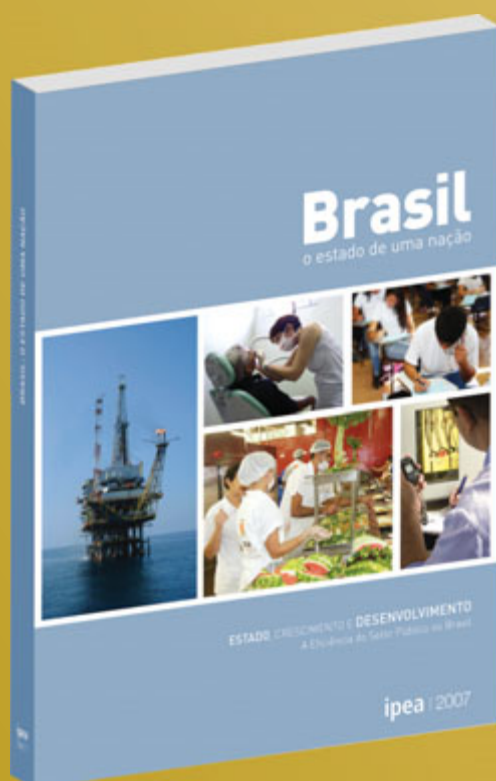
ENCHENTES

Tradicionais chuvas de verão matam, desabrigam e causam prejuízos. Com prevenção, tudo pode ser amenizado

MUNICÍPIOS

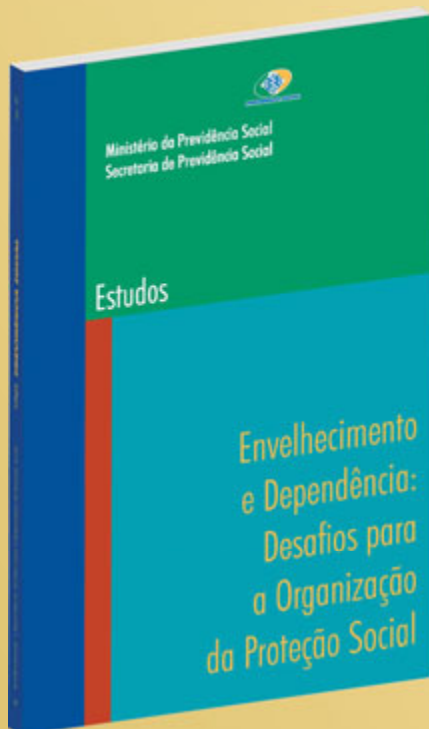
Lula se antecipa à já tradicional marcha dos prefeitos e propõe pacote de obras para as cidades

Lançamentos



Já disponível na
livraria do Ipea

Acesse gratuitamente no www.ipea.gov.br



Carta ao leitor

A humanidade comemorou, meio apreensiva, o rébellion da virada do século, diante das incertezas provocadas pelas informações divulgadas à exaustão durante os meses que antecederam a data. Era o chamado *bug* do milênio, fenômeno que afetaria a rede mundial de computadores com a capacidade de provocar panes do simples computador doméstico aos sofisticados sistemas de defesa das superpotências. No meio disso tudo nasceria o caos, que derrubaria aviões, interromperia os serviços de energia elétrica e comunicações, entre outras tragédias, menores ou maiores – a depender da fonte. Ou seja: o planeta seria obrigado a fazer uma viagem no tempo, praticamente de volta à idade das trevas. Nada disso aconteceu.

As comemorações do dia 31 de dezembro também foram em meio a apreensões gerais, desta vez sem o roteiro típico dos filmes de ficção. Oitenta anos depois da “Grande Depressão” que atingiu os Estados Unidos e se espalhou pelos continentes, o Ano-Novo nasceu marcado pela crise econômica que começou a dar sinais de vida no último trimestre 2008. Crise também iniciada pela economia norte-americana e que igualmente está chegando a outros países, desenvolvidos ou não. O liberalismo econômico, muito festejado nas últimas décadas, deu aos chamados “mercados” liberdade irrestrita, sem nenhum controle do Estado. Hoje, os grandes defensores desta tese se rendem aos ensinamentos de John Keynes, que banidos, durante muito tempo, das conversas, dos “negócios” de Wall Street e de outros importantes centros financeiros ocidentais, voltam a ser discutidos e implementados.

Ao contrário do suposto *bug* tecnológico, a crise financeira está aí. O assunto é tema de, praticamente, toda esta edição da **Desafios**, que sofreu modificações editoriais com a finalidade de melhor cumprir seu objetivo de abrir o debate sobre assuntos relacionados desenvolvimento humano, social e econômico. Procuramos ouvir especialistas sobre o que os países – e, principalmente, o Brasil – podem esperar dos próximos meses. Será, sem dúvida, um período difícil. Mas nada impede que se deseje ao prezado leitor e à estimada leitora um Feliz 2009. Até porque, seguramente, o mundo não vai acabar.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br> Ouvidoria:
<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios
www.desafios.ipea.gov.br do desenvolvimento

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estandisla Maria
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Dóris Magda Tavares Guerra
CONSELHO EDITORIAL Carlos Sávio, Estandisla Maria,
Jorge Abrahão, Junia Conceição, Marcio Bruno Ribeiro,
Maria da Piedade, José Aparecido Ribeiro, Luciana Acioly,
Dóris Guerra e Geraldo Seabra

Redação

EDITOR-CHEFE Marco Antônio Moreira
EDITOR-EXECUTIVO Gilson Luiz Euzébio
BRASÍLIA Erich Decat, Raphael Souza e Márcio Falcão
RIO DE JANEIRO Paulo Vaz
EDITOR DE ARTE Thiago Luis Gomes
JORNALISTA RESPONSÁVEL Marco Antônio Moreira

Colaboradores

FOTOGRAFIA Josemar Gonçalves
TEXTO Lúcia Berbert
ILUSTRAÇÃO Antônio Schonart
REVISÃO Francisco de Paula
FOTO DA CAPA Daniel Wiedemann/Dreamstime

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br
(061) 3315-5251

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A
REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA,
PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade

VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA
RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEN, 868, CURITIBA-PR
CEP. 80230-100 – FONE: (41) 3018-9695
E-MAIL: VIRTUALPUBLICIDADE@VIRTUALP.COM.BR

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

desafios

do desenvolvimento

Sumário

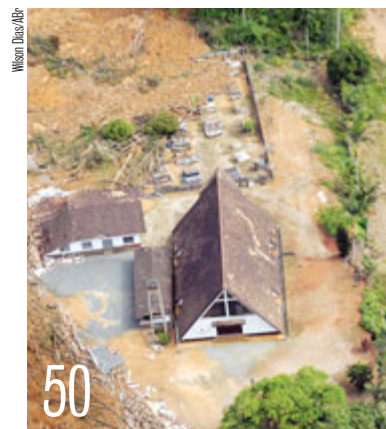
- 10 Entrevista – Pedro Demo**
É preciso repensar a alfabetização das crianças pobres
- 18 Macroeconomia – Sinal de alerta**
Liberalismo dos países ricos provoca crise econômica no mundo
- 28 Agronegócio – Por uma nova política agrícola**
Produtores se queixam das dívidas e pedem um novo modelo para o setor
- 36 Ação parlamentar – Projetos que podem mudar a vida do cidadão**
Congresso volta do recesso prometendo priorizar a reforma tributária
- 48 Cidades – Uma tragédia anunciada**
Chuvas de verão voltam a fazer estragos, que poderiam ser evitados
- 56 Municípios – Contabilizando prejuízos**
Prefeitos tomam posse temendo redução na arrecadação de impostos
- 64 Plano de defesa – Soberania nacional**
Governo chama sociedade para discutir novo papel das Forças Armadas
- 72 Melhores práticas – Integração de projetos rende prêmio a Osasco**
Programas de transferência de renda e geração de emprego da Prefeitura merecem destaque
- 78 Seguro social – Um país de cabeça branca**
Crescimento da população idosa obriga mudanças no governo e na sociedade

Seções

- 6 Giro**
- 44 Controvérsia**
- 76 Circuito**
- 81 Agenda**
- 82 Estante**
- 84 Indicadores**
- 86 Cartas**

Artigos

- 27 Vida, cidade e sentimento**
Inaê Elias Magno da Silva
- 43 O setor público municipal**
Roberta da Silva Vieira
- 55 A importância da cidade média**
Diana Motta e Daniel da Mata
- 71 Educação profissional e tecnológica**
Luiz Augusto Caldas Pereira



Desempenho

Indústria do DF tem alta de 8,3% no faturamento

As indústrias do Distrito Federal tiveram alta de 8,36% no faturamento, entre janeiro e outubro do ano passado, de acordo com a 60ª edição da Pesquisa Indicadores de Desempenho da Indústria, divulgada pela Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra). No entanto, o resultado indica o não-cumprimento das metas de crescimento de 2008, que era de quase 11%. Houve diminuição de 3,57% do faturamento em outubro, em comparação com setembro. Mas foi registrado avanço de 8,44% em comparação a outubro de 2007. Com relação ao quadro de trabalho, houve incremento de 3,68% no ano.

Porém, a avaliação é que o setor industrial não atingirá a meta prevista em 4%. Em outubro, houve recuo de 0,24% em relação a setembro. Em comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento ficou em 1,61%. A indústria do DF operou com 66,10% de sua capacidade instalada em outubro. Nos dez primeiros meses de 2008, o índice atingido foi de 66,65%, acima dos 63,06% entre janeiro a outubro do ano anterior. Para 2009, os empresários projetam queda nos três primeiros meses do ano.

Meio ambiente

Divulgação

Mais proteção para baleias e golfinhos

Baleias como a jubarte, mink, orca, baleia azul, franca e bryde e várias espécies de golfinhos, entre eles o rotador, já podem desfrutar a costa brasileira como um santuário de preservação, proteção e de uso não letal de suas espécies. Decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirma o interesse nacional no campo da preservação e proteção desses cetáceos, permitindo a pesquisa científica e o aproveita-

mento turístico ordenado.

Com a norma, o Brasil marca sua posição internacional em relação a outros países que defendem a caça. Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a nova lei abre espaço para a luta de se transformar todo o Atlântico Sul em um grande santuário, aumentando ainda mais a área de preservação. Ao transformar o Brasil em santuário, o governo preten-

de dar um recado aos predadores, para que eles não pratiquem atos contrários à preservação dos cetáceos.

O decreto diz que a União promoverá, por meio de canais diplomáticos e de cooperação competentes, a atuação do Brasil nos foros internacionais, a articulação regional e internacional necessária a promover a integração em pesquisas e outros usos não-letais dos cetáceos.



Tempos de crise

Empresários mineiros mantêm o otimismo

Apesar da crise financeira mundial, 44% dos empresários mineiros de micro e pequenas indústrias de transformação acreditam no aumento do faturamento no último trimestre do ano passado. O resultado será divulgado nos próximos dias.

A expectativa é apontada pela Sondagem Trimestral feita com 1.028 entrevistados dos segmentos de vestuário, alimentos, metalurgia, móveis, minerais não-metálicos, calça-

dos, química e têxtil. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead).

A previsão otimista é confirmada, principalmente, pelos empresários dos segmentos de calçados e vestuário, como possível reflexo da produção da coleção de verão e do aquecimento do mercado no final do ano. E também do segmento de alimentação, em razão das festas natalinas.

Nos segmentos têxtil e de metalurgia estão os maiores percentuais de empresários que acreditam que o faturamento do último trimestre será inferior ao do terceiro trimestre deste ano. A pesquisa aponta ainda que a maioria dos empresários (77,2%) espera estabilidade no número de empregos e no valor dos preços dos produtos e serviços (81,4%). Para 47,7% dos entrevistados a produção física deverá se manter estabilizada.

O Nordeste continua muito pobre e carente

A população pobre que vive na Região Nordeste é a que está mais distante de vencer a barreira da linha da pobreza. A constatação faz parte do Mapa de Pobreza e Desigualdade, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Nordeste, a distância média dos pobres em relação ao parâmetro da linha de pobreza é de 28,6%. O índice é bastante superior à média nacional, de 10,7%. Por conta disso, a região

é a que mais necessita de investimentos públicos que permitam a essa parcela de brasileiros superar a barreira da pobreza.

O mapa foi produzido pelo IBGE em parceria com o Banco Mundial com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do período de 2002 a 2003 e do Censo 2000.

Segundo o levantamento, na outra ponta aparece a Região Sul, que revelou a melhor situação do País, não apresentando

nenhum município com uma distância da linha de pobreza superior a 25%. Em seguida, aparecem as regiões Centro-Oeste, com 3,6% dos municípios nessa situação; Sudeste (5,6%) e Norte (13,1%).

“Para um gestor de políticas públicas é importante conhecer quais as áreas onde a pobreza se apresenta mais severa, indicando a necessidade de estabelecer prioridades”, destaca o documento do instituto.



Valter Campanato/ABR

Caixa inicia 2009 reduzindo taxas de juros

A Caixa Econômica Federal (CEF) promove, a partir de janeiro, uma redução de suas taxas de juros, para ampliar suas operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas. Ao todo, o custo de 21 linhas de empréstimo será reduzido, motivado pela redução do custo de captação previsto para 2009.

“O bom desempenho da instituição em 2008 nos motivou a reduzir significativamente essas taxas, principalmente para pessoa física”, explicou a presidente do banco, Maria Fernanda Ramos Coelho.

O cliente que fizer um empréstimo de R\$ 1 mil a ser quitado no prazo de 24 meses pagaria em dezembro prestações de R\$ 60,68 – considerando a taxa mensal de consignado cobrada antes (2,99% a.m.). Com a redução dessa taxa para 2,50%, o valor das parcelas cai 5,63%, ficando em R\$ 57,60.

Turismo de negócios terá maior incentivo

O Instituto Euvaldo Lodi de Minas Gerais (IEL-MG) vai coordenar e executar as ações de três convênios criados para fomentar o turismo de negócios em Belo Horizonte. A iniciativa, que prevê investimento da

ordem de US\$ 5,2 milhões no setor, é resultado de parceria entre a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo do Estado.

Os recursos serão aplicados na capacitação de profissionais, formulação de diagnósticos e planos de ação. Já estão definidas a criação de uma rede de turismo de negócios e de agenda única de eventos do setor.

Rede pública terá 500 mil vagas

Trinta e oito institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets) foram criados por projeto de lei sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os institutos fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e aumentam o número de vagas em cursos técnicos de nível médio, em licenciaturas e em cursos superiores de tecnologia.

Os Ifets surgiram a partir da rede federal de educação profissional, formada pelos centros fe-

derais de educação tecnológica (Cefets), agrotécnicas e escolas vinculadas às universidades. Assim, os institutos nascem com 168 campi. A meta é chegar a 2010 com 311 campi e ampliar as vagas de 215 mil para 500 mil. A previsão é de que metade das vagas dos Ifets seja destinada ao ensino médio integrado ao profissional. Na educação superior, receberão destaque cursos como os de engenharia e bacharelados tecnológicos.



José Paulo Lacenda

Governo fixa metas contra o desmatamento

O governo brasileiro quer reduzir em 72% o índice de desmatamento na Amazônia até 2017. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima prevê a redução de 40% no primeiro quadriênio, 30% no segundo e 30% no terceiro, atingindo 5 mil Km² em 2017. Isso equivale a 4,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) a menos na atmosfera. O documento aponta outras medidas a serem tomadas nas áreas de produção de energia elétrica, álcool, biodiesel e carvão.

O documento, elaborado com a participação de 17 ministérios, traz, pela primeira vez, metas voluntárias nacionais para redução de emissões de gás carbônico provocadas pelo desmatamento. As metas de redução têm como base a média de desmatamento entre 1996 e 2005 que é de 19 mil km².

No Brasil, o desmatamento e as queimadas são responsáveis por 75% das emissões de gases causadores do efeito estufa. O estabelecimento de metas de redução de emissões - que enfrentava resistência no governo brasileiro - só foi possível porque mudou a relação política dentro do governo e a percepção da sociedade e de outros segmentos sobre o tema.



Jefferson Ruy/ANMA

Rondônia

Comunidades rurais ganham 30 bibliotecas

Comunidades rurais do Estado de Rondônia receberam 30 bibliotecas do Programa Arca das Letras. A iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como objetivo incentivar a leitura e facilitar o acesso a livros em assentamentos, comunidades de agricultura familiar e remanescentes de quilombos.

“O programa implanta bibliotecas em comunidades rurais e tem um acervo voltado para o interesse de cada comunidade. Ao mesmo tempo, forma e capacita os agentes de leitura, que são pessoas da comunidade, indicadas pelos moradores, que ficam responsáveis pelo empréstimo dos livros e pelo incentivo à leitura

no meio rural”, explicou Cleide Soares, coordenadora nacional do programa.

O custo é baixo porque ele conta com muitas doações, explicou Cleide Soares. “O Arca das Letras é muito feito por doações, com apoio de vários parceiros. No caso das bibliotecas de Rondônia, contamos com o apoio da Eletrobrás, que também patrocinou a fabricação das arcas por jovens em situação de risco social na Paraíba”. O programa começou em 2003 e, até outubro de 2008, havia implantado 5.465 bibliotecas em todo o País, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Marcello Casal JR/ABr



São Paulo

Quilombo consegue registro imobiliário das terras

Após 14 anos de tramitação na Justiça, a área Ivaporunduva, em Eldorado, no Vale do Ribeira (SP), foi reconhecida como remanescente de quilombo. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem agora prazo de 30 dias para fazer o registro imobiliário das terras.

Segundo o MPF, a comuni-

dade de Ivaporunduva é a mais antiga do Vale do Ribeira e teria surgido no século 17 por causa da mineração. Boa parte da área é formada por terras devolutas do Estado de São Paulo. A decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região só pôde ser confirmada devido a um acordo entre a União e o governo de São Paulo de não recorrer da determinação judicial.

O relator do acórdão, juiz federal convocado Hédio Nogueira, afirmou em seu voto que as evidências históricas e antropológicas, somadas aos costumes revelados pelas fotografias anexadas aos autos, além da aparência das pessoas que constituem a comunidade, comprovam “satisfatoriamente” o marco histórico da propriedade da área pelos quilombolas.

Consea abre o debate com outros países

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) incluiu a questão das mudanças climáticas e sua interferência no direito à alimentação adequada como pauta para este ano. “As mudanças climáticas estão aí, principalmente o aquecimento global, e isso pode alterar algum regime de produção. Queremos fazer uma discussão mais aprofundada, ainda não há nenhum debate que tenhamos feito com esse foco. É um tema bastante relevante e prioritário para nós” afirma a conselheira Gleyse Peiter, do Consea.

Na agenda internacional, o Consea pretende ampliar a par-

ticipação, especialmente nos acordos do Mercosul. De acordo com Gleyse, a idéia é incluir a questão da segurança alimentar e nutricional em todos os acordos e tratados entre o Brasil e os países do bloco. “Nossa atuação tem sido no sentido de privilegiar a segurança alimentar e nutricional, o direito humano à alimentação adequada e

a soberania como pauta de todos os acordos e tratados internacionais que o Brasil faz. Que o posicionamento do governo brasileiro leve em consideração essa discussão. Que isso possa fazer parte dessas agendas”, disse. Além dos países do Mercosul, o Consea pretende levar sua experiência às demais nações da América Latina e Caribe.



Artesanato de Mato Grosso nos EUA e Europa

A consultora para Comércio Justo da organização não-governamental Onda Solidária Ana Asati visitou em, Cuiabá, núcleos produtivos de artesanato para conhecer novas peças e divulgar informações sobre os contatos que vem fazendo com redes de comércio justo na Europa e Estados Unidos em busca de novos mercados. Segundo ela, já foram feitos contatos com importadores.

“Estamos negociando com a Servv, uma importadora americana que existe desde a década de 1940 e tem mais de 300 lojas. Eles vendem também por catálogo e distribuem mais de um milhão de unidades por ano”, conta Ana, acrescentando ainda que a negociação com este tipo de importador é sempre difícil porque eles trabalham com contratos de longo prazo e avaliam a capacidade de produção e entrega dos produtos. “Normalmente são compras constantes, com frequência mínima de duas vezes ao ano”, explica.

Segundo a consultora, representantes da Servv estão com um catálogo de exportação, produzido pelo Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (Sicme) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Editado em quatro idiomas - português, inglês, espanhol e francês - e em duas versões (digital e impressa), o catálogo é uma ferramenta para divulgar o artesanato mato-grossense.

Medalhista orienta atletas do futuro

O medalhista olímpico Joaquim Cruz (foto) lançou o livro *Joaquim Cruz - Estratégias de Preparação Psicológica: da Prática à Teoria*. Patrocinado pelo Serviço Social Indústria (SESI), o livro conta a sua trajetória como atleta e mostra as estratégias utilizadas por ele para manter o desempenho nas provas e superar oscilações da carreira, mesmo sem contar com apoio psicológico. Foi escrito em parceria com a psicóloga Kátia Rubio.

O ex-atleta, hoje treinador, vive nos Estados Unidos e afirmou que o livro parecia um projeto distante. Cruz afirmou que para conseguir conversar com a psicóloga usava a meia hora que levava para se deslocar para o trabalho. “Nós conversávamos nesse intervalo de tempo porque eu tinha atletas para treinar”, disse.

Joaquim Cruz ganhou a primeira medalha de ouro olímpica em prova de pista nos jogos de Los Angeles em 1984, quando venceu os 800 metros rasos. Enfrentar as dificuldades e persistir no sonho de ser um grande atleta rendeu também a Joaquim Cruz a quebra do recorde brasileiro e sul-americano sete vezes nas provas de 800 e 1.500 metros.



Marcello Casal Jr/ABR

Pedro Demo

Josemar Gonçalves



“Democracia e
distribuição de renda,
só com educação”

Referência nacional na área de metodologia científica, lido por estudantes de Ciências Sociais de todo o País e pesquisador dedicado das questões que envolvem a cidadania popular e a emancipação política, o sociólogo Pedro Demo recebeu a reportagem, com a polidez habitual, numa manhã chuvosa de dezembro. A entrevista aconteceu no escritório de sua casa, diante das estantes que guardam, em ordem cronológica de publicação, os 76 livros de sua autoria

Por **Raphael Souza**, de Brasília

Desafios — Ao observar a história econômica brasileira, percebemos a aplicação de alguns grandes modelos de desenvolvimento durante determinados períodos de tempo, da substituição de importações e industrialização após a crise de 1929 à abertura de mercados e privatizações da década de 1990. Estamos, nos últimos anos, diante de um novo modelo de desenvolvimento econômico?

Pedro Demo — Vivemos hoje um período com novidades bastante interessantes. Lula e o PT mudaram bastante, mas para mim não deixa de ser uma grande surpresa o governo Lula ameaçado de ser considerado o melhor governo republicano da história do País. Tudo bem, ainda que tenhamos que reconhecer que o êxito dele seja pela direita, e não pela esquerda, e isso seja algo muito interessante que acho que vai dar muita tese de mestrado e doutorado. As idéias que colocaram uma sedimentação forte nessa proposta envolvem, primordialmente, um certo alinhamento da economia com o mercado, com a estabilidade, com o combate à inflação. A própria presença do [presidente Henrique] Meirelles no Banco Central também chama muita atenção. Foi um grande golpe de mestre do presidente Lula não chegar tentando destruir tudo que esta-

va por aí. Pela esquerda, ele tem um êxito relativo, mas também um êxito importante, a idéia de melhorar a distribuição de renda, que é o Bolsa-Família. Ainda que isso não satisfaça, na minha opinião, as necessidades sociais do País. Mas o Bolsa-Família é fundamental, porque atende um monte de famílias. É um grande programa, no sentido de que tem uma grande cobertura, muito diferente de programas anteriores do Fernando Henrique, então ajuda muitas pessoas. Agora isso acaba apenas aliviando a pobreza absoluta. Não se toca na pobreza relativa, porque a concentração de renda continua, também porque é difícil combater isso de maneira mais sistematizada. É um traço histórico de nosso País, infelizmente. Mas eu não poderia negar que houve muita coisa interessante, muito surpreendente, principalmente essa questão do equilíbrio de uma guinada à direita que deu certo e de uma certa presença da esquerda que enfatiza mais, em algumas políticas, as pessoas de baixa renda. Como, por exemplo, é inegável essa abertura de crédito ao pobre. Muita gente comprou carro, nunca se viu tanto carro na rua, gente andando de avião. En-

tão isso realmente deu um certo ar de que nós estamos nos civilizando com um capitalismo menos perverso. Mas não resolvemos os problemas de fundo, que são os problemas de concentração de renda. E hoje, com essa crise toda, já não se fala mais nem em crescimento econômico como se falava.

Desafios — E desenvolvimento envolve um conceito bem mais amplo.

Demo — Claro, em desenvolvimento, temos aí uma tradição grande de pensamento nessa área aqui no Brasil, figuras que tentaram, de certa maneira, trazer mais para frente outras questões, como a cidadania, a possibilidade de redistribuir renda, e não somente distribuir. Quer dizer, nós fazemos apenas a distribuição, que é sempre marginal. O próprio Bolsa-Família, se você olhar no orçamento, consome uma parcela muito pequena. Temos que pensar em algo que fosse redistribuição, e não só distribuição. Mas, mesmo assim, acho que fazer uma boa assistência, efetiva, ampla, para as pessoas que precisam comer é uma coisa muito importante, e esse governo conseguiu isso.

Desafios — O sucesso do governo estaria, então, em conseguir atingir um equilíbrio relativo entre esses dois lados?

Demo — Mas o êxito maior veio da direita, pois as bases da política econômica permaneceram, uma coisa muito surpreendente. O Lula se desvinculou muito do PT. Ele é um petista que assume posturas próprias diferenciadas. Depois dele, no PT não tem mais ninguém para concorrer à presidência. Quer dizer, é uma figura que, realmente, para quem gosta de estudar lideranças, carismas, o Lula trouxe aí um material que acho que vale uma tese de doutorado na academia.

Trajetória intelectual

Pedro Demo, 67 anos, morador de Brasília, graduou-se em filosofia no Brasil na década de 1960 e seguiu para fazer seu doutorado na área de sociologia na Alemanha, onde se formou no início da década de 1970. No retorno ao Brasil, teve passagens rápidas por universidades cariocas até ser convidado a integrar o quadro de pesquisadores do Ipea, em 1975. No instituto, permaneceu até 1994, salvo breve intervalo, entre 1982 e 1983, quando retornou para a Alemanha para obter o pós-doutorado na área de metodologia científica. Foi professor-titular da Universidade de Brasília até 1994, quando se aposentou, além de secretário-geral adjunto do Ministério da Educação (1979-1983), secretário executivo do Ministério Extraordinário para a Desburocratização (1984-1985) e secretário nacional dos Direitos da Cidadania (1993-1994). Obteve, ainda, outro pós-doutorado, na área de sociologia da educação, em 2000, na Universidade da Califórnia-Los Angeles (UCLA). É o autor, dentre outras publicações, de *Metodologia Científica em Ciências Sociais e Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*.



Desafios — E o que possibilitou isso, essa espécie de combinação de popularidade entre as populações de baixa renda e, por exemplo, grandes instituições financeiras?

Demo — Eu acho que é um fenômeno muito interessante. Arrisco-me a dizer que todos os governos são muito contraditórios. Talvez tenhamos, na academia, a expectativa de governos ideologicamente purificados, bem alinhados, quando na verdade são coalizões. Aqui no Brasil não dá para fazer um governo sozinho, de só um partido. Imagina o que não entra de visões distantes nessas coalizões. Às vezes só parecem distante, também, porque o PT também aprontou o que pôde e se aproximou muito dos outros partidos. Hoje eu diria que o PT é, certamente, um partido comum. Mas acho, também, que é muito talento do presidente Lula. Ele conseguiu compor um leque de contradições que funciona. De um lado, uma visão de direita que ele herdou do Fernando Henrique, não estragou. Foi um entendimento de não chegar no governo e destruir tudo que se tinha feito. Se quer fazer uma lei nova, que haja uma transição, algumas continuidades. Ele não pensou que o PT ia chegar lá e reinventar a roda. Ao mesmo tempo, ele foi pela via mais dele, mais de esquerda, de cuidar do pessoal mais simples. Ai fez muita coisa. Há muito o que criticar, evidentemente. Como mencionei, o Bolsa-Família, essa assistência, já é, de certo modo, assistencialista. Não tem uma porta de saída, ainda que o Ministério do Desenvolvimento Social tenha agora uma nova secretaria de oportunidades econômicas. Então há esse cuidado, também, com todo o trabalho de economia solidária, com o Paul Singer. Então há de se reconhecer que o governo tentou, bastante, ficar do lado das populações mais pobres e obteve um

grande retorno político disso, como mostra sua popularidade. E na vida o que funciona realmente são contradições, não são coisas paradas, alinhadas. Precisa ter confronto, motivação. Então podemos dizer que a população de baixa renda teve alguma chance nesse governo.

Desafios — A balança pesa mais para algum lado?

Demo — Dentro do sistema, o que predomina, de certa maneira, é o lado fiscal. O Meirelles, por exemplo, tem um discurso extremamente rigoroso. O Lula já tem um discurso mais solto. O [vice-presidente José] Alencar mais solto ainda. E fica essa aparente contradição no ar, mas que vai sendo comandada pelo lado mais rigoroso, do cuidado da inflação. Isto predomina, de longe, aos efeitos sociais, na minha opinião. Os efeitos são muito importantes, mas são caudatários. Porque, no fundo, também, o Bolsa-Família é uma política neoliberal, no sentido de que repassa para os pobres uma parte muita pequena do orçamento, que embora comparando historicamente já seja imensa, objetivamente é aquilo que o mercado pode dar sem ser perturbado.

Desafios — Recomendada inclusive por instituições como o Banco Mundial e o FMI.

Demo — Claro, todo mundo recomenda porque você acalma a pobreza, e não mexe no sistema.

Desafios — Há algum eventual obstáculo para esse equilíbrio num futuro próximo?

Demo — Lula encontrou um meio-termo entre o que é necessário para estar alinhado ao contexto financeiro mundial e à globalização e o trato social que consegue, pelo menos, manter as aparências. Na parte social, estamos empurrando com a barriga, porque também não se vislumbra uma grande solução.



Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa viveu um período de crescimento econômico fantástico. Mesmo assim, a proposta da social-democracia em sua plenitude só ficou realmente bem resolvida nos países mais centrais

Desafios — O senhor vê semelhanças deste nosso processo com o de outros países ou ele é único?

Demo — Na América Latina, o Brasil tomou um pouco a dianteira, e todos os países estão hoje, de alguma maneira, tentando imitar, neste sentido de equilíbrio entre política social de esquerda e política econômica de direita. O Bolsa-Família está fazendo moda no mundo todo. O diferente aqui é o tamanho do programa, o tanto de famílias incluídas. Aqui não é um programa de fachada, é um programa enorme.

Desafios — O senhor mencionou que estaríamos, no Brasil, caminhando para um modelo de capitalismo menos perverso. Mas essa não foi a grande proposta, durante décadas, da social-democracia europeia, um modelo que por lá chegou a um ponto de esgotamento? Por quanto tempo é possível sustentá-lo no Brasil?

Demo — Essa comparação é mais complicada. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa viveu um período de crescimento econômico fantástico. Mesmo assim a proposta da social-democracia em sua plenitude só ficou realmente bem resolvida nos países mais centrais. E eles tinham um sindicalismo muito aguerrido, forte, bem organizado. Junto com os investimentos maciços dos norte-americanos na região, a partir do Plano Marshall, principalmente na questão da infra-estrutura. Mais todo um conluio de fatores que produziam o Welfare State, que, como lembrei, nunca foi geral no capitalismo, foi produzido aí em apenas uma dúzia de países, no máximo. Imaginar que o capitalismo mundial no período se tornou social-democrata é um grande equívoco. Mas dali surgiram democracias interessantes, propostas interessantes. Estive na Alemanha, no final da década de 1960, e o seguro-desemprego deles era uma glória. Você nem queria voltar para o merca-

do de trabalho, de tão elevado que ele era. As leis de previdência, a mesma coisa. Mas eu interpreto que isso foi muito mais conquista da cidadania vigorosa que a Europa tinha. Mas aí veio também a grande ironia: quando você tem muito bem-estar, você também se acomoda, porque o Estado vai lhe arrumando a vida, lhe garantindo as coisas e você já tem uma vida tranquila, então se desarma. Aí veio a crise do petróleo, o capitalismo começou a voltar à sua forma mais pura, surge o neoliberalismo, e foram restringidos os gastos públicos nessa área. O que era de se esperar, porque o capitalismo precisa dos recursos para ele mesmo, para investimentos na infra-estrutura, na produção. O que vai para a população iria no máximo via salário, não por outras iniciativas. Acho que essa comparação é difícil porque nunca tivemos propriamente um Welfare State aqui. Nunca tivemos cidadania suficiente para isso. O Brasil nunca teve resolvida a questão da educação básica. Nós vamos nos arrastando, em certa medida. Não temos todas essas condições. Aqui dependemos muito de um bom príncipe, o que é uma tese muito complicada na ciência política e na sociologia, porque quando a gente depende um bom príncipe, o problema é o príncipe ser bom. Então alguma coisa houve nos últimos anos, alguns avanços no governo Fernando Henrique, outros no de Lula, mas dependemos muito ainda de fatores que não vêm da cidadania popular. A população não tem qualidade democrática suficiente, por exemplo, para pressionar o governo por mudanças, para exigir dos políticos um outro comportamento, um outro tipo de eleição mais rígida, que tire do cenário toda essa malandragem política que nos aflige, esses índices de corrupção

Tem que rever a pedagogia inicial. É de um instrucionismo sem tamanho. Produz alfabetizadores que não conseguem alfabetizar. Nenhuma criança, por mais pobre que seja, precisa de três anos para se alfabetizar

elevados. Infelizmente. Então eu interpreto como, em grande parte, carência de cidadania popular. Você não desburocratiza o Estado por outra burocracia, por mandatos de cima. Isso vem muito mais, como aconteceu na Europa, pela pressão de baixo. Quando a população tem bons níveis de educação, quando a pessoa realmente tem uma educação básica de qualidade, quando um monte de pessoas está no ensino médio, na universidade, você tem uma pressão muito grande que foi decisiva no Welfare State. E nós não temos isso aqui.

Desafios – É nesse ponto do desenvolvimento de um país, então, que entraria a questão da educação?

Demo – A política pública mais sensível para o desenvolvimento é a educação. Que tem avançado mais quantitativamente. Qualitativamente, nossas escolas oferecem uma aprendizagem que, eu diria, é miserável. Isto é um desafio a ser resolvido. É bom lembrar também que o Bolsa-Família atrapalha essa vinculação com a educação. Embora ela seja teoricamente correta, como a oferta de educação é muito ruim, não tem efeito. Não conseguimos aprender bem. Não cuidamos dos professores.

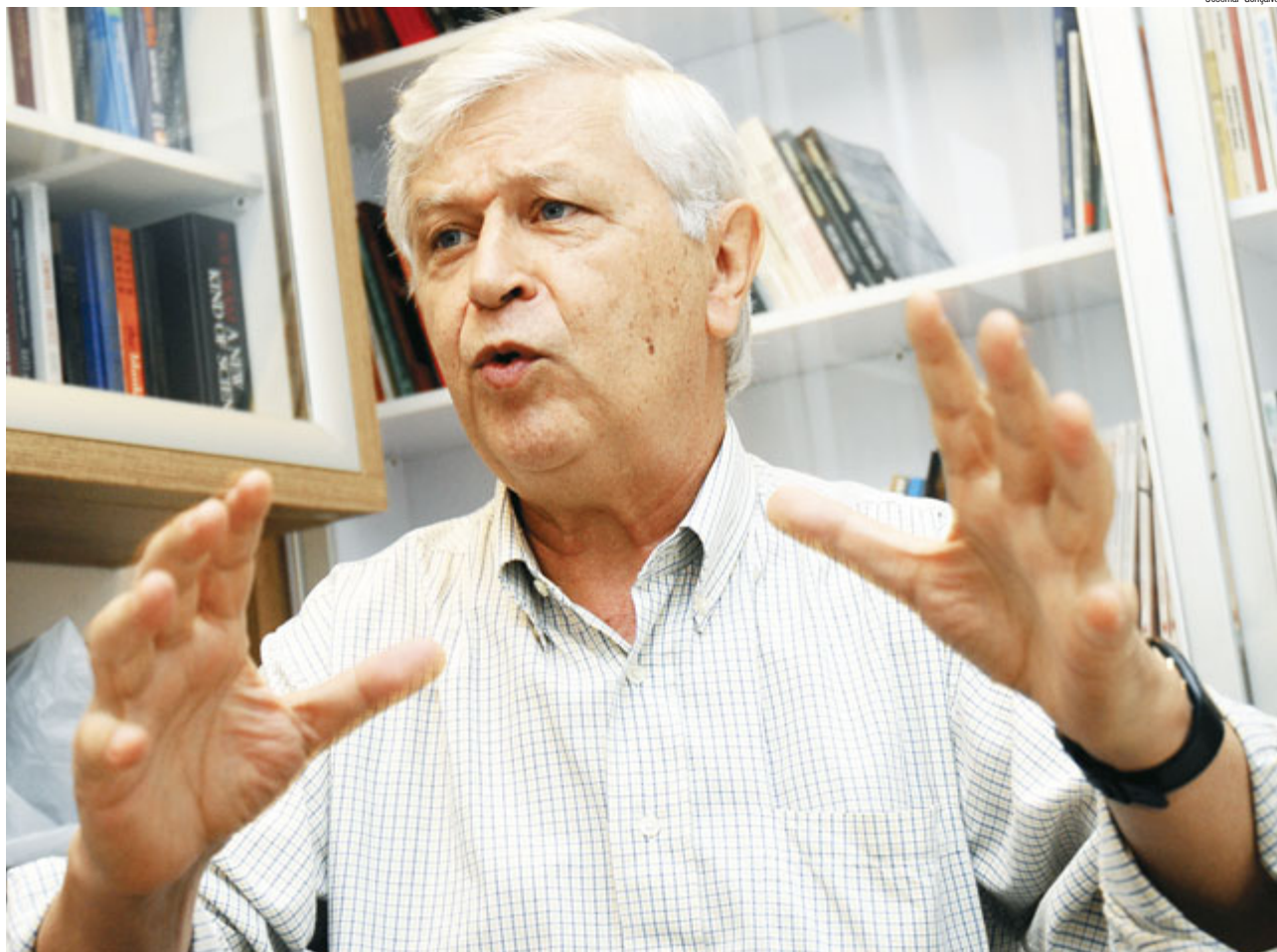
Desafios – O senhor coloca a educação como me-

canismo crucial para gerar um protagonismo popular e, a partir deste, as demandas por um desenvolvimento mais amplo. Mas, em democracias do mundo inteiro, inclusive em países onde o sistema educacional é impecável, temos problemas de apatia política. Não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro. Como situar isso?

Demo – Acho que isso é uma consideração correta. A Europa está muito preocupada com isso. Os sindicatos foram, em grande parte, desmantelados, até pela própria crise econômica, ficaram na retaguarda. Se antes os sindicatos encurralaram os empresários, agora os empresários encurralam os sindicatos, desregulando a economia, mas regulando os sindicatos, a parte laboral. Mas, de todo modo, creio que nós poderíamos, no mínimo, melhorar a questão da qualidade da educação básica. Minha experiência em Campo Grande mostra que é possível. Primeiro, tem que cuidar muito dos professores. Tem que rever toda essa pedagogia inicial, todas essas licenciaturas, que isso é de um instrucionismo sem tamanho. Produz alfabetizadores que não conseguem alfabetizar. Daí vem aquela idéia, que eu acho completamente equivocada, do Inep [Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], se alfabetizar em até três anos. Nenhuma criança precisa de três anos, por mais pobre que seja, para se alfabetizar. Você alfabetiza em um ano com sobras se tiver uma boa escola e um bom professor.

Desafios – Isso se reflete nos estudos que demonstram crianças de oitava série com nível de quarta, de quarta com nível de primeira.

Demo – É uma pena. Porque também é fácil mostrar o contrário. É uma teoria pobre para o pobre. Porque o rico não perde tempo com isso, ele se alfabetiza já no pré-escolar muitas vezes. E o pobre tem que ficar patinando três anos no mesmo lugar? Não sei de



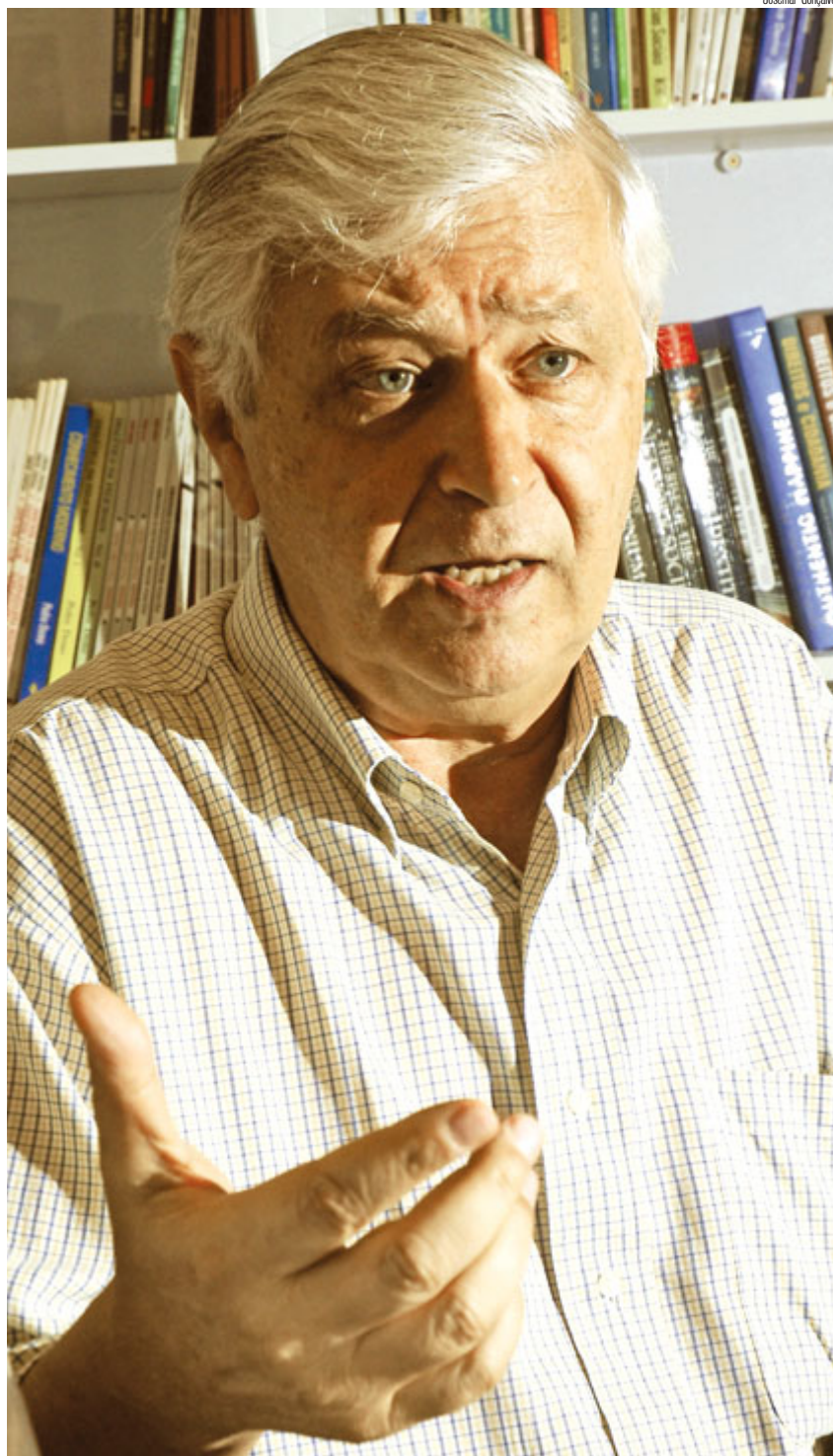
onde tiraram essa idéia. Mas eu acho que se conseguíssemos cuidar bem do professor e de aluno por aluno, a gente pode melhorar a educação enormemente. Eu vi com meus olhos. E, de certa maneira, me animei muito com a experiência de Campo Grande. Acho que o País deve isso, deveria fazer isso. Não adianta cuidar da alfabetização de adultos, por que em parte ela se perde, e estes adultos não usam isso, não estão inseridos em uma economia que exija isso deles. Mais importante mesmo seria resolver a primeira série. Se a criança se alfabetiza bem na primeira, ela vai fazer as outras. Agora, se começa a patinar na primeira, vai se perder no meio do caminho. Fora isso, a educação tem um

impacto enorme na produção de renda. É muito importante hoje na dimensão econômica. Você não faz uma boa economia, competitiva, sem trabalhador que saiba pensar. Um trabalhador muito mais criativo, não só fazedor de coisa, cumpridor de ordem. Acho que, se quisermos falar em desenvolvimento, não é a toa que o Idep usa três indicadores, e o primeiro é educação. O segundo é longevidade, e só o terceiro é o poder de compra. Se quiser democracia, se quiser participação, se quiser distribuição de renda, tem que ser pela educação. O risco que corremos é o de cair no samba de uma nota só, de que educação faz tudo. É um curso de coisas, mas a educação tem um papel estratégico.

Desafios — O senhor apontou a importância de uma massa de trabalhadores qualificada e capacitada para o desenvolvimento econômico de um país. Mas, hoje, mesmo diante de um quadro em que a esmagadora maioria da população trabalhadora não tem essa qualificação, nossa economia formal, mesmo remunerando com salários baixos, abaixo do indicado como necessário por órgãos como o Dieese, passa longe de conseguir absorvê-la. Qual seria a capacidade dela, então, de inserir uma população altamente qualificada e remunerá-la de acordo?

Demo — Essa é uma das grandes misérias de nosso País, essa economia que não consegue abraçar grande parte de sua população e a joga para a informalidade. Agora, se você coloca a educação postada apenas para resolver a questão econômica, sim, aí temos um grande vazio, não só no Brasil, mas no mundo todo. Não há nenhuma economia que ho-

je corresponda à demanda de mão-de-obra. Talvez, algumas exceções estejam na Índia, na China, com os crescimentos vertiginosos que eles têm. Mas eu acho que a educação também tem outros focos fundamentais, como o da cidadania. Então, se a educação trabalha bem a questão da cidadania popular, você pode exercer sobre a economia alguma pressão. Então aí está uma maneira de ter um acerto histórico. Nós precisamos de uma economia avançada, porque se ela não for competitiva nós ficamos de fora do espaço globalizado, mas também é importante que a população saiba qualificar a economia para o lado dela, e não apenas qualificá-la para o lado da globalização. Então por isso muita gente defende, para a economia, o aumento de pessoas com nível superior. A maioria, de repente, não vai usar o diploma, porque a economia não tem lugar para ela, mas você eleva muito a qualidade da cidadania, o que é muito importante, porque assim a democracia fica mais qualificada. O governo tomou algumas iniciativas que, embora tenham sempre esse tipo de problema, avançaram muito, que é o cuidado com a economia que não é propriamente formal, não utiliza grande tecnologia, mas que tem a capacidade de abranger pessoas simples, como, por exemplo, a agricultura familiar, a microempresa. Iniciativas, também, para que a formalização não acabe com estas, porque isso é outro problema: muitas empresas só se mantêm se não forem formalizadas, porque, se formalizar, entra imposto, controle, e isso é um grande drama. Tem que ver o excedente que nós temos pelas ruas. Mas eu acho que houve uma iniciativa muito grande, e o governo cercou um pouco esse problema. Cercou as famílias, porque deu de comer a muitas pessoas. A economia não cor-



O Bolsa-Família está fazendo moda no mundo todo.

O diferente aqui é o tamanho do programa, o tanto de famílias incluídas. Aqui não é um programa de fachada, é um programa enorme

responde à demanda da população. Nem vai corresponder, porque inclusive existe esta tendência de quanto mais você qualifica a economia, em termos tecnológicos, de menos gente ela precisa.

Desafios – E qual pode ser o impacto da crise financeira em toda essa conjuntura relacionada às nossas necessidades de desenvolvimento?

Demo – O primeiro impacto é o que está se dando aí. Nós estamos salvando o sistema financeiro. Ninguém está preocupado em salvar a população. Primeiro tem de salvar o sistema financeiro. E a população vai se adaptar ao novo sistema financeiro. É a regra do capitalismo: ele cuida do mercado, e não das pessoas e de suas necessidades básicas. E isso vai chegar aqui também. Essas facilidades maiores que se ofereciam à população de baixa renda podem ficar mais restritas. Então essa é uma história que se repete toda vida. Quando o capitalismo entra em crise, o que se busca salvar em primeiro lugar são as estruturas do capital. E a população tem que se adaptar.

Desafios – Mas pode haver um desgaste do comando de Henrique Meirelles no Banco Central e sua eventual saída, diante das pressões por uma política de juros mais baixos para enfrentar a crise?

Demo – Pode sim, mas o problema é que outros países podem baixar mais os juros sem serem ameaçados tanto pela inflação, então o espectro que o Meirelles tem é mais sólido. Mas eu vou suspeitar que não, porque hoje essa coisa do equilíbrio fiscal, do combate à inflação, da moeda forte é tão importante, e se mostrou que também é boa para o pobre, não só para o banqueiro, já que é o pobre quem mais sofre com a desvalorização da moeda. E o Lula já deu vários sinais de que pretende segurar o Meirelles. Até porque o Meirelles já foi atacado antes. Tenho a im-

*Nós estamos salvando
o sistema financeiro.
Ninguém está preocupado
em salvar a população.
E a população vai ter
de se adaptar ao novo
sistema financeiro. Isso
vai chegar aqui também*

pressão de que dificilmente em nossa história tivemos um presidente do Banco Central que tenha tanto respeito. Ele é visto como o rigoroso, que não cede em nenhuma vírgula. Mas também não sei se, num momento em que todo o mundo está cedendo linhas inteiras, ele não pode ceder essas vírgulas. Não se pode tirar isso de contexto.

Desafios – E as pressões, também relacionadas à crise, no sentido de flexibilizar a legislação trabalhista e outras proteções sociais para dar maior margem de manobra às empresas, podem se concretizar?

Demo – Sim. Esse é o preço do capitalismo sempre. Quando ele entra em crise, quem paga é a população. Não é o banqueiro que paga, não é o sistema financeiro quem paga. É a população. Os empresários querem se desregular mais ainda e regular mais ainda a questão sindical, laboral. Querem mais facilidade para demitir, empregos mais temporários, mobilidade. Ai teremos muitos problemas e provavelmente vamos ceder, porque a determinação não está vindo do lado da cidadania, está vindo do lado da engrenagem econômica que é muito mais forte. E o esforço para salvar essa engrenagem econômica é muito forte. Vemos os Estados Unidos salvando bancos, firmas, até montadoras. Se eles fossem coerentes com os dogmas neo-

liberais, eles deviam deixar. Vai haver pessoal desempregado, sim, mas não estão preocupados com eles, e sim com essa capacidade de tocar o bonde financeiramente dentro das normas capitalistas.

Desafios – Como analisar essa pressão por maior desregulamentação, no momento em que ela deveria se mostrar uma grande contradição ideológica, das todas as discussões sobre intervenções governamentais para salvar o sistema financeiro mundial?

Demo – O que se confirma é que o capitalismo não consegue mudar isso aí. Para mudar, seria necessária uma outra força, que eu poderia ver numa cidadania mais parvada, numa capacidade de impor prioridades sociais à estruturação econômica. Mas hoje não se tem isso. Temos sindicatos enfraquecidos no mundo todo. Eu posso imaginar que também um dia isso se esgote, porque também de crise em crise vai ficando claro que não vale a pena a gente girar em torno de um dragão que nos devora sempre. E a área social é sempre caudatária. Não sei se isso vai provocar choques, talvez na Europa. O que está faltando é esse protagonismo social. Uma sociedade que discuta o que queremos, de que tipo de mercado precisamos. E ainda que o neoliberalismo tenha se tornado tão hegemônico, outro problema é que não temos uma alternativa. Os socialismos se acabaram. Os que estão surgindo hoje não têm qualquer consistência, como o do Hugo Chávez. Ficou um discurso único, e a sociedade não se mexe, não coloca coisas no ar, na esfera pública, aquilo que Habermas dizia que a democracia precisa de gente para avaliar o governo, recolocar as idéias, reclame, exija o controle democrático. E inclusive essas pressões por maiores desregulamentações têm toda essa cara: a de fugir de qualquer controle democrático. 





Sinal de alerta

Brasil segue o receituário clássico e adota medidas anticíclicas para enfrentar a crise econômica. Banco Central fecha o ano com a política de juros inalterada, apesar do cenário adverso. Superpotências sentem o golpe e implantam as antes descartadas ações intervencionistas

Por **Gilson Luiz Euzébio**, de Brasília

No dia 11 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu empresários e banqueiros e deu um recado claro: o Brasil será, sim, atingido pela crise financeira internacional, e o governo está decidido a agir para evitar a recessão na economia nacional. Anunciou um conjunto de medidas de redução de impostos que resultarão na injeção de R\$ 8,4 bilhões na economia. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, garantiu que novas providências seriam adotadas e reafirmou o compromisso de perseguir a meta de crescimento de 4% neste ano. Desde o estouro da crise financeira nos Estados Unidos, no mês de setembro, o Brasil já vinha adotando medidas para aumentar a liquidez da economia, embora as autoridades mantivessem o discurso de que seria possível sobreviver à crise sem arranhões.

Até meados de dezembro, as medidas anunciadas se apro-

ximavam dos R\$ 200 bilhões, sem contar as intervenções no mercado de câmbio. Assim, o Brasil decidiu implantar o que todos os demais países vêm fazendo com mais ousadia, inclusive os Estados Unidos: usar políticas anticíclicas, manter o nível de atividade econômica num cenário de adversidade, na tentativa de evitar um estrago maior em sua economia. A despeito das intervenções de todos os governos em suas economias e do otimismo do governo brasileiro, a situação fica mais grave a cada dia no mundo inteiro: a crise financeira se transformou em crise econômica, com reflexos negativos na produção, comércio e no emprego. Assim o ano de 2009 começa cheio de incertezas. Os mais otimistas esperam que a posse do democrata Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, no dia 21 de janeiro, possa indicar algum caminho.

O Brasil está em melhor situação que muitos outros países. Mesmo assim, é

BOA SITUAÇÃO Com reservas internacionais de US\$ 200 bilhões, superávit primário de R\$ 132,8 bilhões acumulado até outubro e dívida pública administrada, o Brasil está em melhor situação do que muitos outros países. Nem por isso está livre das consequências da crise internacional, que, no primeiro momento, refletiu-se na retração de linhas de crédito e logo depois na queda dos preços de *commodities* e prenuncia o encolhimento do comércio exterior e dos investimentos. “O governo brasileiro tem anunciado um forte programa de investimentos públicos, o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], está mantendo os gastos sociais, vai aumentar o salário mínimo em 2009, e está cortando um pouco a carga tributária da classe média. O governo está se antecipando corretamente, com múltiplas medidas, à desaceleração que deve vir por aí”, avalia Cláudio Hamilton Matos dos Santos, coordenador de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). “Não existe alternativa. Quando você vai lidar num contexto de recessão com risco grave de virar depressão, é isso mesmo que tem que fazer. Diante do risco tem que reagir”, complementa Milko Matijascic, assessor da Presidência da República.

O que o Brasil e os outros países vêm fazendo é lançar mão das chamadas medidas anticíclicas. São medidas intervencionistas e de defesa da economia nacional, que podem ser divididas em fiscais, monetárias e protecionistas. Eram criticadas pelos adeptos do liberalismo, mas na hora do aperto nenhum governo hesitou em adotá-las. O Brasil avançou mais na adoção de medidas fiscais, com o compromisso de manter os programas sociais, os investimentos públicos, o reajuste do salário mínimo, a redução de impostos. São providências para injetar mais dinheiro na economia, lembra Santos. Na área externa, não se cogita na adoção de barreiras comerciais ou de controle de remessa de lucros e dividendos.

Na área monetária, o Brasil limitou-se a reduzir o depósito compulsório dos ban-



Nervos de aço: bolsas de valores em todo o mundo acumulam perdas históricas. Incertezas quanto ao futuro...

cos para dar mais liquidez ao sistema financeiro e, com isso, incentivar os bancos a emprestar. Não deu resultado. Pelas contas do Banco Central (BC), só com redução do compulsório seriam injetados R\$ 100 bilhões na economia. “Está havendo empocamento de liquidez”, afirma Matijascic. Ou seja, os bancos têm dinheiro, mas não emprestam porque temem não receber. Mas o BC resistiu, até o encerramento de 2008, a adotar uma das medidas mais importantes, a redução da taxa de juros. “O Banco Central brasileiro tem criado a reputação de ser um banco central muito austero”, ameniza Santos. Os únicos países que aumentaram os juros depois da crise foram o Brasil, a África do Sul e a Islândia, afirma Luciana Acioly, coordenadora de Estudos de Relações Internacionais do Ipea.

EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL Medidas anticíclicas são importantes para evitar a deterioração das condições de vida da população, num esforço para manter o nível de emprego e assegurar a proteção social, afirma a diretora-adjunta de Estudos Macroeconômicos do Ipea, Denise Gentil. “Num momento de crise, as políticas públicas devem se colocar a serviço de um estado garantidor do bem-estar social. A crise gera uma gama de incertezas para novos investimentos, e cabe ao Estado criar um ambiente econômico que reduza o risco para os investidores. O aumento dos gastos públicos, com investimento em infra-estrutura e transferência de renda é decisiva na formação de expectativas”.

E as condições da economia brasileiras permitem o uso dos instrumentos para amenizar o impacto da crise. “Há es-

consenso: não ficará livre da crise. Crescimento econômico diminuirá em 2009



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

...fazem cair o valor dos papéis das empresas

paço para um afrouxamento da política fiscal sem que isso implique descontrole das contas públicas”, garante Cláudio Hamilton dos Santos. Ele acrescenta que a relação da dívida pública com o Produto Interno Bruto (PIB) caiu, o mercado de títulos públicos está funcionando bem e há superávit nas contas. A situação permite, se for preciso, até mesmo o aumento do endividamento público. Mas isso não deve ocorrer, acredita o técnico.

“A dívida que existe é sobre o tamanho do ajuste que o Brasil vai ter que fazer nas contas externas”, afirma o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas. Se o estrangulamento no mercado de crédito persistir, prevê, boa parte da dívida externa do setor privado que vence em 2009 não será refinanciada. Na sua avaliação, o total de vencimentos é de US\$ 70

bilhões. Se os bancos exigirem a quitação das dívidas, haverá escassez de divisas, e o governo precisa se preparar para financiar as empresas. “O prudente é não tomar medidas anticíclicas para não aumentar o gasto do País”, prega.

Numa situação extrema em que as empresas não consigam rolar suas dívida poderia haver risco de crise cambial, admite Luciana Acioly. Mas o pior, segundo ela, seria o governo não fazer nada: “Nenhum país está parado”. Entre os economistas, há pelo menos três receitas diferentes para situações de crise: aumento dos gastos em investimentos, ousar menos e fazer o que se pode, e a linha defendida por Raul Velloso, que se resume em manter o aperto fiscal. Acontece, ressalta Luciana Acioly, que não há precedente histórico que comprove a efetividade dessa tese de que mais aperto num momento de crise é melhor. A experiência internacional mostra exatamente que os países que não seguiram as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) saíram mais rapidamente das crises, como aconteceu com a Malásia, em 1997.

As projeções do BC, entretanto, não indicam risco: o déficit em conta corrente deve ficar em US\$ 25 bilhões em 2009, devido à redução das importações, de gastos com viagens e de remessas de lucros e dividendos. A expectativa do Banco Central é de rolagem de 75% das dívidas das empresas brasileiras. Apesar da crise internacional, o Brasil recebeu, até novembro, US\$ 36,9 bilhões em investimentos diretos, o que aponta para o valor recorde de US\$ 40 bilhões no ano.

MAIS INVESTIMENTOS Com uma estratégia agressiva, o Brasil pode aproveitar a crise para atrair mais investimentos, afirma Luciana Acioly. Diversos países, entre eles França, Espanha e Coréia, estão preparando medidas para estimular a internacionalização de suas empresas. Essas empresas vão instalar suas fábricas onde tenha potencial de crescimento. “A crise pode abrir oportunidade”, afirma. A China, por exemplo, vê a crise como oportunidade para

ra sua economia. “Resta saber se a estratégia do Brasil será mais agressiva daqui para a frente”, diz. Caso contrário, o Brasil pode perder espaço, porque o crédito internacional vai ficar mais escasso. A atual política de atração de investimentos está mais voltada para a cobrir o déficit em conta corrente num enfoque meramente contábil de fechar o balanço de pagamentos.

A necessidade de cobrir o déficit vai dificultar a disputa a partir de agora pela qualidade do investimento em relação ao seu papel na estrutura produtiva e no aumento das reservas. Embora as duas coisas não sejam necessariamente excludentes, resta saber no longo prazo qual o papel das filiais das multinacionais instaladas no Brasil. Se a filial brasileira for importante dentro da corporação, explica a pesquisadora do Ipea, a matriz vai investir aqui. A crise pode levar a um redesenho nas estratégias das grandes empresas, com o redirecionamento de recursos para as filiais mais avançadas em tecnologia e mais lucrativas e para países de maiores taxas de crescimento no longo prazo. “Temos que trabalhar para estimular essas empresas multinacionais já instaladas aqui a contribuir para o mercado internacional, a exportar para países que estão crescendo, apesar do contexto atual extremamente adverso”, sugere.

Mesmo com essas ressalvas na política de investimentos, as previsões de crescimento para a economia brasileira neste ano não são as piores: variam de 2,8% a 4%. A pior expectativa do mercado financeiro, registrada em pesquisa do Banco Central, aponta para 2,8%. “É um crescimento razoável”, diz Cláudio Hamilton, ressaltando que não há previsão de recessão, ou seja, de crescimento negativo. No Brasil, destaca, não há o mesmo grau de endividamento verificado nos Estados Unidos. “Não temos um histórico de um *boom* de crescimento movido pelo consumo de famílias muito endividadas”, diz. A economia dos Estados Unidos já está em recessão, enquanto o PIB brasileiro cresceu 6,8% no terceiro trimestre de 2008.

Mesmo que apresente crescimento zero no quarto trimestre, o PIB brasileiro

Com esse resultado, mesmo se o crescimento do quarto trimestre for zero, o PIB crescerá 6,1% no ano, explicou Marcelo Nonnenberg, ao divulgar a “Carta de Conjuntura” de dezembro. “Teremos uma taxa próxima de 6%”. Mas os indicadores mais recentes são menos favoráveis: as empresas “pisaram forte no freio” nos investimentos para formação de capital fixo, a pesquisa sobre intenção de compras indica maior cautela dos consumidores, caiu a venda de fertilizantes, houve queda nas exportações e importações de novembro, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou pequena queda no emprego. O que chamou

a atenção é que, tradicionalmente, o mercado de trabalho está aquecido em novembro por causa das contratações temporárias de fim de ano.

“Estamos sentindo claramente os efeitos da crise”, comentou Nonnenberg, que espera uma piora da situação nos próximos meses. Embora os países estejam “usando artilharia pesada” para enfrentar a situação, ele acredita que o primeiro trimestre de 2009 já está definido, ou seja, se houver melhora no ambiente, será a partir do segundo trimestre. No Brasil, o primeiro setor a sentir foi o agrícola, que era financiado por *tradings* internacionais, que suspenderam as operações em con-

seqüência retração do crédito. No início de outubro, o Banco do Brasil anunciou a liberação de R\$ 5 bilhões aos produtores, o Banco Central fez várias reduções do depósito compulsório dos bancos e leilou dólares. No mês anterior, o BC já havia adotado duas medidas: vendeu US\$ 500 milhões para segurar o câmbio e liberou R\$ 13 bilhões do compulsório dos bancos. O mesmo ritmo foi mantido em novembro.

“O governo agiu com agilidade no controle da crise de liquidez ao fazer leilões de dólares, redução do depósito compulsório, antecipação de crédito para o setor agrícola, redução do IOF, compra de

Cronologia



crescerá 6,1% em 2008, de acordo com projeções da “Carta de Conjuntura”

crédito de bancos em dificuldades, disponibilidade de crédito para exportadores”, avalia Denise Gentil. Um ponto que deixa o governo mais livre para agir é a estabilização da inflação. Na avaliação de Nonnenberg, há diversos fatores que devem puxar a inflação para baixo e eliminar o impacto da desvalorização cambial. “A inflação agora não é a preocupação principal”, afirmou. Este deve ser um componente que deve levar o Banco Central a reduzir a taxa básica de juros em janeiro, o que já é dado como certo por todos os analistas.

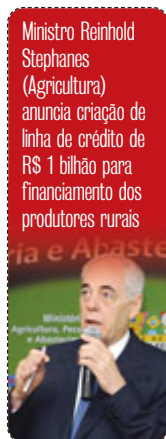
“Há espaço para uma queda significativa dos juros de forma a induzir o capi-

tal a fazer investimentos produtivos”, afirma Denise Gentil. Para ser mais efetiva, ela acha que a política monetária deve estar associada à redução de tributos sobre o investimento produtivo e sobre a renda dos que têm alta propensão a consumir.

INTERVENÇÃO Nenhum país ficou inerte diante da crise financeira internacional. Todos adotaram medidas intervencionistas na tentativa de segurar a atividade econômica, afastando-se da crença de que o mercado resolve tudo. “Todos têm feito com maior ou menor grau de agressividade”, afirma Luciana Acioly. Não é uma reação padronizada. Varia em função da

situação interna de cada país, da gravidade dos efeitos sobre a atividade produtiva e do grau de internacionalização de cada economia. A maioria dos países reduziu juros para estimular a produção e o consumo, enquanto poucos, entre eles o Brasil, elevaram as taxas. Além de mexer nos juros, foram feitas medidas para salvar bancos, para liberar recursos ao sistema financeiro e assim aumentar o crédito, para atrair investimentos diretos, para aumentar exportações e proteger o mercado interno e também para aumentar o controle sobre o capital.

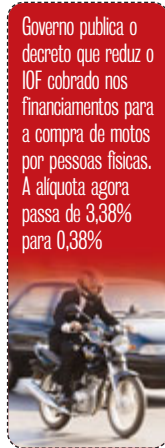
As medidas variam também de acordo com o grau de abertura das economias.



Ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) anuncia criação de linha de crédito de R\$ 1 bilhão para financiamento dos produtores rurais

A Caixa Econômica Federal divulgou a ampliação do limite de financiamento para compra de material de construção de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil

BC anuncia nova mudança no compulsório, alterando a forma de recolhimento de cerca de R\$ 40 bilhões, o que representa quase 20% de todo o depósito compulsório depositado hoje pelos bancos



Governo publica o decreto que reduz o IOF cobrado nos financiamentos para a compra de motos por pessoas físicas. A alíquota agora passa de 3,38% para 0,38%

5 de nov

6 de nov

11 de nov

12 de nov

13 de nov

16 de nov

21 de nov

25 de nov

dezembro



Ministro Guido Mantega lança uma série de novas medidas que, juntas, disponibilizam R\$ 19 bilhões em linhas de crédito para diversos setores via BNDES e Banco do Brasil

A Caixa Econômica Federal libera R\$ 2 bilhões para financiar bens de consumo diretamente no varejo e estimular a economia brasileira

Governo publica medida provisória que altera as datas de pagamento de tributos federais como o IR (Imposto de Renda) recolhido na fonte, a contribuição previdenciária, do PIS/Cofins e o IPI

BC anuncia novas mudanças nos depósitos compulsórios para destinar mais R\$ 6,2 bilhões ao BNDES

Medidas tomadas em dezembro

- Redução de 3% para 1,5% ao ano o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre crédito geral ao consumidor.
- Redução das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física em 2009. Pela nova tabela, quem ganha até R\$ 1.434,00 está isento. Na faixa salarial entre R\$ 1.434,00 e R\$ 2.150,00, a alíquota será de 7,5%. Entre R\$ 2.150,00 e R\$ 2.866,00, 15%. Para trabalhadores com salários entre R\$ 2.866,00 e R\$ 3.582,00, o desconto será de 22,5%. A partir de R\$ 3.582,00, permanece a alíquota atual de 27,5%. Conforme o ministro da Fazenda Mantega, a renúncia fiscal será de R\$ 4,9 bilhões. O governo editará Medida Provisória para implementar a nova tabela do IRPF.
- Redução das alíquotas do IPI para automóveis. Para carros a gasolina, álcool/flex de até 1.000 cilindradas a alíquota cai de 7% para zero. De 1.000 a 2.000 cilindradas, queda de 13% para 6,5%, no caso de carros a gasolina, e de 11,0% para 5,5% para álcool/flex. Para automóveis acima de 2.000 cilindradas ficam mantidas as alíquotas atuais de 25% (gasolina) e 18,0% (álcool/flex).
- Reduziu de 8% para 1% a alíquota do IPI para Pick-up de até 1.000 cilindradas (gasolina e álcool/flex) e de 8% para 4% para Pick-up de 1.000 a 2.000 cilindradas (gasolina e álcool/flex).
- Por meio de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central ficará autorizado a disponibilizar recursos das reservas internacionais, por meio do sistema financeiro, que serão direcionados ao financiamento de empresas brasileiras com dívidas externas vencendo no final de 2008 e no ano de 2009.

Os Estados Unidos demoraram a agir no primeiro momento. Sistema bancário

“Uma economia mais aberta leva um chochoalhão tremendo”, afirma Milko Matijascic. O impacto é maior onde as exportações têm maior importância estratégica. “O Brasil é uma economia relativamente fechada, mas as exportações estão em alguns setores de muita vitalidade. Ou seja, mesmo sendo uma economia relativamente fechada, o Brasil vai sofrer”, acrescenta.

Mesmo sendo o centro da crise, os Estados Unidos não agiram com firmeza no primeiro momento. Em março, o Federal Reserve assumiu U\$ 29 bilhões do Bear Stearns, que foi vendido ao JP Morgan, mas deixou o Lehman Brothers quebrar em setembro. Dois outros bancos, o New Century Financial e o American Home Mortgage Investment, já tinham pedido falência em abril e julho, respectivamente. Dias antes da falência do Lehman Brothers, o governo norte-americano estatizou as corretoras Freddie Mac e a Fannie Mae, que eram apoiadas pelo governo.

A medida de apoio ao sistema financeiro em geral só veio em outubro, quando o Congresso aprovou o aporte de US\$ 700 bilhões para a compra e capitalização de instituições. “O Estado americano não foi muito rápido na reação, no anúncio do pacote financeiro para os grandes bancos”, afirma Matijascic. O governo dos Estados Unidos, segundo ele, foi “extremamente lento” ao lidar com as montadoras. “O grau de amarras, a herança institucional contam muito”, diz.

Além dos recursos liberados, o Federal Reserve reduziu a taxa de juros a 0,5% em outubro e a zero em dezembro. A economia dos Estados Unidos, porém, entrou em recessão. “O fato de ter disponibilidade de dinheiro não quer dizer que esse dinheiro é empréstimo novo”, comenta Luciana. As intervenções, até agora, estão diminuindo perdas patrimoniais, que vinham sendo consolidadas há mais de um ano, destaca Matijascic. Além disso, os bancos estão com medo de emprestar e as pessoas estão com medo de pegar empréstimo.



No olho do furacão: posse de Barak Obama na presidência dos EUA é antecedida de muita expectativa

LIMITAÇÕES DA UE A expectativa agora é que o novo presidente dos EUA, Barack Obama, anuncie um programa expansionista, com grandes investimentos em obras públicas, uma forma de injetar dinheiro diretamente na economia. Na avaliação de Luciana Acioly, o que Obama fizer determinará a reação de diversos países, principalmente na Europa. Ressalta, entretanto, a limitação da União Européia para fazer política expansionista: “As políticas macroeconômicas da União Européia são muito apertadas. Pelo plano de convergência, nenhum país poderá ter in-

flação superior a 3%. Isso apertou muito a capacidade de gasto dos países”.

Matijascic lembra, ainda, que a adoção de qualquer medida exige coordenação com todos países, que têm histórias diferentes: “Pelo que a gente percebe, a Inglaterra e a França gostariam de fazer algo mais agressivo e a Alemanha está hesitando. É que Alemanha teve hiperinflação nos anos 1930, em seguida veio o nazismo. Então a memória social que Alemanha tem do regime inflacionário é muito forte”.

Outra dificuldade do bloco econômico é não ter um tesouro único para operar as

políticas expansionistas. Tem apenas o banco central único. Em dezembro, os líderes da União Européia decidiram destinar o equivalente a 1,5% do PIB regional a medidas para estimular a atividade econômica e o emprego, numa ação coordenada pela Comissão Européia. O valor é estimado em 200 bilhões de euros. A Comissão apresentou também um conjunto de medidas, como aumentos dos gastos públicos, redução de tributos, apoio aos setores mais afetados e investimento em programas sociais, que podem ser adotadas pelos países-membro. Mas não afrouxou as metas da política macroeconômica. Em compensação, fez quatro cortes na taxa de juros desde o agravamento da crise.

PREÇO DO PETRÓLEO Enquanto os países europeus têm as amarras do bloco econômico, a Rússia viu os preços do seu principal produto de exportação, o petróleo, desabarem no mercado internacional. Como tinha contraído muito empréstimo para pagamento lastreado na venda de petróleo, a situação ficou complicada e o país enfrenta dificuldade para dar efetividade a medidas anticíclicas. As ações despencaram nas bolsas e falta crédito. As reservas internacionais caíram de US\$ 800 bilhões para menos de US\$ 600 bilhões em apenas dois meses. Segundo Luciana Acioly, que está fazendo um trabalho específico sobre as reações da China, Índia, África do Sul e Rússia, o país planeja reduzir a tributação do petróleo para continuar exportado, tendo como alvo principalmente o mercado europeu. A medida vai agravar o déficit fiscal. Os russos preparam também medidas protecionistas na área de comércio exterior, para reduzir importações e aumentar as exportações.

A Rússia, segundo ela, tem a seu favor uma impressionante capacidade de reação: “O país detém tecnologia, mão-de-obra capacitada, *commodities* estratégicas. E tem plano de entrar agressivamente no mercado europeu via preços”. Com a redução dos tributos, espera atrair mais investimentos produtivos.

E Rubens Barrichello acabou ficando a pé

Aos 33 anos de idade, o piloto brasileiro Rubens Barrichello recebeu uma péssima notícia de final de ano. A Honda, uma das maiores montadoras do mundo, anunciou que deixaria de participar do Campeonato Mundial de Fórmula-1, alegando que precisava rever sua estratégia financeira, diante da crise econômica que o planeta atualmente enfrenta. O automobilismo é utilizado pelos fabricantes como uma maneira eficaz de “vender” a sua marca. A boa aceitação dos veículos produzidos na Ásia em outros continentes deve-se, em grande parte, aos resultados obtidos nas pistas.

Pragmáticos, os japoneses fizeram as contas e concluíram que o melhor seria se afastar, pelo menos temporariamente, das competições. Colocaram a escuderia à venda, mas até dezembro não surgiram interessados. Com isso, economizarão, de saída, algo em torno de US\$ 400 milhões para levar seus dois monopostos e a equipe aos circuitos espalhados pelo mundo. Sem falar nos outros investimentos, como o desenvolvimento de motores. Com isso, o piloto brasileiro corre o risco de ficar a pé em 2009, porque as outras equipes já estão com suas duplas de pilotos formadas.

“Realmente a decisão nos pegou de surpresa”, admitiu Rubinho detentor de dois vice-campeonatos mundiais (2002 e 2004), seu melhor resultado na categoria. “Logo agora, quando estou na melhor forma técnica”. O tempo de vacas magras também ameaça outras equipes. Logo após a decisão da Honda ser anunciada surgiram rumores de que até a poderosa Ferrari estaria planejando cortar custos o que incluiria, também, a remuneração paga aos pilotos. “Não acho acertada esta opção”, diz o também brasileiro Felipe Massa, vice-campeão do ano passado, que perdeu o título para o inglês Lewis Hamilton na penúltima curva da última volta do Grande Prêmio do Brasil, disputado no Autódromo de Interlagos em São Paulo. Até mesmo o heptacampeão Michael Schumacher, que passou a trabalhar como consultor da escuderia, está com o contrato ameaçado.

DEZOITO CARROS A princípio, a F-1 iniciará o novo campeonato com 18 carros na *grid*, o número mais baixo desde 1969. E os monopostos sofrerão as maiores mudanças para a próxima temporada. Também por causa da crise, o Conselho Mundial da Federação Internacional de Automobilismo (FIA) definiu, em dezembro, cortes mais profundos nos custos da categoria para este ano.

Entre elas, segundo o presidente da FIA, Flávio Briatori destacam-se: a duração dos motores será dobrada. Cada piloto poderá usar oito propulsores por temporada, mais quatro para os testes. Os motores terão de durar três GPs; os motores serão limitados a 18 mil RPM e os custos dos motores para as equipes independentes serão aproximadamente 50% do valor de 2008.

O órgão máximo do automobilismo mundial também pedirá a opinião do público para duas propostas: o quadro de medalhas e um novo formato para as sessões classificatórias. Em vez do atual sistema de pontuação (10-8-6-5-4-3-2-1), o piloto que conquistar mais medalhas primeiros lugares fica com título. Para o treino oficial, a proposta é a de todos os carros irem à pista ao mesmo tempo com a mesma quantidade de combustível, sendo que o piloto mais lento seria eliminado a cada volta. Após 14 voltas, apenas os seis mais velozes lutarão pela pole, na qual serão permitidas as trocas de pneus, mas a quantidade de combustível deve permanecer a mesma.



Divulgação

Surpresa: Rubinho diz estar em ótima fase técnica

Países asiáticos firmam acordo de cooperação contra as adversidades

Divulgação



Ganhando com a crise: China adota reação agressiva como estratégia para ocupar espaços vazios e se fortalecer na economia mundial

A reação mais agressiva é a da China e faz parte de uma estratégia para ocupar mais espaço na economia mundial. “A China está vendo a crise como oportunidade, o que a diferencia do resto”, afirma Luciana. Reduziu juros e anunciou investimentos de mais de US\$ 800 bilhões para manter a demanda interna e aumentar o crédito. Além disso, firmou acordo de cooperação com o Japão e a Coreia do Sul para criar um fundo de US\$ 86 bilhões até junho para amenizar os efeitos da crise. “Ela está vendo oportunidade de fortalecer o mercado de capitais dela com esses países e de melhorar a circulação de sua moeda”, afirma. Com essa medida, segundo ela, a China fortalece também o comércio, os investimentos e o mercado de crédito na região.

Na avaliação da pesquisadora do Ipea, a criação do fundo faz parte de um plano de longo prazo da China, que quer estar entre os três maiores *players* mundiais até 2049. Para isso, precisa de uma moeda internacional de referência. Atualmente, de 60% a 70% dos contratos internacionais são denominados em dólar. O euro ocupa o segundo lugar. Mesmo com a crise, as estimativas apontam para um crescimento de 8% da economia chinesa em 2009. Se a criação do fundo mantiver o crescimento também nos outros países, ela se fortalece como líder na Ásia. O gran-

de risco, pondera Matijascic, é se os países boicotarem as importações de produtos chineses, alegando *dumping* social.

Luciana Acioly ressalta que os parceiros da China nesse fundo são países desenvolvidos, o Japão e a Coreia do Sul, sendo que o Japão vem sofrendo fortemente os impactos da crise internacional, pois a economia japonesa não é grande receptora de investimentos. Já a internacionalização de suas empresas é um fator positivo, pois elas remetem lucros para as matrizes. “Os japoneses estão num processo de repatriamento de lucros e dividendos”, explica. Os japoneses têm, segundo ela, estratégias internacionais muito agressivas e planejadas. No final dos anos 1990, as empresas expandiram seus investimentos em países asiáticos, que estavam em crescimento.

FRAGILIDADE COREANA O impacto foi forte também na Coreia, que está muito fragilizado por causa da abertura de sua economia. O acordo prevê, além do fundo, que as três nações não farão políticas protecionistas entre si nos próximos 12 meses, e vão procurar manter o fluxo de comércio.

Entre os países asiáticos, a Índia também está sofrendo os impactos. “A Índia funciona como escritório do mundo com a prestação de serviços, uma atividade que rapidamente sofre abalo”, afirma Matijas-

cic. Corporações mundiais, principalmente das Estados Unidos e Inglaterra, contratavam na Índia, por exemplo, serviços de *call center*, área que gera muito emprego. Para enfrentar a situação, reduziu os juros e optou pela política expansionista, com crédito barato e aumento dos gastos públicos, e também vai incentivar a captação de investimentos externos.

Já a África do Sul foi um dos poucos países que aumentaram a taxa de juros durante a crise. Com melhor remuneração do capital, pretende atrair investimento. “A questão é saber que tipo de capital será atraído com esse aumento da taxa de juros, o seu perfil e sua real contribuição para a economia”, comenta Luciana. “Ou seja, você tenta atrair investimento direto, mas esse investimento entra com outro perfil, possivelmente com tendência a fazer troca de titularidade, apenas para auferir rendimentos?”

A África do Sul decidiu, ainda, flexibilizar a legislação tributária e melhorar infraestrutura nas cidades com maior potencial para atrair investimentos e também retomou um programa de investimento de US\$ 83 bilhões para obras de infraestrutura e de construção civil. A postura foi semelhante à do Brasil. “É um país que também tem pequena capacidade de reação, porque fez uma das maiores aberturas”, acrescenta. **U**

Vida, cidade e sentimento



A construção e a reprodução dos sentimentos humanos de caráter social – aqueles que se apresentam como respostas subjetivas relativamente recorrentes no conjunto social ou no interior de um determinado grupo a um ou mais estímulos específicos – não seguem a mesma lógica cartesiana de causa e efeito

Há um ano, a seção *Melhores Práticas* da revista **Desafios** apresentava a reportagem intitulada “Cidadãos fazem outra cidade”, que tratava da experiência de cidades no Brasil, a exemplo do que acontece em Bogotá, que estão construindo, por meio da sociedade civil organizada, indicadores de qualidade de vida para monitorar a gestão municipal e serem usados como parâmetros para cobrar resultados dos administradores públicos.

A certa altura, a matéria menciona uma pesquisa realizada com a população de São Paulo, que afirma ter a população sentimentos dúbios sobre a cidade.

“Depois de consultar grupos de diferentes faixas etárias e classes sociais e representantes de movimentos sociais, [a pesquisa] concluiu que a população tem sentimentos dúbios em relação à cidade”, diz o texto. “A grande maioria dos entrevistados define São Paulo como ‘caótica’, destacando problemas de trânsito, carências de transporte público e dificuldades de acesso aos serviços e bens disponíveis. Muitos, no entanto, declararam-se ‘apaixonados’ pela cidade e confessaram que têm um sonho, qualificando-o como ‘utopia’: o de resgatar o orgulho de ser paulistano.” (**Desafios**, ano 5, nº 39, 2008, p. 59).

Para a sociologia urbana, disciplina que vê a cidade como temática – causa e efeito da co-existência humana cotidiana em sociedade – e não exatamente como problemática – objeto de imperfeições a serem sanadas – não é surpreendente, tampouco dúbio, o sentimento expresso pelos paulistanos relativamente à cidade de São Paulo. Isso porque a construção e a reprodução dos sentimentos humanos de caráter social – aqueles que se apresentam como respostas subjetivas relativamente recorrentes no conjunto social ou no interior de um determinado grupo a um ou mais estímulos específicos – não seguem a mesma lógica cartesiana de causa e efeito que se pode emprestar aos produtos da razão.

O *homo racionalis* e o *homo economicus*, sua derivação lógica, representam, ambos, fragmentações ideológicas do homem real. A com-

pletude do ser humano – ser acima de tudo social – encontra-se na complexidade que subjaz à existência concomitante, em um mesmo indivíduo, entre o sujeito que, em certas situações, elabora cálculos racionais e assim instrumentaliza sua ação social e aquele que, em outras, tem as emoções como motor primário de suas ações e representações.

Assim, quando o assunto é representação social urbana, a pluralidade de sentimentos e reações emocionais – e não necessariamente a dubiedade, posto que dubiedade é um termo que expressa um antagonismo que pauperiza a complexidade do fato emocional – constitui a regra, e não a exceção. Cálculos racionais do tipo “nesta cidade tenho emprego, casa, escola, lazer e transporte, logo sou feliz” não são aplicáveis ao tipo de relação predominante entre o cidadão e sua cidade, aquela que, por ser seu habitat cotidiano, é conformada por ele ao mesmo tempo que o conforma como sujeito social.

A despeito de, em muitos casos, a cidade reunir inúmeros problemas cujas soluções tendem a tornar mais qualitativa a vida das pessoas, ela será sempre um lar e, como tal, comportará sentimentos plurais e variáveis no tempo, no espaço, na forma e no conteúdo. Invariável no universo emocional do cidadão é apenas sua complexidade inerente.

Uma vez que o fato emocional independe do estado objetivo das coisas e não resulta de um cálculo racional entre custos e benefícios, a investigação dos sentimentos do cidadão em relação à cidade não configura o recurso metodológico mais adequado para avaliação da eficácia de planos e políticas públicas urbanas que visam à melhoria da qualidade de vida. Essa é uma resposta tipicamente racional que deve ser buscada ao nível da razão.

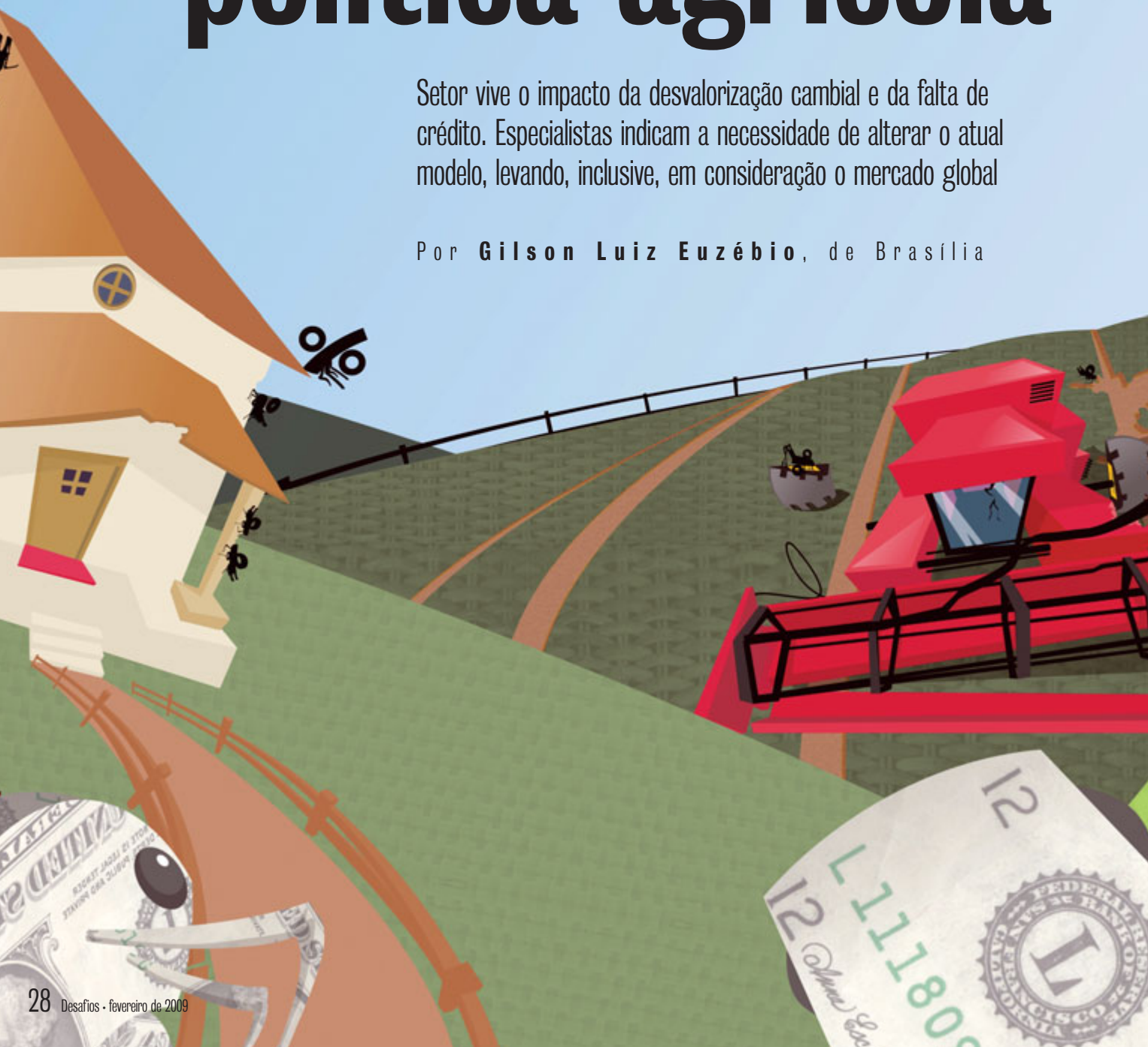
Mesmo para quem sonha com a ordem, é plenamente possível amar a vida em meio ao caos. Afinal, assim são os sentimentos.

Inaê Elias Magno da Silva é doutora em sociologia pela Universidade de Brasília e assessora técnica na Câmara dos Deputados

Por uma nova política agrícola

Setor vive o impacto da desvalorização cambial e da falta de crédito. Especialistas indicam a necessidade de alterar o atual modelo, levando, inclusive, em consideração o mercado global

Por **Gilson Luiz Euzébio**, de Brasília





António Schenarth

Plano agrícola foi lançado com o dólar a R\$ 1,60. Desvalorização do real

Os reflexos da crise financeira internacional foram sentidos rapidamente pelo setor agrícola brasileiro: o crédito abundante oferecido pelas *tradings* desapareceu e a queda nos preços das *commodities* agrícolas no mercado mundial trouxe à tona a discussão de garantia de preços mínimos para remunerar os produtores. “A crise vai provocar a revisão da política agrícola em alguns pontos”, admite José Garcia Gasques, coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura. O setor sofre também o impacto da desvalorização cambial: quando o plano agrícola 2008/09 foi lançado, em meados de 2008, o dólar correspondia a R\$ 1,60. A escassez de crédito provocou a elevação da taxa de juros, que agravou as condições de endividamento dos produtores.

“A política agrícola precisa ser repensada”, afirma Júnia Cristina Peres da Conceição, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que está preparando estudo sobre o assunto. Para ela, não se trata de uma questão pontual, mas de elaboração de uma nova política com mecanismos

mais adequados à economia globalizada: “Os mercados estão interligados, e é preciso fazer um desenho diferente”.

“O uso de certos instrumentos de política agrícola é deficiente ou – na melhor das hipóteses – tem-se revelado, em alguns momentos, incoerente em relação a necessidades essenciais da agricultura, sobretudo em momentos de instabilidade”, diz Paulo Fernando Cidade de Araújo, professor titular aposentado da Esalq/USP e coordenador do Curso de Economia Aplicada do UGB (Centro Universitário Geraldo di Biasi, de Volta Redonda). O modelo atual, ressalta Júnia Cristina, funcionava bem em um ambiente de economia fechada, quando o governo detinha o controle sobre as importações de alimentos para abastecer o mercado e manter os preços no patamar desejado. Hoje, com os mercados interligados, a política de garantia de preços mínimos deixou de ser um mecanismo eficaz para evitar a volatilidade dos preços. A dificuldade, para ela, está em formular esse novo desenho. A experiência recente não recomenda a volta da política de formação de grandes estoques pú-

blicos de alimentos, que muitas vezes apodreciam nos armazéns.

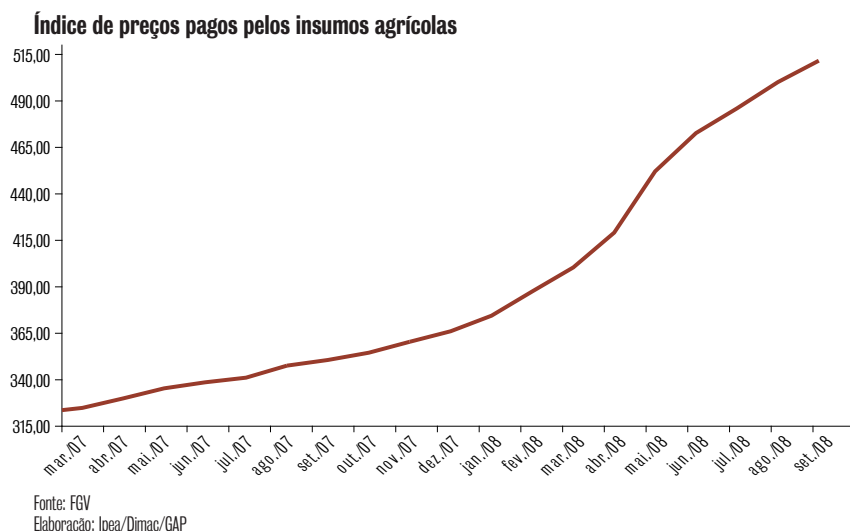
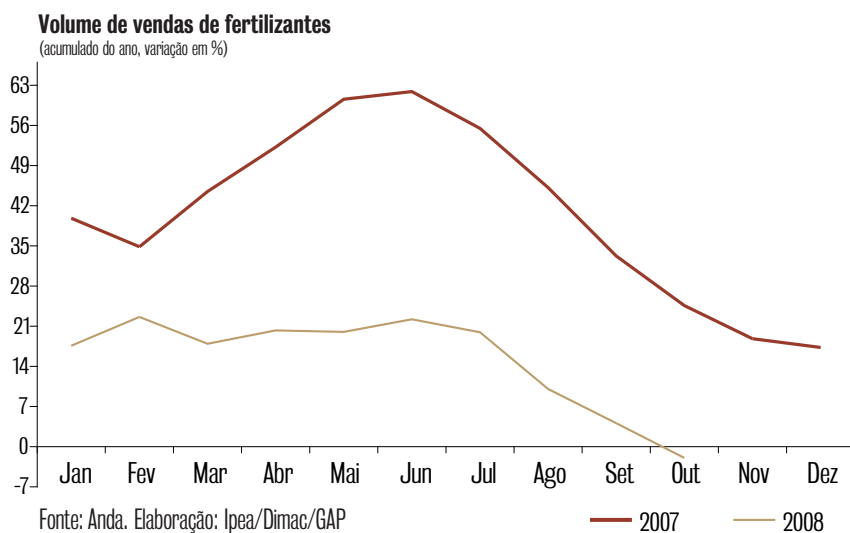
“Sem dúvida, a globalização traz mais dificuldades para a política agrícola, mas em compensação os mecanismos de política podem funcionar melhor com a economia mais aberta”, pondera Gasques. Com a abertura comercial, explica ele, o governo não precisa manter “grandes quantidades de estoques reguladores”, pois pode importar para suprir a demanda do mercado interno. “Do mesmo modo, a política de preços tem mais visibilidade com a globalização, e os preços internacionais passam a ser uma referência adicional para o mercado”, defende.

ESTOQUES A questão básica, segundo Júnia Cristina, é que desde a década de 1990 os instrumentos tradicionais de política agrícola foram perdendo lugar para os mecanismos de mercado. Antes, os estoques eram usados estrategicamente pelo governo para regular preços e assegurar renda ao produtor agrícola: o governo comprava quando os preços estavam em baixa e assim

assegurava renda
ao produtor.
E ven-



deixou produtores em dificuldades. Alternativa: novas regras de intervenção



dia para assegurar o abastecimento do mercado e evitar a disparada dos preços. Esse poder de definir preços, para ela, agora é do mercado internacional. A crise financeira, seguramente, evidenciou as falhas do modelo.

Júnia Cristina constata em seu trabalho que houve uma mudança profunda na política de comercialização: o avanço do liberalismo no comércio e a crise fiscal levaram ao desmonte do sistema de garantia de preços mínimos. “Desde os últimos anos da década de 1980, com a redução significativa das aplicações públicas fiscais e financeiras no setor agrícola, os principais instru-

mentos de política agrícola - crédito rural e preços mínimos - foram severamente sacrificados”. A partir de 1995, os mecanismos tradicionais de políticas - as aquisições do governo federal (AGF) e empréstimos do governo federal (EGF) - foram substituídos pelo contrato de opção, no qual o produtor adquire o direito de vender ao governo pelo preço mínimo, e pelo Programa para Escoamento de Produto, adquirido pelo comprador. Esses instrumentos, vigentes até hoje, demandam menos recursos públicos, já que o governo paga apenas a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado.

“Atualmente, os chamados leilões de contratos de opção de vendas têm-se mostrado pouco importantes como mecanismo de estabilização da renda dos agricultores”, afirma Cidade de Araújo, que critica também os instrumentos de proteção de riscos econômicos: “As iniciativas na área de seguro agrícola e prêmio de seguros são muito recentes e de impacto limitado”.

COMPENSAÇÃO Os preços mínimos foram reajustados para a safra 2008/2009 para compensar a alta no custo de produção e se aproximar dos preços de mercado. Mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê queda na produção. Gasques argumenta, entretanto, que a previsão de 140,3 milhões de toneladas é inferior à safra passada, mas, se confirmada, ainda será a segunda maior safra da história. Portanto, não indica crise. “Os primeiros impactos serão sentidos na produção”, discorda o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), integrante da bancada ruralista na Câmara. Os produtores alegam que plantaram numa época em que os preços dos insumos estavam altos e vão colher num período de preços baixos.

“Vamos ter que fazer uma política de preços mínimos”, diz o deputado, que vê na atual crise internacional uma grande oportunidade para o Brasil. A produção mundial vai cair, prevê, e, se houver uma política de estímulo à produção, o Brasil pode se firmar como um grande fornecedor de alimentos ao mercado internacional. Para o Brasil ocupar esse espaço, é preciso dar segurança ao produtor. “A sustentação de preços é estratégica também para a criação de excedentes exportáveis. Sem essa garantia para os produtos tradicionalmente de mercado doméstico, os sinais de mercado, em um cenário de preços deprimidos, acabarão por desestimular a produção, abortando a possibilidade de exportação”, assegura Júnia Cristina.

Ganhos de produtividade precisam ser preservados

Embora o crédito seja fundamental para a agricultura, a questão primordial é proporcionar ao setor condições para a manter os ganhos de produtividade, de acordo com o professor Paulo Fernando Cidade de Araújo. São numerosas as necessidades da agricultura nacional, afirma. "Aliás, trata-se de um setor que no passado foi muito discriminado em termos de política macroeconômica". Mas a política agrícola, além do crédito, deveria enfatizar mais os investimentos em infraestrutura e em pesquisa agrícola: "Vale lembrar que o país precisa manter as altas taxas de crescimento da Produtividade Total dos Fatores (PTF), a fim de gerar e aumentar os excedentes de produto, de fatores produtivos e de capital financeiro que vimos produzindo desde meados de 1980. Talvez seja esse o nosso maior desafio".

O crescimento da produtividade, combinado com preços dos produtos e dos insumos, resultou num aumento do poder de compra do setor agropecuário de aproximadamente 40%, entre 1991 e 2004, concluiu o estudo. De 1991 a 2003, as lavouras acumularam ganho de 60%, mas sofreram o impacto do aumento dos preços dos fertilizantes em 2004. Já os produtos de origem animal não tiveram bom desempenho, por causa de sua dependência do mercado interno num período de baixo crescimento econômico.

Os ganhos de produtividade a partir de 1980, segundo ele, devem-se a tecnologias desenvolvidas uma década antes. Entre o desenvolvimento de uma nova técnica e seu emprego na produção, explica ele, há um prazo considerável. Por isso, é importante manter os investimentos em pesquisa. De acordo com Cidade de Araújo, a falta de investimento em infraestrutura de transporte forçou os produtores a aumentar a produtividade e buscar novas fronteiras agrícolas, como foi o caso do Centro-Oeste.

ENDIVIDAMENTO Mesmo com os excepcionais ganhos de produtividade, o setor ainda convive com um antigo problema, o do endividamento a partir de 1990. Essa dívida, segundo Cidade de Araújo, está estimada atualmente em R\$ 120 bilhões, incluindo os financiamentos bancários, de empresas agroindustriais e tradings. A partir de 1996, com a



Fotos: Joazeiro Gonçalves

Censi: sem ter a quem vender, a alternativa é começar a demitir para evitar prejuízos maiores



Fraschera: muitos deixaram de plantar porque não tinham recursos para comprar insumos

instituição de dois programas de renegociação de dívidas, a prática tem sido a aprovação pelo Congresso de projetos de renegociação a cada ano.

O professor ressalta que o governo sempre teve uma presença forte na agricultura brasileira. "É difícil compreender a evolução do setor agropecuário sem examinar os objetivos e resultados das intervenções de política econômica do governo central", afirma. No entanto, esse intervencionismo vem se reduzindo nos últimos 20 anos. "As colunas mestras da política agrícola, construídas nos anos de 1960 e 1970, foram corroídas de tal modo que o novo modelo im-



Werlang: "O risco é muito grande e o credor não quer saber se você perdeu a sua produção"

plantado no final dos anos de 1990 (e semelhante ao atual) revela correlação muito baixa com os modelos anteriores", comenta. Segundo ele, o modelo atual de financiamento está esgotado. Um novo desenho de política, sugere, deveria "atentar continuamente" para os riscos de depressão financeira, eliminar programas diferenciados para determinados grupos, reduzir os custos de transação do crédito, desenvolver o seguro agropecuário, e criar mecanismos de captação de poupança no sistema bancário.

A falta dessa política institucionalizada foi suprida, nos últimos anos, pelo crédito das tradings, que antecipavam o

bancários, de empresas privadas e tradings. CNA tenta modificar o quadro

capital ao produtor e este se comprometia a entregar sua produção ao financiador. "Esta e outras operações de crédito informal explicam como a agricultura pôde crescer a despeito do declínio do crédito rural formal, a partir de 1986", diz. Ele ressaltava ainda a importância de estabelecer um equilíbrio na política macroeconômica, que tende a privilegiar a alocação de recursos ao setor industrial urbano, reduzindo os da agricultura.

DIFICULDADES Produtores agrícolas reclamam que a situação ficou difícil com a saída das *tradings* e também por causa da queda nos preços dos alimentos. "A maioria do pessoal dependia de *trading*", diz João Carlos Werlang, presidente da Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF) e produtor de grãos. Para plantar 600 hectares de milho, soja, sorgo, feijão e trigo, ele comprou adubo a preços altos e com o real valorizado. Agora, os preços dos grãos caíram e o real se desvalorizou. "Com a crise mundial, estamos sofrendo muito", completa.

"Temos milho e não conseguimos vender. O governo tinha que entrar comprando, tinha que fazer estoque", sugere Werlang. Os produtores do Mato Grosso, para ele, estão vendendo a produção abaixo do preço mínimo, porque os mecanismos existentes hoje, como o contrato de opções, não são eficazes para assegurar a renda do produtor. Além disso, afirma, a maioria dos produtores não está preparada para operar com o contrato de opções. Falta também alguma espécie de seguro que cubra os riscos da atividade, que está sujeita à variação de preços da produção e dos insumos e às intempéries da natureza. Ele conta que perdeu toda sua produção de feijão por causa do excesso de chuva na região: "O risco é muito grande, e o credor não quer saber se você perdeu sua produção". Werlang conta que esteve recentemente nos Estados Unidos e pôde verificar uma grande diferença de tratamento: "Lá, o país assegura a renda dos produtores".

A falta de apoio e os riscos da atividade, diz, desestimulam o investimento no campo: "Daqui a pouco todo mundo vai para a cidade". No cenário de crise, os problemas se agravam. "O produtor planta com expectativa de preço, e na colheita as grandes empresas derrubam os preços", denuncia. Como poucos produtores têm condições de segurar o estoque, vendem a produção pelo valor que as empresas oferecerem. Geralmente, quando chega a safra 60% da produção já estão comercializados.

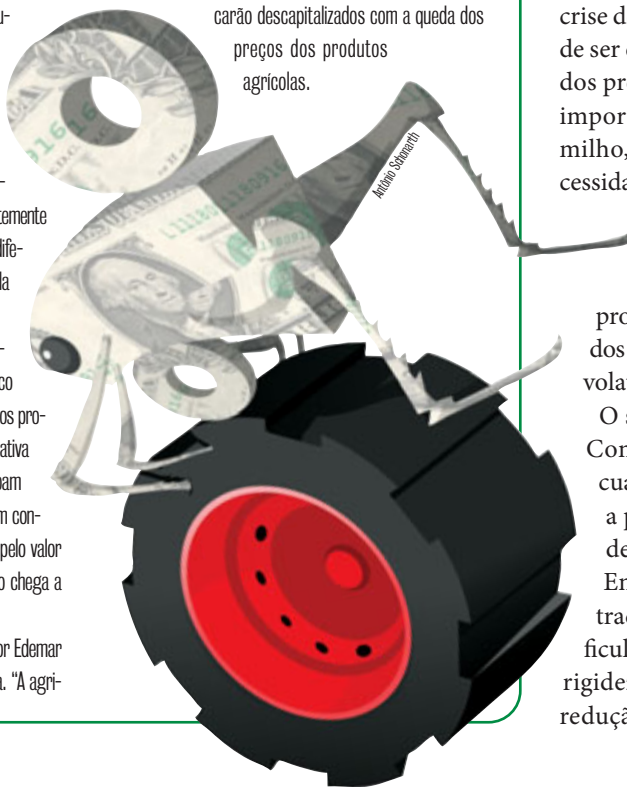
Por causa dos riscos da agricultura, o produtor Edeimar Faschera decidiu investir também em agropecuária. "A agri-

cultura é um risco a céu aberto, e os custos são elevados", comenta. Segundo ele, muitos produtores do Distrito Federal não plantaram porque não tinham recursos para comprar insumos e outros plantaram sem adubo. "Tive que vender um gadinho para plantar", conta. Metade da produção já está comprometida com o pagamento de insumos. Faschera espera que os 50% restantes cubram os outros custos.

"Vamos vender a próxima safra a preços menores do que na safra que colhemos", prevê Derci Cenci, produtor e secretário da Coopa-DF. Os custos na época do plantio, segundo ele, estavam 40% acima dos custos de plantio da safra anterior. "Vai ser difícil recuperar o que investimos", afirma. A combinação de crise com retração do crédito, queda nos preços, custos altos e chuva, diz ele, quebrou a produção. "Já estamos tomando medida para mandar gente embora", informa. Se o governo garantisse a compra, comenta, ajudaria muito, mas ele só compra 40 sacas de feijão de cada produtor. "Eu produzo 3 mil sacas. Vou vender para quem?" reclama. A cooperativa, informa, está com 300 mil sacos de milho e não há interessados.

Na avaliação dos produtores, se os efeitos da crise persistirem, haverá reflexo na próxima safra, com redução da área plantada e queda na produção nacional. As estimativas do IBGE já vêm apontando para uma redução da safra 2008/2009 em relação à anterior. A redução, segundo eles, pode ser maior do que a prevista, porque,

além da escassez de crédito, os produtores ficarão descapitalizados com a queda dos preços dos produtos agrícolas.



É preciso ainda definir regras para intervenção no mercado com a venda de estoque. Na safra de 2000/2001, segundo ela, os preços do arroz subiram e houve importação, a despeito de haver estoque. "O País deveria criar um mecanismo que justificasse a intervenção no mercado, desestimulando a importação", propõe. Lembra ainda que o preço de exercício nos contratos de opção tem um papel importante, tanto para estimular a estocagem privada quanto para a formação de estoques, e deve ser usado de maneira estratégica, antecipando-se a eventuais problemas de sustentação de preços.

INSTRUMENTOS "É necessário frisar que o momento atual exige modificações nos instrumentos utilizados até agora", diz Júnia Cristina, que defende a busca de um modelo mais compatível com o mercado globalizado. O estudo conclui que o Programa de Escoamento da Produção e os contratos de opção contribuíram para reduzir a volatilidade dos preços num primeiro momento. Com a desvalorização da moeda nacional na crise de 1999, os mecanismos deixaram de ser eficazes para manter o equilíbrio dos preços, já que se tornou mais caro importar. "Especialmente no caso do milho, deve ser enfatizado que há necessidade de se reter estoques suficientes,

de tal forma que seja possível regularizar a oferta doméstica em anos de redução da produção, garantindo a sustentação dos preços internos e diminuindo sua volatilidade", lembra a pesquisadora.

O setor quer medidas imediatas: a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) já começou a pressionar por um novo modelo de financiamento do agronegócio.

Em sua página na internet, a CNA traça um cenário desanimador: "dificuldades de comercialização, maior rigidez na concessão do crédito rural, redução de 8% no uso de fertilizantes

“Carta de Conjuntura” do Ipea constata: houve queda na venda de fertilizantes

nas lavouras e queda da área plantada na safrinha de milho 2009”. De acordo com a entidade, o risco de inadimplência é alto, porque os custos financeiros subiram e os preços estão em baixa. É um cenário que pode desencadear em mais uma renegociação da dívida do setor rural.

COMPULSÓRIO Em resposta às queixas do setor, o governo liberou R\$ 6 bilhões entre outubro e novembro, em linhas do Banco do Brasil, e aumentou em R\$ 5,5 bilhões os recursos que os bancos têm que aplicar compulsoriamente em agricultura. O volume de recursos é insuficiente, afirma o deputado Duarte Nogueira, e o dinheiro, para ele, não está chegando ao produtor. Na verdade, outros setores também têm reclamado que os recursos liberados pelo governo desde o agravamento da crise financeira internacional, em setembro, não tem chegado à economia. Até mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reclamou dos bancos.

Outra fonte de financiamento para a produção destinada à exportação, os adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), também secou. As poucas linhas para ACC estão com taxas proibitivas. Ao divulgar a “Carta de Conjuntura” de dezembro, Marcelo Nonnenberg, coordenador do Grupo de Análise e Previsões (GAP) do Ipea, informou que houve queda no volume de vendas de fertilizantes em outubro, e isso pode impactar negativamente a produção de grãos. Os motivos são conhecidos: falta de crédito e aumento dos preços dos fertilizantes. Para agravar a situação, informa Nonnenberg, há expectativa de queda nas importações:

China e União Européia devem reduzir em 5% e 6%, respectivamente, as importações de soja na safra de 2009. Há previsão também de redução na importação de carne pelo mercado dos Estados Unidos (-7,3%) e europeu (-5%). Além disso, as exportações brasileiras de carne para a Rússia estão paradas, porque falta crédito ao importador russo.

Esse cenário de retração mundial evidenciou um fato: as *tradings* internacionais supriam boa parte da necessidade de financiamento dos produtores brasileiros. No Centro-Oeste, por exemplo, o Ministério da Agricultura estima que estas empresas e os fornecedores de insumos participavam com cerca de 60 % dos recursos para financiamento da safra. Os agricultores entravam com 30% de capital próprio e 10% vinham do sistema nacional de crédito rural. No Sul do País, o sistema nacional de crédito rural respondia por 60 % do financiamento. “As *tradings* não substituíram o go-

verno no fornecimento de crédito, embora ocupem posição importante no financiamento rural”, afirma Gasques.

TECNOLOGIA O cenário de alta produtividade e relações da troca permitiu “aos agricultores de alta tecnologia obter um tipo de financiamento alternativo ao tradicional sistema de crédito rural”, de acordo com Paulo Fernando Cidade de Araújo. “A entrada do setor privado foi uma compensação à retirada do governo no financiamento e comercialização da produção. As indústrias processadoras de alimentos, as *tradings* e os supermercados desenvolveram um sofisticado sistema informal de financiamento”, explica. Parte da indústria de alimentos e os exportadores começaram a captar recursos no exterior, transferindo-os aos produtores devidamente integrados numa cadeia produtiva. A indústria de alimentos, segundo ele, fornecia também todo o material genético e a tecnologia.

O governo tem aperfeiçoado os instrumentos de política agrícola, argumenta Gasques. “Alguns não estão funcionando melhor por problemas de natureza macroeconômica, como a taxa de juros” afirma. Segundo ele, a taxa de juros da economia torna pouco atrativa a aplicação em títulos agropecuários, e trava os negócios com papéis ligados à agricultura. “Estes mecanismos poderiam captar volumes maiores de recursos para o setor”, diz. Mesmo assim, afirma, o volume de recursos desembolsado pelo sistema nacional de crédito rural de janeiro a outubro de 2008 é superior ao desembolsado em igual período do ano anterior. **II**



BOLETIM REGIONAL E URBANO

Novidade no Ipea

A questão regional e urbana é crucial para o desenvolvimento de longo prazo.

É com essa perspectiva que a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea, passa a divulgar semestralmente um boletim que contemple o debate dessas questões.

O boletim vai tratar das cinco áreas que estruturam os estudos regionais representadas na Dirur:

- estudos regionais
- estudos intra-urbanos
- redes de cidades
- meio ambiente
- federalismo

A publicação também abre espaço para colaborações externas, fundamentais para a identificação da leitura de outros atores.

O nº1 sai agora em janeiro.

Peça na livraria.

Baixe pelo portal.

www.ipea.gov.br



AÇÃO PARLAMENTAR

Alexandre Figueiredo Drumondino



Projetos que podem mudar a vida do cidadão

O Congresso Nacional retoma suas atividades em fevereiro, após o recesso de fim de ano. Na pauta, temas polêmicos que interferem diretamente na vida do cidadão. Como as reformas tributária e previdenciária. Ritmo das votações está atrelado, inexoravelmente, aos desdobramentos da crise econômica

Por **Márcio Falcão**, de Brasília



Acordo de líderes, ainda no ano passado, deu prioridade à reforma tributária.

Quando deputados e senadores desembarcarem do recesso parlamentar em fevereiro terão que retomar as articulações para definir o rumo das votações de matérias polêmicas, eleitas como prioridades em 2008, mas que ficaram esquecidas nas gavetas do Congresso. Entre as propostas estão mudanças nos sistemas tributário e eleitoral, nova fórmula para definir o valor do benefício para o trabalhador se aposentar, além de medidas de forte impacto social, como a redução da maioria penal e a criação de um novo tributo para financiar a saúde.

As medidas ainda terão efeitos nas contas públicas com as possíveis alterações no marco regulatório do petróleo. Na avaliação de governistas e opositores, 2009 é um ano importante para o Parlamento avançar nestas questões porque os debates políticos não estarão completamente influenciados pela disputa partidária em torno das eleições de 2010.

Pelos corredores do Congresso, governo e oposição são unânimes em avaliar que, se estas matérias não forem analisadas ao longo do ano, a tendência é de que acabem novamente engavetadas. Motivo: 2010 será ano eleitoral e as atenções voltam-se para a renovação dos mandatos. Para as propostas deixarem o campo da articulação, deputados e senadores terão, primeiro, que definir, ainda em fevereiro, os novos comandos da Câmara e do Senado.

ESCOLHA FUNDAMENTAL O Palácio do Planalto tem interesse direto na sucessão do Congresso. Avalia que a escolha dos próximos presidentes do Senado e da Câmara será fundamental para os dois últimos anos do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, conseqüentemente, na troca de comando do Planalto em 2010. “É um cargo importante e estratégico, por isso, defendemos sempre um bom aliado no poder, que possa conciliar os anseios do Congresso com as projeções do Executivo”, disse o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.



Antonio Cruz/ABr

Múcio admite: sucessão no comando do Congresso ditará o ritmo das reformas de interesse do governo



Roosevelt Pinheiro/ABr

Fontana: por uma nova CPMF, remodelada

Pelos acordos fechados entre governo e oposição, após as eleições das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, a prioridade é a reforma tributária. O adiamento da votação para este ano não encerrou as discussões sobre a proposta. O relator da matéria, deputado Sandro Mabel (PR-GO), convenceu o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), a montar um grupo de trabalho durante o recesso parlamentar para tentar chegar a um texto de consenso que contemple as reivindicações da equipe econômica e dos governado-



Geraldo Magela / Agência Senado

Garibaldi: proposta de freio nas medidas provisórias

res. O grupo de discussão da reforma foi integrado por parlamentares, assessores, técnicos da Receita Federal e secretários estaduais de Fazenda.

“Vamos estar com o texto pronto para votação em março”, disse Mabel. “Esta reforma não vai acabar engavetada. Vamos elaborar um texto de consenso e o que não for consenso vai depender do apoio da maioria do plenário. O que não podemos é esperar que a reforma como um todo tenha a aprovação dos 513 parlamentares para ir a votação”.

Resta saber se a decisão será mantida neste momento de instabilidade mundial

As definições sobre o texto final, Mabel prefere não divulgar para não criar novos impasses que dificultem, mais uma vez, a votação da reforma. Com o grupo foi discutido os dois pontos que mais incomodam aos governadores, principais opositores da reforma: o Fundo de Equalização de Receitas e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. O Fundo de Equalização será criado para ressarcir os Estados por eventuais perdas por conta da reforma. A maioria dos governadores argumenta que as receitas deste fundo já são de propriedade dos Estados, como os recursos da chamada Lei Kandir, que concede benefícios fiscais aos Estados exportadores.

Os governadores dizem também que a receita do Fundo é insuficiente para cobrir as perdas. Em relação ao Fundo de Desenvolvimento, que tem o objetivo de compensar os Estados pelo fim da guerra fiscal, Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem ampliar os recursos. A movimentação de Mabel motivou uma onda otimista na equipe econômica. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, garantiu que a reforma será aprovada pela Câmara no início de 2009. "Podem escrever", afirmou.

NOVO TRIBUTO Um dos principais pontos da proposta é a criação do Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F), a partir da união do PIS/Pasep, da Cofins e da contribuição para o salário-educação. Se a arrecadação do novo tributo superar a soma dos anteriores, o governo será obrigado a reduzir alíquotas. Para acabar com a guerra fiscal, o texto prevê punições para os estados que insistirem nessa política, com a interrupção das transferências de recursos da União. Entretanto, para cancelar um incentivo fiscal que se caracteriza como guerra fiscal, será necessária a aprovação pela maioria dos integrantes do Conselho de Administração Fazendária (Confaz), com voto de representantes de todas as regiões do País. O quorum passou a ser de 4/5 dos votos. O relatório inicial mantinha o quorum atual, de maioria simples.

Empresários e trabalhadores divergem

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto, não tem dúvida: o Congresso Nacional, diante do cenário adverso, terá de exercer um papel fundamental no esforço global que está sendo feito para reverter a situação. A crise financeira internacional, acrescenta, obrigará os governos e as empresas de todos os países a adotarem reações defensivas que incluem medidas protecionistas e políticas de subsídios a setores potencialmente mais afetados. As nações, previu, devem aumentar a cooperação internacional, de modo que o setor privado lidere a recuperação da economia global.

"O processo de recuperação da economia global será liderado pelo setor privado e as intervenções governamentais devem concentrar-se na criação de um ambiente regulatório que contribua para o afrouxamento da restrição de crédito, que hoje penaliza duramente os setores produtivos, e favoreça a assunção de riscos comerciais", afirmou Monteiro Neto.

OPORTUNIDADES O presidente da Sadia, Luiz Fernando Furlan, afirmou que este é o momento de estreitar as relações comerciais, sejam multilaterais ou bilaterais, para aproveitar as oportunidades proporcionadas pela crise. "O acordo Mercosul-União Européia não saiu, anos atrás, por detalhes. Talvez seja o momento de se fazer um acordo Brasil-União Européia", disse. "Seria muito mais fácil fazer um acordo com um país que faz parte da solução da crise, não do problema", continuou o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), Paulo Godoy, lembrou que os investimentos estrangeiros no Brasil não param de crescer há vários anos e também que, de 2003 para cá, aumentou o número de empresas nacionais que atuam no exterior. "Isso mostra que temos um ambiente de investimentos que é factível, com agências regulatórias, marcos legais e respeito às regras que permitem que invistam aqui. Do mesmo modo, com o respaldo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as empresas brasileiras têm aumentado a participação em outros países. Esse é o caminho", definiu.

A deservoltura com que os empresários propõem soluções para a crise preocupa os sindicalistas. Principalmente em relação à proposta de flexibilização da legislação trabalhista, que inclui redução de salários e suspensão dos contratos de trabalho por prazo determinado. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique da Silva Santos, colocou os sindicatos associados em prontidão: se a proposta for levada adiante, haverá paralisação geral. As empresas, diz ele, deveriam pensar em manter o emprego, já que se beneficiam dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador por meio de financiamento do BNDES. "Não podemos mexer nas garantias do trabalhador", acrescenta o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

Wilson Dias/Abbr



Furlan: o momento exige um acordo Brasil-União Européia para enfrentar a crise mundial

Proposta para mudar tributos é insatisfatória

Para a diretora-adjunta de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Denise Gentil, seria melhor que não houvesse a votação da reforma tributária. Acredita que as propostas apresentadas até agora precisariam ser aperfeiçoadas: "O sistema tributário atual tem vários defeitos e o maior deles é a sua elevada regressividade. O novo projeto não aborda esse grave problema", argumenta. "Visa apenas a simplificação dos tributos, a desoneração da folha de salários e a inibição da guerra fiscal entre os Estados. Não toca em questões como a da tributação da propriedade e da riqueza financeira e não retira a injusta carga tributária indireta sobre as pessoas mais pobres".

Sobre a reforma da Previdência, Denise Gentil acredita que o tema está embutido na reforma tributária, que, ao criar um imposto sobre o valor adicionado federal (IVA-F), extingue a Cofins e o PIS, além de incorporar a CSLL ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Dessa forma, as contribuições sociais que financiam o sistema de seguridade social seriam extintas, o que acabaria com as receitas próprias do sistema de proteção social do País, "sem a necessária garantia de compensação para a cobertura integral dos custos do sistema, tal como existe hoje". Ainda segundo Denise, isso tornaria vulnerável a garantia futura dos direitos sociais, com o sistema de seguridade social ficando sujeito aos "ajustes casuísticos do orçamento fiscal e sob forte disputa de recursos".

"As transferências de renda efetuadas pelo Estado são muito importantes na fase de crise da economia", destaca. "Os projetos que visam extinguir o fator previdenciário e recuperar o poder aquisitivo dos que recebem aposentadoria superior a um salário mínimo são de grande importância, porque elevam o gasto público e injetam demanda na economia. O sistema de seguridade social, segundo ela, pode ser utilizado como mecanismo para fazer, simultaneamente, distribuição de renda e criação de consumo de massa, o que causa forte estímulo ao investimento privado produtivo.

Denise diz ainda que está comprovado empiricamente que a seguridade social do Brasil é superavitária. Ela salienta que a utilização desses recursos excedentes serviria para "assegurar a sobrevivência digna de grande parcela da população, inclusive dos desempregados". Denise lembra que, só em 2008, houve um crescimento de 12%, em valores reais, na receita previdenciária, muito acima do crescimento do PIB.



Antonio Cruz/ABr

Erro conceitual: sistema tributário brasileiro incide também sobre o consumo dos pobres

Ainda sobre a crise, Denise aposta na sensibilidade dos congressistas brasileiros para que, em 2009, votem projetos que atuem para proteger a produção e estimular o emprego. A diretora do Ipea é contrária a uma possível flexibilização das leis trabalhistas, hipótese que começa a ser desenhada a partir do momento em que grandes empresas no exterior adotam medidas como redução de jornada de trabalho e de salários.

"Os direitos dos trabalhadores brasileiros foram conquistados com muita luta. Flexibilizá-los agora seria incorrer no risco de perda definitiva desses direitos e não resolveria o problema do emprego", garante. "Não há uma relação empiricamente comprovada entre redução dos custos do trabalho e elevação do nível de emprego".

Na sua opinião, o que garante o emprego é o "investimento produtivo que os empresários fazem e isso, por sua vez, depende da confiança que têm na economia do país, de que vão conseguir vender aquilo que produzem e comercializam em quantidades e preços rentáveis".

"Isso independe do custo do trabalhador. Mesmo que não houvesse encargo trabalhista algum, o empresário não manteria seus funcionários se não houvesse a perspectiva

de que, com sua contratação ou manutenção no posto de trabalho, isto seria um investimento viável", disse. "E isso depende diretamente do ambiente macroeconômico do País o qual, por sua vez, está diretamente ligado à estratégia de política econômica do governo federal".

EFEITOS DA CRISE Segundo o pesquisador do Ipea Pedro Carvalho, a votação da reforma tributária este ano dependerá, muito, dos efeitos crise econômica mundial. E pode, ao contrário do que promete o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ficar para ser apreciada em 2010. Nesse caso, o fato de ser ano eleitoral, segundo Carvalho, não seria um grande empecilho para a votação.

"Acredito que, em 2009, os efeitos da crise vão ser fundamentais para definir se a reforma tributária será ou não votada", disse. "Se ficar para 2010, não creio que o fato de ser ano eleitoral possa ser um empecilho. Muitos municípios, por exemplo, deixam para mudar as regras no último ano. Além disso, mesmo com o presidente Lula brigando para eleger seu sucessor, o fato de ele próprio não concorrer à reeleição também conta".

Entre os pontos mais complicados, que podem atrasar a reforma, Carvalho acredita que a questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) terá muitas dificuldades de obter consenso, principalmente pelas perdas que as mudanças vão impor a estados como São Paulo. "No caso do ICMS, não tem como não haver vencedores e perdedores", salienta.

Segundo ele, todos os temas que atinjam diretamente os estados deverão causar divergências. O mesmo não acontecerá em relação a assuntos como tributos federais, que dizem respeito ao país, de forma geral. Sobre a reforma na Previdência, Carvalho lembra que as novas regras causarão mudanças somente em relação às novas aposentadorias. Por isso, resultados sensíveis só ocorrerão a médio e longo prazos. Uma tendência apontada pelo pesquisador é a da extensão da contribuição de inativos do setor privado, medida que, em 2003, atingiu somente os aposentados do serviço público. Carvalho também vê a possibilidade de alterações nas regras para pensionistas, com a adoção de medidas mais restritivas.

"Hoje é possível ao pensionista, por exemplo, acumular pensão e aposentadoria", afirma. "Também não há restrições a respeito de idade ou da existência ou não de filhos", acrescenta.

previdenciário é um dos pontos onde não há consenso, nem mesmo entre aliados

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo estadual, passará a ter alíquotas uniformes em todo o território nacional. A legislação do ICMS será federal, ou seja, os estados não poderão mais legislar sobre ele. A oposição diz que até aceita negociar uma flexibilização do texto, mas critica as concessões feitas por Mabel. “Reconhecemos a necessidade de uma reforma tributária séria e que diminua a carga fiscal do país, que é uma das mais altas do mundo. Mas o problema é que este texto não pode ser votado. Ele se tornou um grande frankstein que ninguém mais sabe o que há nele”, afirma o vice-líder do DEM na Câmara, José Carlos Aleluia (BA).

MARCO REGULATÓRIO Governo e oposição também já preparam suas tropas para uma briga que tem tirado o preocupado presidente Lula: o novo marco regulatório do petróleo, que terá efeito sobre a exploração da camada pré-sal descoberta na costa brasileira. Uma comissão interministerial foi criada para montar um novo modelo e a promessa é de que o texto seja repassado até março ao Congresso. A idéia é evitar que os debates se prolonguem e sejam tumultuados pela oposição para evitar que as mudanças sirvam de cacife político para 2010.

Mas o texto também não deve ter uma tramitação simples por causa da pressão dos governadores que são dos estados produtores de petróleo, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, que correm o risco de sofrer significativa perda na arrecadação. “É uma batalha que vai desgastar todos os lados. E acredito que não seja nem questão de ser governo e oposição. É como uma reforma tributária, na qual o impacto para a base do parlamentar é que mais vai pesar na hora de votar”, argumenta o líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES).

A agenda econômica do Congresso também pode retomar as discussões sobre a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), um novo tributo nos



Mais polêmica: empresários pressionam para flexibilizar as leis trabalhistas em função da crise econômica

moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Com as incertezas da crise financeira internacional, o governo tem segurado a votação da matéria com medo da repercussão negativa em torno da criação de mais um tributo. Caso seja aprovada pelas duas Casas a nova contribuição será alíquota de 0,1% e levará aos cofres do governo R\$ 11 bilhões.

No Congresso, as consultorias da Câmara e do Senado já elaboraram diversas alternativas para a criação do novo imposto, sendo que uma delas defende o aumento de impostos de bebidas e cigarros para financiar a saúde. “No momento certo, vamos recriar este debate, porque dinheiro nunca é demais para saúde e se conseguirmos contribuir com isto estaremos fazendo o nosso papel”, declarou o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (RS).

SISTEMA ELEITORAL Outra batalha que está programada para o primeiro semestre deste ano no Congresso é a reforma no sistema eleitoral brasileiro. Governo e oposição têm interesse na matéria, mas devem tratar apenas de pontos que tenham consenso e que produzam resultado nas eleições de 2010. A estratégia para o texto não acabar esquecido é fatiar a proposta, ou seja, analisar

cada tema de forma individual. O governo acabou interferindo e mandou sugestões ao Congresso para a reforma. São cinco projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição que tratam de cláusula de desempenho, lista fechada, financiamento público de campanha, inelegibilidade, fidelidade partidária e fim das coligações partidárias. “Essa reforma é como um labirinto. O que um labirinto nos ensina é que é necessário percorrer um caminho. Ele não ensina qual é a saída”, defende o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Na Câmara há, ainda, parecer elaborado pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP), que também vai ajudar a dar contornos às mudanças no sistema político. O relatório de temas como duração dos mandatos, fim da reeleição, voto obrigatório e extinção dos suplentes não eleitos pelo voto. A matéria ainda não conta com a simpatia total de governo e oposição. O variado leque de temas em discussão também preocupa. “Se nós expandirmos os temas dessa reforma, vamos procurar um atalho que nos conduzirá a mais uma frustração”, disse o deputado Flávio Dino (PCdoB-MA).

Na avaliação dos especialistas, teriam atenção dos parlamentares a fidelidade partidária e a inelegibilidade. A proposta para flexibilizar a fidelidade estabelece uma

Para especialista, o melhor seria não votar a reforma tributária em 2009

janela para a troca de partido de até 30 dias antes do prazo de filiação (seis meses) para disputar a eleição. Outra proposta que deve ser prioridade no Congresso é a proposta que trata da inelegibilidade. O governo diz que o ideal é a criação de um colegiado de juízes nos Tribunais de Justiça dos Estados, dando celeridade às cassações das candidaturas e dos mandatos.

Há resistências no Congresso e no Executivo a perseguição ao político "ficha-suja" que não foram condenados em todas as instâncias. Argumentam que as pessoas que respondem a muitos processos, mesmo sem julgamento definitivo, deveriam ter seu pedido de candidatura aceito. A idéia do governo de colocar a reforma de forma fatia é criticada por especialistas. "Os temas são bons, mas precisam ser amplamente debatidos e discutidos conjuntamente. O Legislativo, o Executivo e a sociedade civil precisam ter vontade de fazer realmente uma reforma e não apenas arranjar soluções paliativas", afirma o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenère.

REGRAS DE APOSENTADORIA A falta de entendimento entre governo e oposição, deve dar lugar a um acordo para mudar o sistema de aposentadoria do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Alertado do impacto financeiro de que três projetos que foram aprovados pelo Senado para recuperar os benefícios do INSS, o Planalto liberou a negociação para que os governistas derrubem o fator previdenciário. Há, no entanto, 105 projetos sobre o tema em tramitação no Congresso. Se todos fossem aprovados, a despesa com benefícios previdenciários saltaria dos atuais 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o equivalente a 25% do PIB em 2050, segundo o Ministério da Previdência Social.

Escalado para encontrar uma alternativa para a Previdência, o relator do projeto que extingue o fator previdenciário, que atualmente serve de base para o cálculo das aposentadorias, deputado Pepe Vargas (PT-RS), adianta que não pensa



Grande polêmica: governo e oposição têm fortes divergências sobre a questão dos aposentados

em fixar uma idade mínima para a aposentadoria, como algumas lideranças do governo têm defendido. Vargas tem simpatia pela chamada fórmula "95 para homens e 85 para as mulheres", que leva em consideração para a definição do valor do benefício o tempo de contribuição e a idade do trabalhador. A medida diminuiria em média 10 anos a idade na qual o beneficiário poderia requisitar a aposentadoria sem ser prejudicado.

Apesar de defender este sistema, o petista é cauteloso e diz que uma posição só será fechada se as conversas com o governo e com as entidades trabalhadoras chegarem a um consenso. O fator previdenciário é um redutor que leva em conta idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevida para o cálculo da aposentadoria. Foi criado em 1999 para controlar o número de aposentadorias e economizou até hoje R\$ 10 bilhões ao governo. "O que está claro é que o fator previdenciário precisa ser alterado. O sistema não teve o resultado esperado. As estatísticas mostram que os trabalhadores não estão preferindo trabalhar mais. Os segurados não estão suportando esta regra perversa e acabam aposentando antes, ganhando menos e perdendo direitos", avaliou Vargas.

MAIORIDADE PENAL Retirada das prateleiras do Congresso sempre que há um fato de comoção social, aparece a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal no país foi eleita várias vezes como prioridade, mas sempre acaba deixada de lado. O texto propõe a redução, mas estabelece o regime prisional somente para jovens menores de 18 anos e maiores de 16 que cometerem crimes hediondos. A PEC estabelece ainda que o adolescente deve cumprir pena em local distinto dos presos maiores de 18 anos, além de propor a substituição da pena por medidas socioeducativas.

Como a matéria é polêmica, os senadores têm evitado colocar a proposta em votação. A orientação dos governistas para análise desta matéria é que votem contra a redução. O relator do projeto, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), defende a proposta dizendo que embora o texto reduza a maioridade penal, estabelece regras que amenizam a situação dos maiores de 16 anos que estão na criminalidade. "É natural que alguns defendam antes a reforma do sistema prisional, mas é natural que as leis acompanhem o desenvolvimento cultural e social do país", diz. **1**

O setor público municipal



O tamanho do setor público municipal deveria refletir a demanda dos cidadãos locais. Porém, diversos fatores contribuem para distorcer a interação entre a demanda e a oferta. A ação política dos governantes e/ou o sistema de transferências intergovernamentais são fatores que podem levar a um tamanho do setor público não desejável.

Uma classificação interessante nas teorias que explicam o tamanho/crescimento do Estado é: (1) as teorias “cidadãos acima do Estado” e (2) as teorias “Estado acima dos cidadãos”. O primeiro grupo engloba as teorias que consideram o setor público como provedor de bens e serviços e redutor de externalidades. Fatores como renda, gostos/preferências e o preço do bem público explicam maior/menor demanda pelo Estado. A segunda vertente de teorias, também conhecida como o lado da oferta, explica um setor público maior pela sua posição de monopólio e pela necessidade do *policymaker* em maximizar poder e, como consequência, a geração de orçamentos excessivos.

Um dos principais problemas do federalismo fiscal brasileiro no que diz respeito às finanças municipais é a disponibilidade financeira e o atendimento da demanda. Municípios com alto poder de arrecadação tributária própria possuem um contingente populacional muito alto e não conseguem atender à demanda por serviços de forma plena. Em contrapartida, a facilidade em obter recursos via transferências intergovernamentais não estimula o uso da capacidade tributária própria.

O tamanho do setor público municipal apresenta grande diversidade. Três óticas distintas de tamanho (receita e despesa orçamentária em relação ao PIB municipal e emprego público municipal em relação ao emprego total do município) revelam que o setor público municipal é inversamente relacionado ao tamanho da população. Municípios com até 5 mil habitantes apresentam, em média, pela ótica da receita, tamanho de 22% do PIB, enquanto os municípios de mais de 1 milhão de habitantes possuem, em mé-

dia, um setor público de 9% do PIB.

Compreender em que medida o tamanho do setor público municipal reflete uma relação direta com a demanda é de fundamental importância para redesenhar o sistema de transferências intergovernamentais. As necessidades de gastos e o potencial de arrecadação são variáveis importantes a serem consideradas na formulação de um sistema de transferências que ao mesmo tempo disponibilize os recursos necessários para a provisão de um bem ou serviço público e que não distorça o volume e a alocação dos gastos.

Algumas teorias evidenciam que o tamanho do setor público está diretamente relacionado com a volatilidade do setor privado. Ou seja, quanto maior a instabilidade do setor privado, maior a demanda pelo setor público. Esse seria denominado o papel de “seguro social” do setor público. Para os municípios, essa evidência teórica não é corroborada, embora a existência de um setor privado maior implique setor público municipal menor.

Resultados interessantes foram verificados para a arrecadação própria dos municípios, uma medida alternativa para o tamanho do setor público municipal. Em anos de eleição, os municípios praticam uma política fiscal expansionista pelo lado da receita.

Por último, verificou-se que, quanto menor o IDH, maior é o tamanho do setor público municipal medido pela sua arrecadação própria. Esse resultado indica que a necessidade pelo setor público está inversamente relacionada com a renda, educação e longevidade, corroborando o primeiro grupo de teorias citado.

Aperfeiçoar o desenho das transferências intergovernamentais, aprofundar o conhecimento do setor público municipal e do *trade-off* entre os setores público e privado e investigar as diferenças dos municípios são estudos necessários para que o federalismo fiscal possa funcionar de forma a atender às necessidades dos cidadãos.

Roberta da Silva Vieira é técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea

Municípios com alto poder de arrecadação tributária própria possuem um contingente populacional muito alto e não conseguem atender à demanda por serviços de forma plena

Fator previdenciário sempre na berlinda

Passados nove anos de sua implantação, o fator previdenciário é ainda gerador de muita controvérsia entre os estudiosos da previdência social, bem como no meio político. Tanto que o plenário do Senado aprovou, no início de abril de 2008, projeto de lei que prevê o fim do fator previdenciário. O projeto agora espera votação na Câmara dos Deputados.

O fator previdenciário é aplicado no momento da aposentadoria, obrigatoriamente nas ATCs (Aposentadorias por Tempo de Contribuição) e facultativo nas aposentadorias por idade. É uma fórmula matemática pela qual o tempo de contribuição e a idade elevam o valor do multiplicador (e do benefício), ao passo que a maior expectativa de sobrevida (publicada pelo IBGE em dezembro de cada ano) diminui o multiplicador.

A regra do fator foi criada com o objetivo explícito de incentivar a postergação da idade de aposentadoria e, mais veladamente, reforçar o vínculo entre contribuição e recebimento no que tange aos benefícios da previdência social. Deseja-se, assim, que o segurado da previdência não enxergue o benefício da aposentadoria como um prêmio pela participação por determinados anos no mercado de trabalho, mas como reposição de renda pela incapacidade de obtê-la.

Em termos de impactos, o fator foi responsável, entre outros, pela elevação da idade média de concessão das ATCs de 50/52 anos em 1999 para 54/51 anos em 2007, para homens e mulheres respectivamente. A extinção pura e simples

do fator retirará qualquer incentivo à postergação da aposentadoria. O que não parece apropriado em um país com essas médias de idade de aposentadoria.

Por outro lado, o fator previdenciário gera incerteza para o segurado do INSS, pois o valor de sua aposentadoria passa a depender de um fator exógeno ao seu conjunto de ações, a expectativa de sobrevida.

No entanto, isso não significa que a melhor opção ao fator seja a volta da situação de antes dele. Dadas as mudanças demográficas, especialmente a elevação na expectativa de vida e a elevação do percentual de idosos na população, a melhor alternativa ao fator seria o estabelecimento de uma idade de referência para aposentadorias, por exemplo: 60/55 anos com 35/30 anos de contribuição para homens e mulheres. E caso o segurado do INSS alcance o tempo de contribuição com idades inferiores às de referência, pode optar por adiantar sua aposentadoria sabendo que ela vai ser descontada de um percentual fixo a cada ano adiantado. Dessa forma, acabaria a incerteza gerada pelo fator, deixaria de se punir quem entrou cedo no mercado de trabalho e não se criaria incentivos para aposentadorias precoces.

O fator certamente não é o melhor instrumento para gerar os incentivos corretos e é indesejável, pela sua incerteza intrínseca, sob ponto de vista do seguro social para os trabalhadores. Mas sua pura extinção geraria um cenário pior do que o atual. Desta forma, na ausência de alternativas que não a sua mera eliminação, o fator pode ser classificado como um mal necessário.

A regra do fator foi criada com o objetivo explícito de incentivar a postergação da idade de aposentadoria e, mais veladamente, reforçar o vínculo entre contribuição e recebimento no que tange aos benefícios da previdência social

Leonardo Rangel

economista e pesquisador do IPEA

Mau instrumento para um mau propósito

Duas idéias falsas servem de trilha sonora aos atos de desmanche da estrutura brasileira de proteção social cometidos desde 1995: a da legislação trabalhista rígida e a da previdência perdulária.

A primeira, não obstante a última recaída da indústria monopolista, não encontra mais eco na opinião pública. A segunda, no entanto, ainda é amplamente aceita como se verdade fosse. Isso é o que explica a sobrevivência das contra-reformas do governo FHC seis anos após o seu fim.

A mais perversa delas talvez seja o fator previdenciário. Criado em 1999 para compensar o fracasso da imposição de idade mínima para aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, ele deprime acentuadamente o valor dos proventos. Um homem que trabalhe e contribua por 35 anos terá a média de seus salários de contribuição multiplicada por 0,729 (redução de 27,1%) caso aposente-se aos 55. O peso atribuído à idade é maior que o do próprio fato gerador do benefício (o tempo de serviço/contribuição): um homem que trabalhe e contribua por 38 anos terá perda maior (28,5%) que o do primeiro exemplo caso se aposente um pouco mais jovem, aos 52.

A iniquidade intrínseca a essa fórmula é agravada por vivermos num país onde pouquíssimas pessoas podem escolher as datas de início e término de sua vida profissional. Ninguém a inicia aos 14/15 anos por gosto, nem é por deleite que quem o faz aposenta-se ao redor dos 50. Quem começa a trabalhar cedo dedica-se, em regra, a serviços que se tornam penosos com a idade por exigir atributos que ela com-

promete, como força física, acuidade visual e repetição de movimentos.

O mito da generosidade da Previdência não condiz, portanto, com a realidade sócio-laboral da população brasileira.. O resultado das políticas orientadas por ele é a precarização quantitativa e qualitativa da cobertura previdenciária.

Perdas da ordem das que o fator previdenciário traz ao trabalhador na hora da aposentadoria impedem, muitas vezes, a inatividade plena, obrigando o aposentado a permanecer no mercado de mão-de-obra. Além de negar a própria razão de ser da Previdência Social, que é a reposição plena dos rendimentos do trabalho, isto contribui para a precarização das relações laborais. Não faz sentido, num país cuja taxa de desemprego ainda é alta (7,6% [IBGE] e 13% [DIEESE] em novembro de 2008), dificultar o acesso à inatividade remunerada. A economia trazida pelo fator, calculada em R\$ 10 bilhões entre 1999 e 2007, é possivelmente menor que a perda de arrecadação decorrente de seus efeitos negativos sobre os salários e a formalização.

A despesa resultante de sua extinção, por sua vez, poderia ser facilmente coberta com uma pequena redução no desvio de recursos da previdência via DRU para financiar o sistema financeiro e o custeio da estrutura estatal. Esse desvio é calculado pela Anfp em mais de R\$ 180 bilhões entre 2000 e 2007.

O fator previdenciário, portanto, é um mau instrumento destinado a um mau propósito. Extinguí-lo sem adotar outro expediente com caráter e efeitos similares terá sido a maior realização da atual legislatura em prol da população trabalhadora.

Perdas da ordem das que o fator previdenciário traz ao trabalhador na hora da aposentadoria impedem, muitas vezes, a inatividade plena, obrigando o aposentado a permanecer no mercado de mão-de-obra

Henrique Júdice

advogado e assistente de pesquisa do IPEA

Ipea lança programa de Cátedras para o Desenvolvimento

O Ipea lançou o programa Cátedras para o Desenvolvimento, que concederá bolsas de pesquisa para os cursos de pós-graduação em Economia reconhecidos pelo MEC de 27 universidades federais e estaduais.

O programa será implantado inicialmente nas universidades públicas, como um projeto-piloto para incentivar o debate sobre o pensamento econômico e social brasileiro, instituir redes de pesquisa e fortalecer o entendimento sobre o desenvolvimento.

Espera-se a construção de proposições inovadoras de estratégias de políticas de desenvolvimento comprometidas com a especificidade latino-americana e brasileira, à luz das contribuições dos maiores pensadores brasileiros.

As inscrições para o programa estão abertas no www.ipea.gov.br.

Os interessados devem enviar propostas sob forma de projeto, até o dia 22 de janeiro de 2009. As dúvidas poderão ser encaminhadas para o e-mail: catedras@ipea.gov.br

Os resultados serão divulgados no dia 20 de fevereiro de 2009. A partir do dia 1º de março começará a contratação dos projetos.

As propostas deverão ter o consentimento do Departamento de Economia da respectiva Universidade. Sua seleção será realizada por meio de análises e avaliações comparativas, estabelecidas nos julgamentos técnicos de enquadramento e análise da comissão julgadora, composta pelo Conselho de Orientação do Ipea.



Conselho de Orientação do Ipea

Antonio Delfim Neto
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Francisco Lessa
Dércio Garcia Munhoz
Eliezer Batista da Silva
João Manoel Cardoso de Mello
João Paulo de Almeida Magalhães
João Paulo dos Reis Veloso
Luiz Carlos Bresser Pereira
Luiz Gonzaga de Mello Belluzo
Marcio Pochmann
Maria da Conceição Tavares
Pedro Demo
Rafael de Almeida Magalhães
Roberto Cavalcanti de Albuquerque
Rubens Ricupero
Tânia Bacelar de Araújo
Walter Barelli
Wanderley Guilherme dos Santos
Wilson Cano



Universidades federais e estaduais com programa de pós-graduação em Economia:

Universidade Federal do Mato Grosso
Universidade de Campinas
Universidade de São Paulo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal de Sergipe
Universidade Federal de Alagoas
Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Ceará
Universidade de Brasília
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Viçosa
Universidade Federal de Uberlândia
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Estadual de Maringá
Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Universidade Estadual de Londrina

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos
Estratégicos





Uma tragédia anunciada

Santa Catarina abriu, em novembro, o já esperado ciclo de enchentes que se repete a cada verão. Fenômeno já atingiu outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. As autoridades reconhecem: novos casos semelhantes podem acontecer. Ações preventivas são a única maneira de evitar mais prejuízos à vida e ao patrimônio

Por **Gilson Luiz Euzébio**, de Brasília

A tragédia que resultou na morte de 128 pessoas em Santa Catarina, em decorrência das fortes chuvas no final de novembro, demonstra a necessidade de ações urgentes do poder público para proporcionar à população, principalmente às camadas de baixa renda, moradia com qualidade e segurança. O problema, como previsto, ampliou-se nos dois meses seguintes, atingindo Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Deixou atrás de si um rastro de destruição, que promete de espalhar por outras regiões do País até o fim do período chuvoso. As causas são conhecidas: sem renda suficiente para adquirir a casa própria nem para alugar um imóvel regularizado, grande parte da população é empurrada para as periferias das grandes cidades e localidades inadequadas para a moradia, onde convivem com o perigo de deslizamentos de encostas e inundações.

Os deslizamentos provocam maior número de vítimas fatais, enquanto as inundações causam maiores prejuízos econômicos. Por isso, o Ministério das Cidades

decidiu dar prioridade ao apoio a ações de prevenção nos municípios com maior risco de deslizamento, explica o diretor de Planejamento Urbano do Ministério, Celso Santos de Carvalho. São 100 municípios com populações morando em localidades de alto risco distribuídos em oito estados, entre eles os quatro já atingidos. Os outros são Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas.

O Programa de Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas, instituído em 2003, está estruturado em três partes: capacitação técnica de equipes municipais para identificar riscos e traçar políticas preventivas em parceria com a defesa civil - mapeamento dos riscos e proposta de solução, e elaboração do plano de obras. O Ministério já investiu R\$ 1,272 milhão no treinamento de mais de três mil técnicos e R\$ 6,9 milhões no mapeamento de risco em 66 municípios, informa o diretor. Boa parte deles ainda não concluiu o trabalho e apenas 15 chegaram à fase de elaboração do projeto de obras. Nesses projetos, o Ministério investiu R\$ 2,975 milhões.

Projeto de Urbanização das Favelas objetiva oferecer espaços urbanos com

FALTA DE RECURSOS A partir daí, para fazer a obra e eliminar o risco, o prefeito tem que buscar dinheiro em outras fontes ou investir recursos dos cofres do município, porque o Ministério das Cidades não dispõe de recursos para obras de prevenção. Mas o governo federal é responsável pelo Programa de Urbanização de Favelas, uma das finalidades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com dotação de R\$ 12 bilhões. O projeto de urbanização, que se propõe a oferecer espaços urbanos com infra-estrutura adequada, e a produção de habitação de boa qualidade, é uma solução mais abrangente do que a prevenção, reconhece Carvalho. Mas se Santa Catarina, por exemplo, tivesse adotado um plano de prevenção teria como diminuir muito as consequências do desastre, que atingiu 1,5 milhão de pessoas, deixou 78 mil desalojados ou desabrigados e levou 63 municípios a decretar estado de emergência.

Em Pernambuco, 13 municípios da Região Metropolitana de Recife, junto com os governos do estado e federal, implantaram o programa de prevenção e obtiveram bons resultados. “Tínhamos, todo ano, de 20 a 25 mortes naquela área. De 2005 para cá ocorreram cinco mortes”, resalta a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos de moradia e ex-secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Na época, lembra, o governo ofereceu o mesmo tipo de apoio a Santa Catarina, que, junto com Minas e Rio de Janeiro, tinha histórico de maior número de mortes. O caso de Recife é exemplar, porque os parlamentares do Estado, independente de partido, decidiram apresentar emendas conjuntas ao Orçamento da União, destinando recursos às áreas de risco.

Em Belo Horizonte a prefeitura retirou as pessoas das áreas de risco há cinco anos, por imposição do Ministério Público, conta Ermínia Maricato, ex-secretária executiva do Ministério das Cidades. Em 1990, houve também uma grande remo-



Solidariedade: milhares de catarinenses apresentaram-se como voluntários para ajudar os desabrigados...

ção de famílias em São Paulo, depois da morte de 14 pessoas. “Se tivesse sido um processo continuado, não teríamos mais problema”, comenta. A questão básica é a ocupação do solo de forma desordenada, sem qualquer controle ou regulação, fenômeno que se acentuou a partir da década de 1970, com o maior ritmo de urbanização do País. “Com a crise econômica nos anos 1980 e 1990, parte da população que migrou do campo para a cidade foi empurrada para as favelas e áreas inadequadas para a moradia, explica Celso Carvalho.

AÇÕES PREVENTIVAS Raquel Rolnik defende a adoção de medidas de prevenção para preservar a vida da população que já está em área de risco. No caso de Santa Catarina, houve uma concentração de

chuva excepcional. “Não podemos controlar o volume de chuvas, mas os seus efeitos sobre a vida das pessoas, sim. As mortes poderiam ser evitadas”, afirma. “Temos técnicas de formulação de políticas públicas para prevenir mortes e recuperar essas áreas”.

O ideal, reconhece Carvalho, seria evitar que as famílias se instalassem em áreas de risco ou inadequadas para moradia. Nas localidades com declividade forte, é natural a ocorrência de desabamentos de encostas em época de chuva. Quando as pessoas cortam a vegetação e fazem ruas para instalar a área onde pretendem morar, a probabilidade de acidentes aumenta. O risco é maior ainda quando se trata de ocupação irregular ou favela, porque as construções são mais frágeis e não há coleta de lixo nem esgoto, fatores que agra-



Wilson Dias/ABr

...principalmente na distribuição de alimentos

vam a situação. “Não é à toa que a maioria das vítimas de escorregamentos são os mais pobres”, diz ele. que se trata também de um problema social.

Há 30 anos, a ocorrência de morte por deslizamento de terra era “um fenômeno muito raro”, conta Ermínia Maricato. “Hoje, em todo período de chuva tem morte por desmoronamento”, comenta. É a consequência da ocupação desordenada do solo: “A ocupação não regulada do solo é predominante nas cidades brasileiras”. No Rio de Janeiro, segundo ela, 50% dos imóveis são irregulares, situação que se agrava nas regiões Norte e Nordeste. A falta de controle está institucionalizada no país e uma ação mais severa da prefeitura pode agravar o problema social: “Se a prefeitura olhar a legalidade, expulsa os pobres, o pobre não cabe no mercado formal”.

Craque também fora das quadras de tênis

Único brasileiro a liderar o ranking da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP), o catarinense Gustavo Kuerten, o Guga, viveu fortes e contraditórias emoções no final do ano que passou. Viu o Avaí, seu time de coração, após longa ausência, voltar à elite do futebol nacional, ao conquistar o vice-campeonato da série B do Campeonato Brasileiro. Logo em seguida, padeceu com os seus conterrâneos, atingidos por uma das maiores enchentes de todos os tempos no Estado, que provocou 168 mortes, desabrigou milhares de pessoas e causou materiais prejuízos incalculáveis.

Por causa disso, as comemorações no campo esportivo foram postas de lado. Com a mesma garra que se apresentou nas quadras de tênis do mundo, Guga, com o apoio da família, aderiu à campanha para ajudar as vítimas. Por intermédio de sua empresa, a Guga Kuerten Participações, manteve contato direto com empresas para reunir donativos para as famílias das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) de Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí e Blumenau.

O trabalho de distribuição de donativos contou com o apoio das assistentes das APAEs dos municípios do Vale do Itajaí. “Com base na experiência de assistente social da minha mãe [Alice Kuerten], que trabalhou nas outras enchentes, vamos recompor a casa dos mais atingidos. Vamos ajudar essas pessoas a reconstruir e reequipar as suas casas por um período de seis meses, acompanhando essa reestruturação e informando os parceiros”, explica Guga.

O trabalho do ex-tenista não será apenas momentâneo. Terá, também, um efeito de médio prazo, segundo explica a presidente do Instituto Gustavo Kuerten (IGK), Alice Kuerten. “A volta para casa costuma ser traumatizante, as pessoas que ajudam geralmente se preocupam com o primeiro momento, o da sobrevivência, precisamos colaborar também com a recomposição das famílias atingidas”, enfatiza.

TIROS NA PERIFERIA Em áreas de risco, nem os que prestam socorro estão livres de transformarem-se em vítimas. O engenheiro José Henriques Moreira, 48 anos, passou o maior susto desde que começou a tra-



Delegado

Jogada de campeão: Guga largou tudo para ajudar os conterrâneos, inclusive na reconstrução de suas casas

balhar na Coordenação de Defesa Civil Salvador (Code-sal), há 25 anos. Seguiu, ao lado do motorista, para uma vistoria de rotina no bairro de Narandiba, na periferia da capital, onde sempre acontecem alagamentos. Traficantes que dominam o local confundiram o veículo que usavam, um VW Gol branco, com uma viatura da polícia, por causa das lâmpadas presas no teto. “Tudo estava tranquilo até que seis homens pararam em frente ao carro”, relembra. “Dois saíram correndo e os outros quatro começaram a atirar; pensei que ia morrer”. Os servidores se agacharam e começaram a dizer que eram da Prefeitura. “Vocês entraram aqui sem avisar”, respondeu um dos bandidos, suspendendo os disparos. “Tem que avisar sempre que vier na área”.

Por sorte, nenhum dos dois foi atingido. O Gol teve perfurações no pára-choque, no retrovisor e na lateral. Um quarto projétil furou a lataria e se alojou próximo à ignição. “A bala passou entre nós dois”, diz Moreira. Trêmulos, seguiram para registrar ocorrência na polícia. Ao saber do fato, o delegado de Tóxicos e Entorpecentes, Carlos Habib, procurou minimizar: “A segurança pública de Salvador está longe de ser problemática como em outros centros urbanos”, teria dito ele às duas vítimas.

No Rio, 50% dos imóveis são irregulares. A situação fica ainda mais grave se

A solução, na opinião de Raquel Rolnik, passa pelo planejamento do uso e ocupação do solo, com políticas efetivas de habitação social, que assegurem à população o direito à moradia, conforme está previsto na Constituição e no Estatuto da Cidade, de 2001. “O Estatuto deu instrumentos para a prefeitura intervir no mercado do solo para garantir habitação à população de menor renda”, afirma. A nova lei prevê, por exemplo, a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de forma progressiva sobre áreas vazias ou subutilizadas que estejam em locais com infraestrutura. Esses imóveis estão sujeitos, ainda, à edificação e ao parcelamento compulsórios, de acordo com a destinação prevista para a região pelo Plano Diretor. Cabe ao Plano Diretor de cada município estabelecer os critérios para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana e também definir os locais adequados à construção de moradias seguras. Mais de 1,5 mil municípios, segundo Rolnik, fizeram o Plano Diretor até 2006, prazo estipulado pela lei.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA O avanço ainda não foi sentido na prática. Com a taxa progressiva, as prefeituras poderiam tornar onerosa a retenção especulativa de imóveis urbanos. Mas o imposto no Brasil assim como nos demais países da América Latina, é muito baixo, entre 1,4% e 1,5%, enquanto nos países desenvolvidos a tributação está em torno de 4%, de acordo com diretor do programa para a América Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy Martin Smol. A publicação *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), constata que existem mais de cinco milhões de moradias vagas nas áreas urbanas brasileiras, e ao mesmo tempo há um déficit habitacional de 6,4 milhões.

“Os países latino-americanos têm um problema sério de baixa tributação dos imóveis urbanos”, afirmou Smolka durante palestra “Características do fun-



Filme antigo: pessoas que habitam regiões próximas aos rios são muito vulneráveis a enfrentar enchentes

cionamento do mercado de terras na América Latina – relevância para políticas urbanas”, realizada no Ipea. Na avaliação do especialista, embora pareça paradoxal, o aumento da tributação beneficia os pobres, porque derrubaria os preços dos imóveis – mais altos na América Latina do que nos países desenvolvidos – e desestimularia a retenção de áreas, propiciando habitação de qualidade para milhões de famílias.

“Nós temos uma máquina de produzir exclusão e não temos nenhuma política forte do governo federal e estadual para obrigar os municípios a intervir no mercado de terra”, afirma Raquel Rolnik. Para ela, os repasses de recursos aos municípios deveriam estar condicionados à implantação de políticas sociais de habitação, única forma de dar acesso à moradia à maioria da população.

Os programas habitacionais, explica, mesmo os destinados à baixa renda, privilegiam aqueles que têm renda mais elevada. Embora reconheça que o crédito subsidiado ampliou o mercado, a urbanista destaca que 80% do déficit habitacional está na faixa de até três salários mínimos. São famílias que não têm como pagar o financiamento, mesmo com juros subsidia-

dos. E não adianta forçar. A atual crise econômica, lembra, teve origem exatamente no crédito imobiliário concedido a quem não tinha capacidade de pagamento. Uma opção pode ser o estímulo ao mercado de aluguel social, com a destinação dos imóveis desocupados nas regiões centrais das cidades à moradia.

“O aluguel social seria uma opção interessante”, afirma a coordenadora de Estudos Setoriais do Ipea, Maria da Piedade Moraes, que está trabalhando numa pesquisa sobre habitação precária no Brasil. E acrescenta: “Só entra nos programas quem tem capacidade de pagamento. Você precisa ter uma poupança prévia ou ter capacidade de endividamento”. Os programas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com a publicação do Ipea, tiveram desempenho satisfatório em 2005 e 2006, e a maior parte dos investimentos foi destinada à população mais pobre. “É preciso lembrar, porém, que o volume de recursos alocados à habitação social é bastante pequeno diante do enorme déficit habitacional”, destaca Piedade. A execução do orçamento do Programa de Habitação de Interesse Social foi de 2,04% e de 1,49% naqueles anos.

forem consideradas as ocupações em áreas de risco no Norte e no Nordeste



Wilson Dias/ABr

Combinação perigosa: chuva forte nas encostas habitadas põe a vida em risco para milhares de pessoas

MAIOR INTEGRAÇÃO Não é possível, no entanto, solucionar o problema de moradia e de riscos de desastres apenas com política habitacional: é preciso maior integração da política habitacional com os programas sociais, para oferecer também oportunidade de trabalho e renda à população pobre em locais onde possa morar com segurança, recomenda Piedade. O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea), Marcos Tú-

lio de Melo, lembra que é obrigação das prefeituras fiscalizar a ocupação do solo, para que não haja habitação em área de risco ou mesmo inadequada à moradia, mas somente algumas prefeituras têm mapeamento de risco de seu território. “Nós estamos com um problema grave de moradia e de adequação às condições de salubridade, conforto e segurança”, afirma.

As prefeituras têm que fazer o mapeamento das áreas sujeitas à inundações e a

riscos geológicos e manter a fiscalização. “Não permitir a ocupação é função do poder público”, diz. As famílias que estão nessas áreas têm que ser retiradas, mesmo que não queiram. Para Diana Motta, pesquisadora do Ipea, onde for possível a prefeitura deve investir em infra-estrutura e urbanização para levar à comunidade serviços básicos como saúde e educação. A urbanização implica inclusive a redução da violência. E a retirada dos moradores de área de risco deve se dar com envolvimento da própria comunidade.

DEFESA CIVIL Todo ano milhões de famílias brasileiras são atingidas por catástrofes. “Nós temos inundações, deslizamentos de encostas, seca, furacão. No Hemisfério Sul não tem país mais afetado por desastres do que o Brasil”, afirma o coronel Sérgio José Bezerra, coordenador-geral do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional. No início de 2008, 1,2 milhão de pessoas foram afetadas pelas enchentes em todo o País, de acordo com os registros da Defesa Civil. No final do ano, só em Santa Catarina foram mais 1,5 milhão. É um fato que se repete há muitos anos e tende a aumentar. Mesmo assim, o Brasil não dispõe de um sistema de defesa civil com a estrutura necessária para dar resposta a esses fenômenos.

É responsabilidade dos municípios administrar o uso do solo e investir na prevenção e na preparação para a eventualidade de um desastre. Mas o quadro desolador que emerge no cenário do desastre denuncia a omissão da maioria dos prefeitos. “Vê-se omissão do poder público na ocupação desordenada do solo, na ausência de sistema de alerta adequado, no tempo de resposta muito grande, em inúmeros problemas. O desastre mostra em que pé está o País, o Estado, o município. Quando acontece, toda desorganização, toda falta de planejamento, de dificuldade de educação, toda desinformação são colocadas à vista. São inúmeras

No Brasil há de tudo: enchentes, seca e até furacões, diz a Defesa Civil

peças batendo cabeça, inúmeras instituições com dificuldade de gerenciar o desastre”, afirma Bezerra.

Isso pode ser constatado nas mais diversas cidades: “Em Santa Catarina, falou prevenção. Eu andei por lá e verifiquei que tem uma ocupação desordenada de alguns morros. Blumenau é um exemplo claro disso. As pessoas desafiam a lei da gravidade, assim como muitas pessoas no Rio de Janeiro”, relata o coordenador. O desafio pode custar muito caro: quando acontece o desastre, as famílias perdem tudo, muitas vezes até a vida. E enfrentam o drama de viver de favor em casa de parentes ou num abrigo público, o que costuma levar à desagregação do núcleo familiar. A situação “só não é pior do que a guerra”, salienta.

De fato, os efeitos do desastre se multiplicam por todos os setores e afetam a vida de todas as pessoas da região, mesmo daquelas que moram em áreas seguras. Mas, ao longo da história, o Brasil tem destinado poucos recursos à identificação de ameaças e para “apoiar estratégias sustentáveis de gestão de risco”, de acordo com relatório da Secretaria Nacional de Defesa Civil. As Nações Unidas, segundo Bezerra, estimam que as ações do Estado, depois de ocorrido o desastre, custam sete vezes a mais do que seria necessário à prevenção. Só recentemente, o Brasil começou a dar alguns avanços: o Decreto 5736, de fevereiro de 2005, tratou da organização do Sistema Nacional de Defesa Civil, formado por um conselho nacional (integrado por todos os ministérios), uma secretaria para fazer a articulação e coordenação, coordenadorias regionais, estaduais e municipais, além de núcleos municipais com a participação da comunidade.

FALTA DE ESTRUTURA Falta dar efetividade ao sistema, com maior aporte de recursos ao mapeamento de riscos e a atividades de prevenção e, sobretudo, a conscientização de prefeitos e políticos. Segundo Sergio Bezerra, houve alguns avanços: em 2003, apenas 2,2 mil municípios tinham



Brasil solidário: as doações para as vítimas das enchentes de verão chegaram praticamente de todo o País

coordenadorias de defesa civil. Hoje, são 4.255. Mas essas coordenadorias não estão estruturadas nem preparadas para fazer o seu trabalho, enquanto o problema se agrava: “A incidência de desastres e seus impactos, em termos de perdas e danos humanos e materiais socialmente significativos, tem aumentado de forma vertiginosa a partir das últimas décadas do século passado”, afirma documento da secretaria. Os países em desenvolvimento são os mais afetados por causa do aumento da população em áreas de risco e sem infra-estrutura.

Entre 2003 e 2006, a Defesa Civil reconheceu 5.773 casos de situação de emergência ou de estado de calamidade pública nos municípios brasileiros, 1.517 por causa de chuvas. Outros 4.256 por causa de seca. De acordo com a secretaria, 596 municípios foram atendidos, em 2005, com a distribuição de água por carro-pipa. Em 2006, foram 439. Nos dois anos, mais de 2,3 mil municípios receberam alimentos para distribuir a vítimas de desastres.

No último mês de dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 448, que libera R\$ 1,6 bilhão para ações de socorro às vítimas das enchen-

tes, metade desse dinheiro vai para Santa Catarina. A volumosa quantia, no entanto, não é nada se comparada ao prejuízo econômico, à destruição causada pela enchente e ao sacrifício de vidas e da saúde das pessoas. “Vamos levar muitos anos para reconstruir tudo”, diz a deputada Ângela Amin (PP-SC), presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara. As enchentes, que atingiram também estados da região Sudeste no final do ano, mostram claramente, segundo ela, a necessidade de “amadurecimento de todos os setores”.

“Precisamos refazer os conceitos de planejamento urbano para termos crescimento com sustentabilidade e respeito ao meio ambiente”, afirma a deputada, que foi prefeita de Florianópolis por oito anos. Essa reformulação de conceitos, explica ela, não exige apenas uma nova postura das autoridades, mas também conscientização da população. A população exige do poder público, por exemplo, o asfaltamento de ruas sem pensar que o asfalto impede a absorção da água pelo solo e ajuda a propiciar alagamentos. O asfalto, defende ela, deveria ser restrito às pistas principais. **d**

A importância da cidade média



Como as cidades médias foram aquelas que apresentaram maior taxa de urbanização, então é esperado que tal grupo de cidades apresente crescimento mais elevado das atividades “urbanas” em detrimento do desenvolvimento de atividades tradicionalmente agropecuárias

A descentralização estabelecida no país a partir da Constituição de 1988, elevando o município à categoria de executor da política urbana e ampliando suas condições de autonomia jurídica, política e financeira, conduziu a uma mudança no conteúdo das políticas públicas de desenvolvimento urbano. É neste contexto que as cidades médias ganham importância como centros econômicos. Desde a década de 1970, as cidades médias têm desempenhado um papel relevante na dinâmica econômica e espacial do País. Não há consenso sobre um conceito de cidades médias. Sua definição depende dos objetivos de especialistas e de políticas públicas específicas. Entretanto, o tamanho demográfico tem sido o critério mais aplicado para identificar as cidades médias, que podem ser consideradas aquelas cidades com tamanho populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes.

A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestadas na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles. Dessa forma, as cidades médias se revelam como locais privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar que oferecem.

Durante os últimos anos, as cidades médias têm apresentado maior crescimento do que as outras cidades do Brasil, tanto em termos do produto interno bruto (PIB), quanto da urbanização. Enquanto as cidades com mais de 500 mil habitantes estão perdendo participação no PIB nacional (queda de 1,64 p.p. no período de 2002 até 2005), as cidades médias estão ampliando sua participação (aumento de 1,28 p.p. no mesmo período). Do ponto de vista populacional, as cidades com mais de 500 mil habitantes estão crescendo a taxas percentuais abaixo das cidades médias (entre 100 mil e 500 mil habitantes). Isto porque, nos últimos anos, as cidades

médias foram aquelas que apresentaram maior crescimento anual do PIB (cerca de 4,7% ao ano) e crescimento mais elevado da população (aproximadamente 2% ao ano).

Quando uma cidade obtém um elevado crescimento econômico, em termos de elevadas taxas de crescimento do PIB, a mesma torna-se atrativa para migrantes em busca de melhores condições de trabalho. Maior migração significa maior crescimento populacional, supondo que não há diferença substancial entre as taxas de natalidade e mortalidade entre as cidades do sistema urbano. Essa é a tendência verificada nas cidades médias, um crescimento econômico acompanhado a um crescimento populacional.

É interessante averiguar que as cidades médias foram capazes de absorver o crescimento populacional e demonstrar também um crescimento do PIB *per capita*. O PIB *per capita* é a razão entre o PIB e a população da localidade. De maneira equivalente, o crescimento do PIB *per capita* é a diferença entre o crescimento do PIB e o crescimento populacional.

Como as cidades médias foram aquelas que apresentaram maior taxa de urbanização, então é esperado que tal grupo de cidades apresente crescimento mais elevado das atividades “urbanas” (setores secundário e terciário) em detrimento do desenvolvimento de atividades tradicionalmente agropecuárias. Neste caso, haveria menor participação das atividades relacionadas ao setor agropecuário e uma queda do PIB agropecuário.

Uma política de desenvolvimento urbano e regional com foco em centros urbanos médios selecionados poderá fortalecer a rede urbana contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País. Esta política de desenvolvimento deve aproveitar a fase de expansão do crescimento econômico das cidades médias com o objetivo de gerar externalidades positivas para todo o sistema urbano brasileiro.

Diana Motta (foto) é coordenadora de Desenvolvimento Urbano da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea, e **Daniel da Mata** é pesquisador do Ipea



Contabilizando prejuízos

Prefeitos tomam posse de calculadora na mão. Querem saber o tamanho do estrago nas finanças dos municípios com a redução do crescimento previsto para 2009

Por **Erich Decat**, de Brasília



O ano que começa promete ser um período conturbado para o equilíbrio das finanças públicas do País. Representantes da União, dos Estados e dos municípios calculam, desde o final de 2008, os possíveis impactos que a crise financeira global poderá causar na arrecadação dos principais impostos e tributos, pagos pelos contribuintes brasileiros. Apesar do quadro econômico instável, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promete cobrar resultados dos prefeitos que assumiram o Executivo Municipal no dia 1º de janeiro. Uma mostra da insatisfação foi demonstrada quando o presidente afirmou que, em vez de receber, irá propor uma pauta de reivindicações, na próxima Marcha dos Prefeitos. O evento está previsto para ocorrer em Brasília, entre o final de fevereiro e o início de março.

Um aspecto Lula deve enfatizar nestes contatos, especialmente com os prefeitos de primeiro mandato: não é necessária a participação intermediários no relacionamento com a União. O governo pretende acabar com uma prática antiga de Brasília. Escritórios de representação, formados por lobistas, iam aos órgãos públicos negociar a liberação de verbas em nome dos municípios, cobrando um percentual sobre o montante liberado. Para acabar com esse procedimento pernicioso, foi criado o Sistema Nacional de Convênio (Siconv) (leia nesta edição). Basta a prefeitura fazer o cadastro que todas as pendências serão solucionadas com mais rapidez e sem nenhum custo adicional.

Pesquisa aponta que muitos municípios, após a criação da LRF, aumentaram

“Eu ando por lugares, no Brasil, e encontro gente pobre que não está recebendo o Bolsa-Família. Se a gente fez o programa para ajudar as pessoas mais pobres, significa que o Poder Público não chegou àquela pessoa”, ressaltou Lula, para em seguida completar. “Se a gente não tiver uma política combinada com os prefeitos, em cada cidade, para que cada prefeito sinta o desafio de sentir orgulho de, na sua cidade, não ter mais nenhum analfabeto, e, sobretudo nas regiões mais pobres, a gente não vai conseguir vencer no tempo que nós precisamos vencer”. Além do Bolsa-Família e do analfabetismo, o presidente disse que quer respostas dos prefeitos quanto aos altos índices de mortalidade infantil registrados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, e quanto às áreas ambientais degradadas.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, invoca a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para dizer que os problemas citados por Lula são fruto do atropelo ao se estabelecer direitos no País. “Cria-se, em Brasília, uma estrutura jurídica que acaba gerando impasse sobre os entes federativos. Como sustentar programas, se os valores são definidos unilateralmente sem discussão com os municípios? Por exemplo, a média de gastos do Programa de Saúde da Família gira em torno de R\$ 22 mil por profissional. A União repassa apenas cerca de R\$ 5 mil. Como os municípios vão arcar com as despesas se não têm recursos?”, ponderou.

Segundo o Ministério da Saúde, a diferença entre os custos dos profissionais e do repasse aos municípios ocorre porque o governo federal não se propõe a financiar 100% das despesas. “Como o financiamento da saúde é uma responsabilidade das três esferas de gestão, o Ministério da Saúde tem tentado garantir cerca de 50% do financiamento para o custeio da Saúde da Família, de forma que os outros 50% sejam divididos entre secretarias estaduais e municipais de Saúde”, explica o ministério em nota encaminhada à **Desafios**.

TEMA POLÊMICO Quanto ao cumprimento da LRF, o tema ainda é motivo de grandes discordâncias entre os especialistas. Decretada em 2000, a lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal. Os limites de gastos variam entre estados, municípios e União. De acordo com o atual texto, estados e municípios devem cumprir, por exemplo, um limite de 60% da receita corrente líquida para gastos com pessoal. Entre as penalidades previstas pelo não-cumprimento da lei está a suspensão de transferências voluntárias para o município, além de multa e reclusão para o agente público.

Pesquisa realizada por técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maurício Mota Saboya Pinheiro e Roberta da Silva Vieira revela que o limite de gastos imposto pela lei encontra-se longe da realidade dos municípios. “A LRF não se preocupou em verificar a heterogeneidade dos municípios. Pode ter municípios que gastavam mais de 60% com o pessoal porque precisavam atender à população em determinado projeto social. Isso não foi considerado”, ressaltava Vieira.

De acordo com o estudo, que também contou com a participação da consultora do Ipea Dea Guerra Fioravante, a imposição do limite para os gastos com o pessoal estimulou o aumento dessa despesa na maioria dos municípios que apresentavam gastos muito inferiores ao teto determinado. “Verificamos que, após a lei, houve uma diminuição dos municípios que ultrapassaram o limite estabelecido, o que é positivo. Mas, em contrapartida, percebemos também que houve uma corrida, um ‘efeito manada’, por parte de vários municípios para se chegar ao limite”, constata Vieira.

Para a realização da pesquisa, os especialistas consideraram dados amostrais dos períodos de 1998 a 2000 e de 2001 a 2004, ou seja, antes e depois da implantação da lei. Cerca de 5.200 municípios



Gestão participativa: recém-criada ONG Nossa BH...

foram avaliados durante o estudo. Novo levantamento sobre os gastos com o custeio dos municípios deverá ser apresentado em setembro deste ano pelo instituto. “Vamos tentar identificar as rubricas que têm os maiores gastos e depois determinar as variações dessas despesas”, acrescenta Vieira.

AGRESSÃO AO PACTO Também crítica da LRF, a representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Eliana Magalhães Graça acredita que a lei revoga a independência administrativa dos entes federativos prevista na Constituição. “A LRF quebra o pacto federativo, na medida em que restringe a autonomia dos entes quando impõe aos Estados e municípios como devem realizar os gastos”, diz. “O que nos preocupa é o gestor deixar de atender às

as despesas com pessoal sem necessidade. É o chamado “efeito manada”



...quer não apenas fiscalizar, mas também contribuir com a nova administração da capital mineira



Ziulkoski, da CMN: estrutura de repasses criada em Brasília provoca confusão entre entes federativos

Nossa BH vai fiscalizar as ações do prefeito

O prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, e os vereadores da capital que tomaram posse no início do janeiro terão seus mandatos fiscalizados pelo movimento Nossa BH, que defende o princípio de administração pública com participação popular. Trata-se de uma iniciativa que reúne 400 organizações não-governamentais e conta com a colaboração de universidades, lideranças comunitárias, empresas privadas e sindicatos. A meta é acompanhar a gestão de Lacerda e dos políticos de forma geral, cobrando o cumprimento de metas e também propondo parcerias e sugestões.

O Nossa BH começou a ganhar corpo em julho do ano passado. A primeira reunião contou com a participação de oito pessoas, número que foi crescendo até reunir público médio de 100 participantes, explica o integrante do movimento Marcus Fuchs, representante na Região Sudeste da Fundação Avina, ONG fundada na Suíça e que apoia ações de educação ambiental em todo o mundo.

No lançamento oficial da organização, realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, compareceram 150 representantes de vários setores da sociedade, interessados em dar continuidade às ações do Nossa BH. “O lançamento foi uma forma de apresentarmos nossas idéias para o poder público e a mídia”, diz Fuchs. “Nossa posição não é só de cobrança, mas também de aliança, parceria. O objetivo é sermos mais ativos no nosso papel de eleitores e cidadãos”.

O Nossa BH é inspirado em iniciativas que foram desenvolvidas em Bogotá, na Colômbia e São Paulo (SP). A experiência em São Paulo está em uma fase mais evoluída e obteve resultados com a aprovação de uma emenda à Lei Orgânica do Município, em fevereiro, que determina que o prefeito Gilberto Kassab deve apresentar, na seu segundo mandato, um plano de metas baseado nas necessidades da população e prestar conta de suas ações, periodicamente. O mesmo aconteceu em Mirassol, interior paulista, onde a comunidade conseguiu incluir a mesma exigência na Lei Orgânica.

Se o Brasil crescer 2%, em vez dos 4% projetados pelo governo antes da

necessidades básicas da população. Em vários casos, o prefeito até consegue recursos para construir uma escola, mas não pode contratar professores porque já está no limite dos gastos”.

Atualmente tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados proposta (PLP 264/07), de sugerida pela entidade, que prevê mudanças nos parâmetros da LRF. “Uma das alterações previstas é a que dá ao prefeito liberdade para gastar além do limite estipulado pela LRF. Isso se aplicará apenas nos casos em que os recursos forem destinados aos programas sociais”, explica Graça.

Para o professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB), José Matias-Pereira, a LRF deve ser usada como um código de conduta pelo gestor público. “A Lei de Responsabilidade Fiscal é um parâmetro importante. Tem que ser observada como algo positivo”, explica. “Os bons gestores não têm medo da LRF. Uma solução possível para os municípios é se aparelhar de forma eficiente na cobrança de tributos.

Além do desequilíbrio de repasses para os programas sociais, outro fator de preocupação para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, é o impacto que a crise econômica poderá causar aos cofres municipais. Estudo realizado pela entidade mostra que se o Produto Interno Bruto (PIB), em 2009, crescer apenas 2% acima da inflação, em vez dos 4% esperados pelo governo, a arrecadação nominal de impostos e contribuições federais terá um déficit de R\$ 62 bilhões. Essa redução, segundo a pesquisa, vai causar rombo de R\$ 4,5 bilhões no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O Fundo é uma das principais fontes de recursos dos municípios brasileiros. Ele é composto de 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os índices de repasse dos recursos são calculados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e têm como base a população e o universo da renda per capita. Do total dos



Luiz Carlos Hauly: “A crise, com certeza, é o principal desafio dos municipalistas em 2009”

recursos (calculado no início de cada mês), 10% são destinados às capitais, 86,4% para os demais municípios e 3,6% para o fundo de reserva dos municípios com população superior a 142.633 habitantes, excluídas as capitais. Até o quinto dia útil é divulgado o valor de repasse previsto para o mês em curso.

“Uma das conseqüências da desaceleração do crescimento é a diminuição dos repasses para os municípios. Essa questão funciona como efeito dominó. Todos terão que rever o seu orçamento. No entanto, é fundamental para os estados e municípios que as obras prioritárias não sejam paralisadas”, avalia o especialista José Matias-Pereira.

“A crise, com certeza, é o principal desafio dos municipalistas em 2009. Ela vai atingi-los brutalmente, uma vez que eles dependem das receitas do Fundo. Para resolver esse problema, o governo terá de manter a política macroeconômica estável porque estamos todos amarrados na economia”, ressalta Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), integrante da bancada municipalista da Câmara dos Deputados.

CORTE NO CUSTEIO Com o objetivo de manter a economia aquecida, o relator do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA-2009), senador Delcídio Amaral (PT-MS), preservou de cortes o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Projeto Piloto de Investimentos (PPI). O PLOA foi aprovado em dezembro na Comissão Mista do Orçamento. O senador, no entanto, cortou em R\$ 8,5 bilhões os gastos previstos com custeio da máquina pública.

“Em 2009, os gestores deverão ter em mente que será necessário realizar cortes no custeio. É preciso, no entanto, manter os investimentos em obras, porque será por meio delas que vamos gerar novos empregos, contribuindo conseqüentemente para gerar uma circulação de dinheiro no mercado e assim enfrentarmos a crise”, avalia o integrante da bancada municipalista e vice-líder do PT na Casa, Rubens Otoni (GO).

Receosa com a possibilidade de redução na arrecadação, a equipe econômica do governo também definiu um conjunto de medidas que poderá servir de instrumento anticíclico contra a crise. Parte do pacote entra em vigor a partir deste ano. “São medidas que vão aumentar o volume de crédito no mercado interno, reduzir o custo financeiro dos empréstimos e promover a desoneração tributária para baratear o custo dos bens de consumo”, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Entre as medidas estão a redução das alíquotas do IPI para automóveis; a redução de 3% para 1,5% ao ano do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre crédito geral ao consumidor; e a redução das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 2009. Neste último caso, o governo estabeleceu que quem ganha até R\$ 1.434,00 está isento do “leão”. Já na faixa salarial entre R\$ 1.434,00 e R\$ 2.150,00 a alíquota será de 7,5%. Entre R\$ 2.150,00 e R\$ 2.866,00, 15%. Para aqueles que recebem entre R\$ 2.866,00 e R\$ 3.582,00 o desconto será de 22,5%. A partir de R\$ 3.582,00 permanece a alíquota atual de 27,5%.

Saiba como fazer o cadastramento no Siconv

Marcelo Casal Jr/ABr

Em um ano que promete ser de grandes turbulências no âmbito da economia, os prefeitos terão que redobrar o desempenho político e administrativo para conseguir a liberação de recursos voluntários para os municípios. Atualmente, existem três caminhos para um prefeito conseguir recursos federais. Por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é constitucional e por isso o repasse é obrigatório; via emendas parlamentares e por convênios e/ou contratos de repasse com os ministérios.

Desde setembro de 2008, os chefes do executivo municipal que queiram celebrar convênios e contratos de repasse precisam se credenciar no Sistema Nacional de Convênio (Siconv), que se encontra no portal www.convênios.gov.br. A nova ferramenta permite, aos órgãos concedentes e convenientes, o gerenciamento de todos os convênios cadastrados, além da fiscalização *on-line* dos repasses por parte de qualquer cidadão com acesso à internet.

Após o credenciamento, o proponente deve se cadastrar em uma Unidade Cadastradora, distribuída em todo o país, onde deverá apresentar os seguintes documentos:

- cópia autenticada dos documentos pessoais do representante, em especial, Carteira de Identidade e CPF;
- cópia autenticada do diploma eleitoral, acompanhada da publicação da portaria de nomeação ou outro instrumento equivalente, que delegue competência para representar o ente, órgão ou entidade pública, quando for o caso;
- cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade privada sem fins lucrativos, devidamente registrada no cartório competente, acompanhada de instrumento particular de procuração, com firma reconhecida, assinada pelo dirigente máximo, quando for o caso.

Para a realização do cadastramento das entidades privadas sem fins lucrativos é exigido:

- cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;
- relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- declaração do dirigente máximo da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;
- declaração da autoridade máxima da entidade informando que nenhuma das pessoas relacionadas no item II é agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto



Prioridade: o governo federal pretende investir no combate à mortalidade infantil nas regiões carentes

quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

- prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) pelo prazo mínimo de três anos;
 - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na forma da lei;
 - comprovação da qualificação técnica e da capacidade operacional, mediante declaração de funcionamento regular nos três anos anteriores ao credenciamento, emitida por três autoridades do local de sua sede.
- Após o cadastramento - válido por um ano - o prefeito deverá enviar ao órgão concedente a proposta de trabalho para ser analisada e, posteriormente, aprovada, ou não. Todo o procedimento é feito por meio do portal.

Na proposta de trabalho, o prefeito deve definir:

- objeto do programa que será executado;
- justificativa, objeto e período de vigência do convênio;
- valor global (valor de repasse + valor de contrapartida);
- valor de repasse;
- valor da contrapartida (financeira e/ou bens e serviços);

- valor de repasse no exercício atual;
- valor de repasse em exercícios futuros, se for o caso;
- participantes (executor e/ou interveniente, quando houver);
- cronograma físico;
- cronograma desembolso;
- bens e serviços a serem adquiridos (plano de aplicação);
- anexos, se for o caso.

De acordo com o Decreto 6.170/07, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União, os convênios e contratos de repasse não podem ser realizados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos estados, Distrito Federal e municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100 mil.

Em caso de dúvida, o interessado pode telefonar para central de atendimento do Ministério do Planejamento que funciona no número 0800 978 2340. Outra alternativa para os órgãos municipais é a central de atendimento do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) que funciona no número 0800 282 9948.

No Portal dos Convênios também podem ser encontrados simuladores interativos e manuais de capacitação e treinamento, além do endereço de todas as unidades cadastradoras espalhadas pelo País.

PEC paralela sobre vereadores causa impasse entre Câmara e Senado

MAIS VAGAS No campo político o que era para ser motivo de comemoração para milhares de vereadores em 2009, transformou-se numa queda-de-braço entre os presidentes do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP). A contenda tem com cerne a apreciação da PEC 20/08, também conhecida com PEC dos Vereadores.

A proposta, depois de tramitar na Câmara, foi aprovada na última sessão deliberativa do Senado, ocorrida no final de dezembro de 2008. Após a votação dos senadores, para que a PEC entrasse em vigor restava apenas a promulgação por parte da Mesa da Câmara. Isso não ocorreu. Para Chinaglia, a proposta sofreu alterações e por isso deve ser apreciada novamente pelos deputados.

A mudança apontada pelo parlamentar ocorreu com a retirada do texto do artigo 2º pelo relator da matéria no Senado, César Borges (PR-BA). Nesse dispositivo está definido o limite de despesa anuais das Câmaras Municipais. A princípio, a manobra de Borges - que deu origem a uma "PEC paralela" criada para discutir o assunto - mantém para este ano os mesmos gastos do Legislativo Municipal de 2008.

"Na Câmara nós aprovamos um gerenciamento que implicou aumento do número de vereadores para que os municípios tivessem uma representação mais equilibrada, mas ao mesmo tempo aprovamos redução nos gastos das câmaras. No Senado, eles referendaram o número de vereadores que a Câmara aprovou, mas mantiveram os gastos. Como a Mesa poderia promulgar contrariando aquilo que a própria Câmara deliberou?", pondera Chinaglia. "A PEC foi alterada substancialmente no Senado e, portanto, terá de retornar à Câmara para nova análise", defende o deputado.

Para o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a iniciativa de Chinaglia é infundada. No entendimento do senador, a discussão dos gastos das Câmaras Municipais pode ser feita por meio de uma nova



O Senado muda a chamada PEC dos Vereadores: Câmara reage e se recusa a promulgar a decisão

PEC. Em sua defesa, Garibaldi lembra que o desmembramento de trechos de uma Proposta de Emenda à Constituição, dando origem a uma segunda, tem precedentes na votação das reformas do Judiciário e da Previdência.

Diante do impasse entre as Casas, o peemedebista entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a promulgação da PEC dos Vereadores. "Considerar que a Mesa de qualquer das Casas possa recusar-se a promulgar Emenda Constitucional validamente aprovada é conceder um verdadeiro poder de veto não previsto constitucionalmente", observa Garibaldi.

A batalha judicial ainda não tem uma previsão para o seu desfecho. Até lá, a entrada em vigor da PEC dos Vereadores está suspensa. A proposta, que tramita no Congresso Nacional desde 2004, au-

menta o número de integrantes do Legislativo Municipal de 51.924 para 59.267. O texto aprovado pelos senadores revoga a norma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixada em abril de 2004. Na ocasião, a Justiça eleitoral definiu 36 faixas populacionais derivadas das três previstas na Constituição. Essa medida reduziu a Câmara de 2.409 municípios e manteve o mesmo número de cadeira em outros 3.120. Em 19 câmaras municipais, no entanto, houve aumento no número de representantes.

Caso seja promulgada sem alterações, a PEC vai dividir em 24 faixas o número de vagas nas câmaras municipais. A menor delas estabelece que um município com até 15 mil habitantes pode ter até nove vereadores. Já os mais populosos, com mais de oito milhões de habitantes, têm direito a 55 cadeiras. **1**

Lançamento

Periódico Políticas Sociais:
Acompanhamento e Análise nº16



BPS nº16 já pode ser baixado no www.ipea.gov.br

Soberania nacional

Governo pretende que a sociedade civil discuta a redefinição do papel das Forças Armadas. Vocação pacífica do País, historicamente, não inclui o tema entre as prioridades nacionais

Por **Erich Decat**, de Brasília

Criar uma nova doutrina de defesa no País. Esta é a palavra de ordem que as autoridades militares brasileiras pretendem executar a partir deste mês com a implantação do Plano de Estratégia Nacional de Defesa. A missão não promete ser das mais fáceis, devido à histórica falta de interesse dos brasileiros por questões bélicas. O desafio de estimular a participação da sociedade civil no debate sobre a defesa nacional é lembrado na própria exposição de motivos do programa. “Difícil é para as Forças Armadas de um país tão pacífico como o Brasil manterem, em meio à paz, o impulso de se prepararem para o combate e de cultivarem o hábito da transformação”, destaca trecho do documento apresentado à Nação na virada do ano.

Como primeiro passo para implementar o plano, os militares pretendem, a partir de março, encaminhar uma série de propostas para o Congresso Nacional. “Eu acredito que os projetos não serão objeto de disputa política, porque o que está em jogo é a soberania do Estado brasileiro”, considera o líder do PT na Câmara dos Deputados, Maurício Rands (PE).

Já o presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), acredita que os próprios congressistas deverão se ajustar à nova filosofia de defesa. “Eu acho que é uma questão que o Congresso tem que participar, até porque ele tem uma participação diminuta nos temas de defesa e de relações exteriores. Em primeiro lugar, porque isso não dá voto. Em segundo, porque isso é uma qualidade da área da Defesa, ou seja, você não tem indicações políticas para fazer. E por último, porque você não tem ameaças visíveis contra o Brasil”, explica.



Projeto prevê mudanças na Lei de Licitações para priorizar indústria nacional.

A primeira proposta, que deve ser encaminhada para análise dos congressistas, prevê alterações na Lei 8.666, que trata das licitações no serviço público. Entre as mudanças está a que isenta as Forças Armadas da obrigação de comprar produtos de menor preço. Essa medida visa a privilegiar a indústria nacional e substituir os fornecedores estrangeiros. Em contrapartida, o governo poderá ter participação especial no quadro societário das empresas beneficiadas. A execução da política de compras de armamentos bélicos ficará sob a responsabilidade de uma secretaria subordinada ao Ministério de Defesa. O fomento à pesquisa atenderá principalmente ao setor espacial, ao cibernético e ao nuclear.

LANÇADORES DE SATÉLITES De acordo com o programa, a prioridade da área espacial é a fabricação de veículos lançadores de satélites e a produção dos próprios satélites, sobretudo os geostacionários destinados às telecomunicações. No campo cibernético, o foco principal é a capacitação de recursos humanos. Quanto ao setor nuclear, o texto estabelece que o Brasil manterá a utilização dessa tecnologia para fins pacíficos. Entre as medidas previstas, está a concretização do programa de submarino de propulsão nuclear, a construção de reatores e termoeletricas nucleares e a difusão da energia nuclear para áreas como agricultura e saúde.

No âmbito da legislação, outra proposta que os parlamentares deverão analisar é quanto à participação dos militares na segurança pública. “Nós ainda não temos uma regra sobre isso. A partir de janeiro, será desenvolvido um projeto sobre os respaldos que os militares poderão ter quando usados no interior do País para garantir a ordem”, salienta o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O Plano de Defesa também estabelece a distribuição geográfica das Forças



Projeto do submarino nuclear: País reafirma sua posição de utilizar a tecnologia para fins pacíficos. Ação...

Armadas. O Exército deve ser centralizado em Brasília, podendo se deslocar para qualquer região. A base de organização será o módulo de brigada comandado por um general, que contará com um contingente de 5 mil homens.

Já a Marinha deverá ampliar a presença nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. Além da preocupação com a soberania dos rios, a Força também vai ampliar a sua presença no litoral brasileiro, principalmente na faixa onde se encontra a camada do pré-sal, localizada entre os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina.

Outros pontos que terão adensamento da vigilância são as instalações navais e portuárias, arquipélagos e ilhas. A Força Aérea atuará em conjunto com Exército e a Marinha. Para isso, o plano estabelece a adequação da loca-

lização das unidades de transporte de forma a propiciar o rápido atendimento de apoio às Forças.

FRONTEIRAS TERRESTRES Segundo o ministro Nelson Jobim, o contingente de militares nos limites terrestres do País também será ampliado. “Nós iremos cobrir a fronteira da Guiana Francesa, da Guiana, do Suriname e parte da Venezuela. Depois continuaremos na parte relativa ao Pantanal. Na região correspondente à Cabeça de Cachorro, onde ficam Colômbia, Peru e Bolívia, precisamos ter uma melhoria no trabalho”, defende Jobim. O governo estuda a aquisição imediata de 50 helicópteros, modelo EC-725, para serem usados em ações humanitárias do Exército, como as ocorridas no final do ano passado em Santa Catarina durante as enchentes.

Serviço militar continua obrigatório, mas abre espaço para ações sociais



...da Marinha inclui proteção à área do pré-sal

Outra questão que consta no programa estratégico do governo diz respeito à manutenção do serviço militar obrigatório. De acordo com o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, apenas os mais bem preparados serão aproveitados. “A estratégia prevê que as Forças Armadas vão começar a escolher quem elas querem. Isso ocorrerá por dois critérios: o da combinação do vigor físico com a capacidade analítica, que não é a mesma coisa que formação cultural; e o da representação de todas as classes das regiões do País”, explica. Entretanto, aqueles que não forem incorporados pelo serviço militar poderão prestar serviço social. A atividade poderá ser realizada inclusive em regiões diferentes daquelas de onde os voluntários são originários.

O texto do programa não apresenta cifras para a implantação das medidas.

O que prevê o plano

Mudanças na legislação

O Plano Estratégico de Defesa vai estabelecer mudanças na atual legislação. O objetivo é dar à indústria bélica nacional novo marco regulatório jurídico e tributário.

Quanto às questões tributárias, o governo pretende, por meio de incentivo, abrir espaço para o parque industrial militar produzir artefatos como helicópteros, aviões, embarcações, radares e o submarino nuclear. Essa medida visa, entre outras coisas, a substituir os fornecedores estrangeiros e priorizar a produção brasileira. Além da indústria de defesa, serão incentivados os setores automotivo, naval, eletroeletrônico, ferroviário e de equipamentos hospitalares.

A proposta prevê, no âmbito jurídico, a definição da participação dos militares na segurança pública. Outro ponto de destaque, que também acarretará mudanças na atual legislação, é a dispensa de licitação na compra e venda de armamentos.

Distribuição das Forças

O Plano de Defesa também estabelece a distribuição geográfica das Forças Armadas. A ideia do governo é deslocar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica dos estados do Sul e do Sudeste para as regiões de fronteira e para o Amazonas. Segundo o ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Marinha deve ganhar um novo ponto próximo à foz do Amazonas e outro no Nordeste.

Além da preocupação com a soberania das fronteiras do País, o governo quer reforçar os sistemas de defesa no litoral brasileiro, principalmente, na faixa onde se encontra a camada do pré-sal, localizada entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina.

Serviço militar obrigatório

Outra questão que consta no Plano diz respeito à manutenção do serviço militar obrigatório. De acordo com o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, todos os brasileiros com idade para se alistar deverão se apresentar às Forças Armadas. No entanto, aqueles que não forem incorporados pelo serviço militar terão que prestar serviço social obrigatório.

Orçamento

Inicialmente, o governo trabalha com a perspectiva de aumentar os investimentos e os custeios em Defesa, em 1% do Produto Interno Bruto (PIB), nos próximos cinco anos. Caso essa previsão seja confirmada, os recursos destinados às Forças Armadas passarão dos atuais 1,5% para 2,5% do conjunto de bens e serviços produzidos no País. Para 2009, o orçamento do Ministério da Defesa está estimado em R\$ 53,8 bilhões.



Governo trabalha com a perspectiva de aumentar os investimentos

Mas o governo trabalha com a perspectiva de aumentar os investimentos e os custeios em Defesa em 1% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos cinco anos. Caso essa previsão seja confirmada, os recursos destinados às Forças Armadas passarão dos atuais 1,5% para 2,5% do conjunto de bens e serviços produzidos no País. Para 2009, o Orçamento do Ministério da Defesa está estimado em R\$ 92,9 bilhões. O montante é o quarto maior da Esplanada atrás da Previdência Social (R\$ 243 bilhões), das Relações Exteriores (R\$ 209 bilhões) e da Saúde (R\$ 110 bilhões).

Para a execução das medidas, o programa estabelece a reorganização da hierarquia militar com a criação do Estado-Maior da Defesa que será chefiado por um oficial-general de último posto subordinado ao ministro da Defesa. O chefe do Estado-Maior ficará responsável, entre outras atribuições, pela unificação da estratégia e pelo sistema operacional das três Forças.

A proposta de Estratégia Nacional de Defesa foi estabelecida no decreto Presidencial de 6 de setembro de 2007, que criou o Comitê Ministerial para a sua formulação. Participaram da elaboração dos objetivos e metas do programa os ministérios da Defesa, de Assuntos Estratégicos, do Planejamento, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia.

O PROBLEMA FRONTEIRAS Um dos grandes problemas a serem enfrentados pelo Plano de Estratégia Nacional de Defesa é a questão das fronteiras. A mais explosiva localiza-se no extremo norte do Estado de Roraima onde rizicultores e indígenas travam uma disputa pela permanência na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A tensão se arrasta desde 1977 quando agricultores e pecuaristas começaram a invadir a reserva que tem uma extensão de 1,7 milhão de hectares e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana. No local, vivem cerca de 20 mil índios das etnias Ingari-kó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wa-



Valter Campanato/ABr

Unger: prestação do serviço social poderá ocorrer em regiões diferentes, a depender das necessidades

Os maiores orçamentos

Previdência Social.....	R\$ 243 bilhões
Relações Exteriores	R\$ 209 bilhões
Saúde	R\$ 110 bilhões
Defesa	R\$ 92,9 bilhões

pixana divididos em 150 comunidades.

Os conflitos entre os indígenas e os produtores se intensificaram em 2005, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou a criação da reserva e, conseqüentemente, estabeleceu a saída dos não-índios do local. A homologação é a última etapa de um processo de estudos de identificação e delimitação de um território indígena. A decisão, no entanto, desagradou a comerciantes, agricul-

tores, pecuaristas e políticos de Roraima. Na ocasião, o então governador do Estado, Ottomar Pinto (PTB), decretou luto oficial de sete dias por causa da regularização da reserva. Já os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a legalidade da área. Além dessa, existe pelo menos outras 30 ações impetradas na Suprema Corte pelo governo local e pelas entidades ligadas aos rizicultores.

Entre as justificativas dos requerentes está a alegação de que o impedimento do uso da reserva para fins de plantio e pecuária vai impedir o desenvolvimento econômico do Estado. Além disso, também contestam o laudo antropológico realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em que se apóia a demar-

Para deputado, o Congresso precisa tomar iniciativa de abrir as discussões

O presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), disse que determinados pontos do Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como o que prevê a dispensa de licitação para as Forças Armadas, causará polêmica quando o projeto de lei chegar ao Congresso. Fala, também, sobre a viabilidade da execução do plano frente à crise econômica. Criada em novembro do ano passado, a Frente Parlamentar é integrada por 227 parlamentares e tem como atributo contemplar o relacionamento e cooperação entre o Congresso Nacional e a Defesa.

Desafios — Qual é a necessidade do Plano de Estratégia Nacional de Defesa para o País?

Jungmann — O plano representa uma definição de estratégia de defesa que nós não temos há décadas. Nesse período, o Brasil cresceu e se desenvolveu, ou seja, ampliou o seu protagonismo internacional, projetou-se cada vez mais como um *global player*, ao mesmo tempo que permaneceu diminuto em relação a estratégias de defesa. Esse plano foi concebido como um escudo para o desenvolvimento do País. Ele vem para ocupar uma lacuna.

Desafios — Existe ambiente político no Congresso para a análise das propostas previstas no plano?

Jungmann — Com certeza os projetos vão despertar polêmicas, vão desatar toda uma discussão, o que é bom. Você deve ter mudanças nas leis de licitação, no marco legal, um conjunto de leis e uma agenda que deve estar chegando aqui ao longo de 2009. Infelizmente, nós vamos discutir apenas os aspectos legais e legislativos que são parte do plano e não o plano em si como eu defendo. Eu acho que é uma questão da qual o Congresso tem que participar até porque o Congresso participa muito pouco.



Elza Fiuza/ABr

Jungmann: governo centralizou as decisões, deixando à margem o Parlamento e a sociedade

O Brasil se projetou cada vez mais como um 'global player,' mas permaneceu diminuto em relação a estratégias de defesa

Desafios — Por que os congressistas dão pouca atenção a esse tema?

Raul Jungmann — Essa questão fica muito centralizada nas mãos do Poder Executivo. Isso faz com que o Congresso e a própria sociedade careçam de uma cultura de defesa. E quando você observa outros países que estão no mesmo nível do Brasil que são os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), têm projetos robustos de Defesa.

Desafios — Diante da crise econômica que se configura para 2009, o plano é viável?

Raul Jungmann — Vai depender do governo. Se ele olhar apenas sob o ponto de vista fiscal, eu diria que as chances são escassas. O governo está fazendo uma série de bondades em termo de imposto de renda, liberação de compulsório para dinamizar o consumo. Essa é uma área que tem um impacto sobre o consumo e também sobre os meios de absorção de mão-de-obra. Então, pode ser uma estratégia em meio à crise estimular um pacote como esse. Agora, se chegou a esse nível de proposta que envolveu mais de um ano de trabalho, vários ministérios e as três Forças Armadas, eu acredito que tem que haver um comprometimento político do governo com o atendimento, senão total, pelo menos parcial, dos custos. Um trabalho como esse não pode apenas ficar no papel.

Os índios de Roraima conseguiram manter a reserva contínua, por decisão do STF

Valter Campanato/ABr



Pajelança: lideranças indígenas foram a Brasília defender seus interesses. O julgamento não acabou: ainda há, entre os ministros, divergências sobre detalhes

cação da terra indígena. A manutenção da soberania nacional é outra questão levantada pelos arroteiros. Eles defendem que as áreas próximas às fronteiras com a Venezuela e com a Guiana sejam habitadas por não-índios. Para os produtores, o povoamento dessa região por civis é a única forma de garantir a segurança nas divisas.

VITÓRIA DOS ÍNDIOS Todos esses argumentos, no entanto, foram desconsiderados por oito ministros da Suprema Corte que votaram pela permanência da demarcação continuada da reserva. Em seu voto, o ministro Cezar Peluso lembrou que o fato de a área em disputa ser uma reserva indígena não impede a ação dos militares no local. “A demarcação contínua não implica em restrição às atividades da Forças Ar-

madas para entrar, sair e permanecer na área indígena, bem como para construir estradas, fiscalizar, intervir, integrar e apoiar processos de subsistência dos índios”, afirmou.

Essa prerrogativa também foi destacada pela ministra Cármen Lúcia: “As tarefas de segurança nacional não podem ficar a cargo de uma população não capacitada para isso, mas também não se pode pensar em submeter as Forças Armadas à autorização dos silvícolas para exercerem seu papel constitucional”. Já o ministro Menezes Direito determinou, em seu voto, que a instalação de bases, unidades, postos e demais intervenções militares na área não será submetida à aprovação das comunidades indígenas envolvidas e à Funai.

Quanto ao suposto prejuízo econômico à região, o ministro Joaquim Bar-

bosa ressaltou que a produção na Raposa Serra do Sol corresponde a 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e que o plantio de arroz pode ser realizado em outras áreas fora da reserva.

Apesar do voto da maioria dos ministros pela manutenção da reserva em área contínua, o julgamento ainda não foi encerrado. Em dezembro do ano passado, o ministro Marco Aurélio pediu prazo maior para análise da ação. Não há ainda uma data estabelecida para o reinício do julgamento. De acordo com o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, uma nova sessão para apreciar o caso deve ocorrer no primeiro semestre. Até lá, os produtores poderão permanecer na reserva. O desfecho desse processo vai servir de orientação para outros que também tratam sobre a demarcação de 227 áreas espalhadas em todo o País. **II**

Educação profissional e tecnológica



Os institutos federais deverão ter a agilidade para conhecer a região em que estão inseridos e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, mas com a temperança quando da definição de suas políticas para que sejam verdadeiramente alavancadoras de desenvolvimento social e econômico

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) contém um conjunto de importantes decisões relacionadas à educação profissional e tecnológica, uma parcela delas dirigida à rede federal. Em relação a esta, há o inegável destaque para a sua expansão, com a criação de novas unidades (em 2002, eram 140 unidades; no ano de 2010, a rede atingirá 354 unidades, tornando-se uma das estruturas educacionais de maior capilaridade no território nacional).

No curso da expansão da rede federal, entram em discussão sua reorganização, bem como a redefinição/ampliação de sua função. Para tanto, tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei (PL no 3775/2008) que propõe a criação de trinta e oito institutos federais de educação ciência e tecnologia, hoje ainda reconhecidos como centros federais, escolas técnicas, escolas agrotécnicas. Os institutos federais serão, por definição, instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Assim, além da oferta dos cursos de qualificação profissional em nível básico e técnico, ministrarão cursos superiores (graduação e pós-graduação) e desenvolverão pesquisas visando a atender, principalmente, às demandas das comunidades de seu entorno.

O surgimento desses institutos federais pauta-se na valorização da educação pública e no reconhecimento do estratégico papel para o país da educação profissional e tecnológica. Ao estabelecer que todas as unidades vinculadas aos institutos federais terão elevado e isonômico grau de autonomia, afirma-se também ser o território o destino essencial de sua função ao mesmo tempo que se insere em sua pauta regimental o compromisso com um desenvolvimento socioeconômico que perceba antes o seu "lôcus". Isto implica uma atuação permanentemente articulada, contextualizada e sistêmica com a sua região de abrangência. A autonomia dos campi dos institutos federais responde à necessidade

de se forjar e fomentar o desenvolvimento de uma educação profissional e tecnológica a partir de uma demanda que seja socialmente plena, que considere as diversas representações sociais, desde as oriundas da chamada produção elaborada, os médios e pequenos empreendimentos e os movimentos sociais, traduzindo-se, assim, em ações que resultem do efetivo diálogo com o local e o regional, numa perspectiva que assegure a sintonia com o global.

O desenvolvimento local também pode ser entendido como a forma concreta com que os atores sociais tentam construir a efetivação de seus interesses, formas estas sobredeterminadas por fatores macro que são indispensáveis em sua construção (determinantes em nível global e nacional por excelência), mas que concretamente aparecem como visão de mundo dos grupos sociais em ação. Os Institutos Federais deverão ter a agilidade para conhecer a região em que estão inseridos e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, mas com a temperança quando da definição de suas políticas para que sejam verdadeiramente alavancadoras de desenvolvimento social e econômico.

Enfim, ao lado da ampliação da estrutura física da rede federal, com a criação dos institutos federais, o atual governo também afirma uma concepção de educação profissional e tecnológica cujo papel precípua é o desenvolvimento de uma formação profissional que coloque em seu cerne a humanização e a democratização do progresso. Num mundo em que se vivencia um crescente esfacelamento do homem e de valores, a educação tecnológica pode concorrer para a transformação social na medida em que dá centralidade ao indivíduo e à formação de sua consciência crítica para se reconhecer como ser social mergulhado e comprometido com seu tempo e lugar, e, dentro dessa dimensão, a ciência e a tecnologia são consideradas em sua precípua função de se posicionarem a serviço da humanidade.

Luiz Augusto Caldas Pereira é diretor de Políticas da SETEC/MEC



Integração de projetos rende prêmio a Osasco

Prefeitura aposta em programas de transferência de renda e geração de empregos para a população. Os resultados foram positivos e houve reconhecimento do governo federal

Integração de ações. Esta foi a receita seguida pelo município de Osasco para melhorar a qualidade de vida de sua população, e merecer destaque no 2º Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família – Prêmio Josué de Castro – do Ministério do Desenvolvimento Social. Por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, o município implantou o Portal do Trabalhador e a Oficina Escola Têxtil. Com essas iniciativas, criou uma política articulada de programas sociais com ações de geração de emprego e renda para os beneficiários do Bolsa Família.

As duas ações da Prefeitura de Osasco – município da Região Metropolitana de São Paulo – foram premiadas por uma banca examinadora formada por acadêmicos e representantes da Organização das Nações Unidas

Portal do Trabalhador intermedeia a recolocação da mão-de-obra desocupada,

(ONU). Com o Portal do Trabalhador, Osasco integrou políticas públicas na área de trabalho e renda, reunindo num único portal informações sobre serviços, disponibilidade de vagas de emprego, emissão de carteira de trabalho, micro-crédito, seguro desemprego e dados cadastrais de programas sociais, como o Bolsa Família e o Renda Cidadã. A partir dessas informações, a Secretaria analisa o perfil do trabalhador e o encaminha às empresas que precisam daquele tipo de profissional.

ATENDIMENTO De acordo com a Secretaria do Trabalho, as duas unidades do Portal do Trabalhador atendem, em média, 300 pessoas por dia. O trabalhador pode também se cadastrar no Portal pela internet. Os dados cadastrais do candidato a emprego são incluídos no Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Emprego, que processa todas as informações sobre procura de emprego e oferta das empresas. O próprio sistema identifica os candidatos com o perfil exigido pela empresa. A partir daí, os candidatos habilitados passam por uma pré-seleção com psicólogos e pedagogos do próprio Portal, que encaminha os selecionados à empresa. Os serviços continuam à disposição das empresas e dos trabalhadores mesmo depois da contratação. Segundo a Prefeitura, apenas 14 municípios brasileiros oferecem serviço de intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e geração de renda de forma integrada.

A outra iniciativa premiada – a Oficina Escola Têxtil – oferece formação profissional na área de confecção numa parceria como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). As alunas aprendem a profissão de costureira confeccionando uniformes escolares para os alunos da rede municipal, depois de passar pelo curso de formação profissional no Senai. Durante o



Faisal Cury, prefeito em exercício, recebe a premiação do presidente Lula: o segredo do sucesso deve...

treinamento, o programa garante a elas uma renda mensal. “O objetivo do programa vai muito além da bolsa mensal”, explica o prefeito Emídio de Souza. “Nosso objetivo é oferecer para as pessoas a oportunidade de caminhar com as próprias pernas. Por isso, são desenvolvidos muitos projetos de geração de renda e de capacitação que servem de portas de saída dos programas re-distributivos”, diz.

A Oficina Escola normalmente seleciona mulheres de baixa renda ou desempregadas, sem perspectiva imediata de recolocação profissional. A iniciativa faz parte do Programa Osasco Solidária, que atua também nas áreas de alimentação, estética e beleza, reciclagem e artesanato, sempre com o intui-

to de dar às pessoas de baixa renda opções de sobrevivência e inclusão social.

SOBREPOSIÇÃO A integração evita a sobreposição de ações e ao mesmo tempo dá maior efetividade às políticas públicas. “Osasco está no caminho certo”, afirma Dulce Helena Cazzuni, secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. A municipalização do sistema de trabalho e renda, segundo ela, permitiu ao município trabalhar de forma integrada com as políticas do governo federal. De acordo com dados da Secretaria, 297 mil pessoas foram atendidas no município pelos programas sociais, em 2008. As ações na área social fizeram a taxa de desemprego no município cair de 12,3%, em 2004, para 9,6%, em 2007. A infor-



...ser creditado ao trabalho integrado da equipe

malidade também apresentou redução de 37,4% para 36,1% no período.

“O Brasil já cumpriu, com dez anos de antecedência, a meta de reduzir a extrema pobreza até 2015. O número de pobres reduziu de 64,6 milhões em 2002 para 50,6 milhões em 2007”, ressaltou o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, na época da premiação. Ele se referia à Declaração do Milênio, conjunto de metas das Nações Unidas para acabar com a pobreza extrema e a fome até 2015. A ação do governo, com programas como o Bolsa Família e de emprego e renda, como o de Osasco, aliada à recuperação do mercado de trabalho retiraram da pobreza milhões de famílias nos últimos anos. **II**

A quinta maior cidade do Estado

O município de Osasco tem população de 700 mil habitantes, a quinta maior do Estado, ocupa o 23º lugar em Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios brasileiros, e tem um dos melhores índices de desenvolvimento humano. Situada na Região Metropolitana de São Paulo, tem uma economia dinâmica na área industrial e de serviços. Devido à sua proximidade com a capital, atraiu grandes empresas e instituições financeiras, como o Bradesco, mas as pequenas e microempresas desempenham um papel fundamental na economia municipal. Elas são responsáveis pelo emprego de grande parcela da mão-de-obra, como, aliás, acontece em todo o País. São mais de 9 mil estabelecimentos de pequeno porte, que respondem por 40% do emprego.

No segundo trimestre de 2008, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foram criados 3025 novos postos de trabalho na cidade. Destaque para os setores de serviços e comércio, responsáveis por 1.326 vagas e a produção de bens e serviços industriais, com outros 675 postos. Os trabalhadores com o segundo grau completo ocuparam a maior parte dos novos empregos criados (42,5%), enquanto os trabalhadores com nível superior completo ou incompleto ocuparam 596

postos (19,7%).

Os micro estabelecimentos (até quatro empregados) criaram 888 vagas. Os grandes, 1.405. Só em junho, os grandes estabelecimentos (500 ou mais empregados) criaram 993 novas vagas, 32,8% do saldo total do trimestre.

Osasco em números

Área: 65 km²

Habitantes: 701.012 (IBGE, 2007)

Ranking Nacional: 23º maior PIB do Brasil (R\$ 17,7 bilhões, em 2006)

Incidência da Pobreza: 38,75%

Índice de Gini: 0,39

Eleitores Apts: 514.045 (TRE-SP)





Divulgação

Indústria

Haiti utiliza tecnologia brasileira

Cooperativa do Haiti usa minifábrica de processamento de castanha de caju produzida e doada por brasileiros. Instalada em dezembro, a fábrica foi desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e doada pelo governo federal. De acordo com a estatal, o modelo propicia uma produção de baixo custo e possibilitará a inserção, ao mercado, de pequenos produtores que atualmente apenas fornecem a castanha in natura para as grandes indústrias.

A princípio, a processadora deve beneficiar 700 pessoas de Grande-Rivière-du-Nord, que fica a 300 quilômetros ao norte da capital haitiana, Porto Príncipe. Entretanto, para o pesquisador Fábio Paiva, da Embrapa Agroindústria Tropical, que tem sede em Fortaleza, a ação brasileira pode servir de incentivo para outras ações no mesmo sentido. Ele esteve no Haiti entre os dias 6 e 19 de dezembro acompanhando a instalação dos equipamentos.

“Naquela região existem várias ONGs [organizações não-governamentais] com recursos, que podem adquirir novas minifábricas. Vemos esse projeto como uma unidade demonstrativa, para incentivar a produção. Esperamos que a iniciativa privada e o governo também se motivem”, disse.

Medicina

USP mostra novo modelo de tomógrafo

A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) apresentou um aparelho de tomografia que deve reduzir o número de mortes de pacientes cuja respiração é mantida com ajuda de aparelhos. O tomógrafo tem tecnologia única no mundo e foi desenvolvido após dez anos de pesquisa, em um projeto conjunto do Laboratório de Pneumologia Experimental, da Escola Politécnica e do Instituto de Matemática Aplicada, todos da USP.

Segundo comunicado da Faculdade de Medicina, o aparelho ajudará o médico a monitorar, por meio de uma corrente elétrica de baixa intensidade, a condição dos pulmões enquanto o paciente é submetido à respiração artificial. Assim, será possível controlar, de forma adequada, o volume, a pressão e o fluxo do ar injetado nos órgãos, diminuindo os riscos de lesão.

Estatísticas citadas pela faculdade apontam que 40% dos pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) respiram por aparelhos. Desses, 40% morrem devido a complicações causadas por esse tipo de procedimento.

O novo aparelho começou a ser testado em 2006 em pacientes dos Hospital das Clínicas da USP e do Instituto do Coração (Incor). A partir do lançamento, o tomógrafo passará a ser comercializado.

Em 2009, as empresas Timpel e Dixtal serão as responsáveis pela produção do aparelho, que custa entre US\$ 6 mil e US\$ 8 mil.

Energia

Um motor movido a lixo e dejetos

Um motor que utiliza até lixo e sobras da agricultura como combustível para funcionar. Esta foi uma das novidades apresentadas por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na Exposição Tecnológica Mundial (Expowec 2008), realizada em Brasília.

De acordo com o pesquisador da Embrapa Luiz Guilherme Wadt (foto), o equipamento pode ser uma boa ferramenta para conciliar a produção de energia elétrica à preservação do meio ambiente. “É um motor de combustão externa, ou seja, a fonte de energia que faz ele trabalhar fica do lado de fora. Com isso, pode-se usar qualquer tipo de combustível, como o biodiesel, etanol, resíduos da agricultura, madeira, carvão, combustíveis fósseis como carvão mineral e derivados de petróleo”, explicou.

Segundo o pesquisador, restos de animais oriundos da criação de frangos e dejetos da criação de porcos tam-



José Cruz/ABr

bém podem ser utilizados como fonte de combustível do motor. O funcionamento consiste em equilibrar ondas de calor e frio que fazem os pistões funcionarem de forma constante.

“Imagine uma casa no campo em que um agricultor de baixa renda more lá e não tenha energia elétrica. Ele poderia ter um pequeno motor desse colocado no fogão de lenha. Enquanto a dona-de-casa faz a comida, o motor geraria energia suficiente para carregar a bateria que, mais tarde, propiciaria iluminação na casa”, exemplificou Wadt. Ressaltou que o motor serve apenas para uso estático, não podendo ser utilizado em automóveis e caminhões.

Financiamento

Finep apoia empresas com novas idéias

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), colocou em operação o Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime), com o objetivo de apoiar empresas nascentes que se destaquem pelo caráter inovador. O Prime prevê investir, até dezembro, R\$ 249 milhões em 2.015 empresas com até dois anos de existência.

O presidente da Finep, Luis Fernandes, e o diretor de Inovação da entidade, Eduardo Costa, assinaram convênios com 18 incubadoras-âncora que se encarregarão de fazer a seleção de empreendimentos candidatos a receber os recursos nos diversos Estados. Para participar do programa, as empresas devem desenvolver atividades tecnológicas e disponibilizar produtos que sejam viáveis economicamente. A meta da Finep é apoiar até 2011 um total de 5 mil empresas emergentes.

Camisinha feita com seringueira nativa é licenciada

A fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC) é a primeira estatal do setor habilitada para entrar nos mercados nacional e internacional de camisinhas, depois de obter a certificação ISO 9001:2000, conferido pela consultoria internacional BSI Management System, além das certificações do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com a certificação, a fábrica, produtora dos preservativos Natex, iniciou a distribuição de 1 milhão de camisinhas, fabricadas a partir do látex da seringueira nativa, aos programas de combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST) no Estado. A unidade é a primeira a não



usar látex de seringueiras cultivadas e a ter usina de centrifugação anexa à planta industrial.

“O diferencial da nossa produção é que é látex nativo, ou seja, da floresta amazônica, são as reservas e as co-

munidades extrativistas, com a produção extrativista nativa”, ressaltou a gerente-geral da fábrica, Dirlei Bersch. A empresa também passa a entregar sua produção — atualmente de 100 milhões de unidades por ano — ao Programa Nacional de DST/Aids, para distribuição gratuita por intermédio da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), no norte do País.

O convênio de cooperação técnica assinado com o Ministério da Saúde, no valor de R\$ 22 milhões que complementam o orçamento mantido também pelo governo estadual, prevê a realização de pesquisa científica para o desenvolvimento de gel lubrificante e retardante, para o tratamento de ejaculação precoce, a partir de produtos da floresta.

Importação de nutrientes vai sofrer redução

Em parceria com empresas do setor privado, a Embrapa Solos está desenvolvendo fertilizantes orgânicos à base de resíduos industriais. Com isso, o Brasil poderá reduzir a importação de nutrientes, que representa atualmente 75% do total de 30 milhões de toneladas consumidas por ano. Segundo o pesquisador José Carlos Polidoro, um dos coordenadores do projeto, atualmente o País importa 75% dos nutrientes que consome na agricultura, seja em resíduos orgânicos ou minerais, o que corresponde a um total de 22 milhões a 24 milhões de toneladas por ano. Quanto ao potássio, o País importa anualmente 92% do volume consumido.

A Roda d'Água, de Minas Gerais, foi a primeira empresa privada que procurou a Embrapa, interessada em criar produtos inéditos no mercado de agricultura orgânica, desenvolvendo fertilizantes próprios para a agricultura tropical, para maior aproveitamento dos nutrientes. Polidoro disse que o objetivo da Embrapa Solos é estimular empresas nacionais que já produzem fertilizantes orgânicos por processos não-tecnológicos, baseados na simples compostagem de resíduos orgânicos, oferecendo apoio tecnológico para que seus produtos tenham garantias técnicas mínimas que substituam o produto importado.

Inicialmente, a Embrapa Solos aproveitará resíduos usados pelo grupo Roda d'Água como matéria-prima — resíduos de cervejaria, como bagaço da cevada, fornecido pela Ambev, e do restaurante industrial da Fiat, para transformar em fertilizante orgânico. “O que queremos agora é aprimorar esse fertilizante”, acrescentou.

Células-tronco

Os primeiros resultados ainda vão demorar

Ainda não há previsão para os resultados das pesquisas com células-tronco embrionárias, que passaram a ser definitivamente permitidas no Brasil após o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em maio. De acordo com a vereadora paulista Mara Gabrilli, que é tetraplégica e preside o Instituto Mara Gabrilli de fomento a esse tipo de pesquisa, o avanço ao separar a primeira linhagem de células-tronco embrionárias ainda não permite fazer previsões concretas sobre o que será alcançado ou quando. “É muito difícil algum pesquisador fixar uma data”, diz Mara.

Ela alega que as pesquisas não vão chegar a tratamentos “como aspirinas, que você toma e sai correndo”, mas se garantirem qualidade de vida aos pacientes, já terão

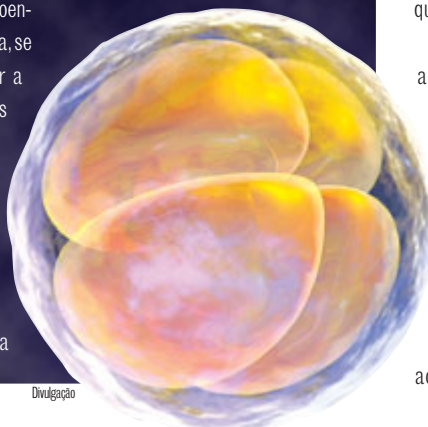
atingido o objetivo. “A gente tem que ter na mira qualidade de vida. Uma pessoa que era parapléica e passa a ter controle do esfíncter, já é qualidade de vida para essa pessoa. Aqueles que respiram com ajuda de aparelhos se passarem a respirar sozinhos, também é um grande avanço na vida deles”, explica.

Mara cita também os avanços que podem ser alcançados nas pesquisas com células-tronco em doenças degenerativas. Segundo ela, se o tratamento conseguir reter a doença, já será um ganho. “Nós estamos falando de gente que luta com a morte todos os dias”, completa.

O Instituto Mara Gabrilli capta recursos para as pesquisas, promove debates e eventos e leva a discussão para

autoridades, como os ministros do Supremo na época do julgamento sobre a liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias.

Mesmo assim, a expectativa das pessoas que dependem desse tipo de tratamento é grande. Segundo o o Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiências (IBDD), as pessoas não devem perder a esperança.



Um país de cabeça branca

O brasileiro está vivendo mais, constata pesquisa do Ipea. É uma conquista decorrente dos avanços na proteção social dos idosos. Ao mesmo tempo, a nova realidade requer uma adequação das políticas de seguridade social

Por **Gilson Luiz Euzébio**, de Brasília

Uma boa notícia: a população brasileira está vivendo cada vez mais. A expectativa de vida dos brasileiros aumentou de 67 anos para 72,5 anos entre 1991 e 2007, e deve chegar a 74,8 anos em 2015, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rápido processo de envelhecimento da população, devido à associação de maior expectativa de vida e queda na taxa de natalidade, está mudando a cara do Brasil, que, em poucas décadas, deixará de ser um país de jovens para se tornar um país de idosos.

O fenômeno impõe o grande desafio de se preparar para uma nova realidade, que exigirá mudanças amplas em toda sociedade. Programas públicos, transportes coletivos, oferta de bens e serviços terão que se adequar ao novo perfil da clientela. A transformação, ocorrida antes em países europeus, terá impacto significativo na economia e, principalmente, nas finanças públicas. Afinal, haverá um número crescente de pessoas recebendo benefícios e demandando serviços, e redução da quantidade de trabalhadores na ativa.

No próximo ano, haverá no Brasil uma massa de 20,4 milhões pessoas com mais de 60 anos, idade a partir da qual o indivíduo é considerado idoso pelo Estatuto do Idoso. Em 2020, serão 30,9 milhões, mais que o dobro do número existente em 2000, de acordo com o livro *Envelhecimento e Dependência: Desafios para a*

Organização da Proteção Social, publicado no ano passado numa parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Ministério da Previdência Social. Ao analisar as projeções do IBGE e de outras instituições, as pesquisadores do Ipea Analía Soria Batista, Luciana de Barros Jaccoud, Luseni Aquino e Patrícia Dario El-Moor, autoras do livro, chamam a atenção para o ritmo de crescimento de idosos em relação à população total: de 5,1% em 1970, para 8,6% em 2000, e de 10,5% em 2010. As estatísticas apontam para um processo de crescimento contínuo, que deve chegar, em 2040, a 55,5 milhões ou 26,8% da população brasileira, padrão semelhante ao de países desenvolvidos.

“A longevidade se dá pelas melhorias em saúde, saneamento básico, das opções por uma vida mais saudável – o que representa uma conquista”, comenta o ministro da Previdência Social, José Pimentel. É uma conquista há muito almejada pela sociedade brasileira, que fez significativo progresso na redução da mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida. “É preciso deixar bastante claro que o envelhecimento da população é um sucesso das políticas públicas. Todos nós queremos viver mais e com mais qualidade. É o sucesso da medicina, da sociedade, dos seres humanos”, complementa Helmut Schwarzer, secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério, em entrevista à Rádio Previdência.



Século 21: nas próximas décadas, o Brasil deixará de ser um país essencialmente de jovens para abrigar uma população com pessoas acima dos 60 anos

FENÔMENO MUNDIAL Trata-se, na verdade, de um fenômeno mundial, que chega tardiamente ao Brasil. Em 2000, 20,3% da população da Europa tinham mais de 60 anos de idade. O processo de envelhecimento populacional no continente europeu também vai se acentuar nos próximos anos, e deve ultrapassar um terço da população, em 2050, quando chegará a 36,6%. Os Estados Unidos igualmente convivem há mais tempo com o envelhecimento populacional. Em 2000, 16,2% dos norte-americanos tinham mais de 60 anos, enquanto nos países da América Latina apenas 8% eram idosos. Todas as projeções indicam para os próximos anos um ritmo mais acelerado no processo de envelhecimento nas nações em desenvolvimento, que terão taxas próximas às dos países desenvolvidos. Em 2050, a América Latina e o Caribe terão 22,5% de idosos, enquanto os Estados Unidos terão 27,2%.

“As políticas promovidas pelos estados de bem-estar social no pós-guerra levaram a uma melhoria considerável das condições de vida e de trabalho, contribuindo para o aumento progressivo da expectativa

de vida das populações”, relatam as pesquisadoras Ipea. Com isso, cresceu também o número de pessoas “muito idosas” – com mais de 80 anos de idade – e mais propensas, portanto, à perda da capacidade física e mental e a depender de outros para tarefas básicas. No ano 2000, 19,8% dos idosos dos Estados Unidos tinham mais de 80 anos; Na Oceania, 16,5%, na Europa, 14,6%, e na América Latina, 11%.

No Brasil esse grupo também assume proporções significativas: 1,8 milhão no ano 2000 e deve bater em 6 milhões em 2020, quando corresponderá a 2,7% da população total. “É um país que vai ficar mais velho mais rápido do que nós imaginávamos”, constata Schwarzer. A sociedade brasileira precisa se apressar. “A gente é sempre surpreendido, porque a população acaba por envelhecer num ritmo mais acelerado do que antes se estimava”, comenta Marcelo Abi-Ramia Caetano, pesquisador do Ipea, ressaltando que a taxa de fecundidade, de 1,9 filho por mulher, já está abaixo da taxa de equilíbrio populacional, ou seja, o ponto em que não haveria mais crescimento. Antes, estimava-se que esse fenômeno se

daria em 2063. Mas as últimas projeções indicam que isso ocorrerá em 2039.

VELOCIDADE MAIOR “Diferentemente das sociedades que foram envelhecendo em ritmo mais lento e que puderam se adaptar paulatinamente à situação, o Brasil enfrenta a exigência de, com certa urgência, ampliar o entendimento das implicações de ordem demográfica, econômica e social do processo de envelhecimento e organizar políticas para enfrentá-las”, alertam as pesquisadoras do Ipea. Aqueles países criaram novos serviços para atender a essa faixa etária. O grande problema é como financiar os gastos. No Brasil, haverá impacto no sistema previdenciário. “Cabe à Previdência Social adaptar-se ao novo cenário, planejando o futuro para vencer os novos desafios”, diz o ministro José Pimentel. “Isso tem impacto sobre o sistema previdenciário: aumenta o tempo de duração de benefícios de aposentadoria e reduz o número de contribuintes”, explica Schwarzer, acrescentando que, no futuro, serão necessárias adaptações para dar sustentabilidade ao sistema.

Caso as regras de aposentadoria permaneçam, o Estado não poderá pagá-las

Elza Fúziz/ABR

Mantidas as regras atuais, o gasto será tão elevado que o Estado não terá como arcar com o pagamento dos benefícios, afirma Marcelo Caetano. “A população está envelhecendo num ritmo muito acentuado e isso vai acabar impondo a necessidade de um conjunto de reformas da Previdência”, afirma. Ele sugere a imposição de limite de idade para aposentadoria, alteração nas regras de pensão por morte e a desvinculação do piso previdenciário ao salário mínimo.

“Não vejo possibilidade de sustentação da vinculação num horizonte mais longo”, diz. É que o salário mínimo sofre reajustes acima da inflação, que são repassados ao aposentado ou pensionista que ganha o piso. A proposta de desvinculação é polêmica: as centrais sindicais e as entidades que representam os aposentados vêem nela uma ameaça, que poderia resultar no achatamento do valor dos benefícios. Os representantes dos aposentados reivindicam, inclusive, a vinculação de todos os benefícios ao salário mínimo. No ano passado, o Senado aprovou projeto de lei estabelecendo a correção dos benefícios previdenciários pelo mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

O Brasil enfrenta, no entanto, um desafio mais imediato, o de incluir na rede de proteção social milhões de trabalhadores que estão na informalidade. “Cabe interrogar como será a velhice das pessoas que estão construindo suas trajetórias de vida nestas últimas décadas, caracterizadas pelo aumento da informalidade do mercado de trabalho e pela crise do emprego”, pontuam as pesquisadoras do Ipea. Sem direito aos benefícios previdenciários, elas cairão na assistência social. “Não é um desafio só para a Previdência Social”, confirma o secretário Helmut Schwarzer. Em 2008, destaca, para cada 100 crianças de zero a 14 anos, havia quase 25 idosos. Em 2050, serão 172 idosos para 100 crianças. A idade média dos trabalhadores vai aumentar, e com ela a probabilidade de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.



Schwarzer considera o envelhecimento um avanço do ser humano: “Todos querem viver mais”

“São desafios múltiplos”, comenta Schwarzer, ressaltando que todos são decorrentes da conquista de melhores condições de vida pela população. Haverá aumento de gastos também em saúde, que terá que adequar os serviços ao perfil do público. Em compensação, prevê-se menos pressão por gastos em outras áreas, como educação, já que haverá menos crianças. A questão, segundo Marcelo Caetano, é que a redução de gastos em algumas áreas será muito menor do que o crescimento de despesas em outras. Os impactos não se limitam à questão financeira. Schwarzer prevê mudanças no perfil da assistência social, dos benefícios previdenciários, do transporte público, da economia e até mesmo da arquitetura.

CUIDADO COM IDOSOS No livro *Envelhecimento e Dependência: Desafios para a Organização da Proteção Social*, Anália Soria, Luciana Jaccoud, Lusení Aquino e Patrícia El-Moor analisam os sistemas de proteção social aos idosos na Alemanha, Japão, Estados Unidos, Espanha, França, Reino Unido e Suécia, que convivem há mais tempo com o fenômeno do envelhecimento. Antes as famílias se encarregavam de cuidar dos idosos. A inserção da mulher no mercado de trabalho, a queda da taxa de nata-

lidade, a emigração dos jovens para outras localidades, segundo elas, reduziu o número de potenciais “cuidadores” e forçou a incorporação do tema envelhecimento nas políticas públicas.

“Tal situação exige a organização da oferta de serviços e de atendimentos especiais no âmbito da proteção social, diferentes dos prestados tradicionalmente pela previdência social, pela assistência ou pela saúde”, relata a publicação. Nos países pesquisados, há serviços domiciliares de apoio aos idosos para atividades básicas, como as de levantar da cama, tomar banho, tomar medicamentos. Esses países cobrem os custos das obras para adaptação da residência às necessidades da pessoa idosa e oferecem incentivos aos “cuidadores informais”.

No Brasil, a seguridade social cumpre importante papel na distribuição de renda para as populações mais pobres. No campo jurídico, o País avançou: a Constituição estabelece a proteção ao idoso como dever da família, da sociedade e do Estado. A assistência social criou a classe de proteção especial, que inclui cuidados domiciliares para idosos e pessoas com deficiência. No setor de saúde, foi instituída, em 1999, a Política Nacional de Saúde do Idoso. Mas as ações, segundo as pesquisadoras do Ipea, ainda são insatisfatórias. **II**

A sociedade contra o liberalismo

Belém sedia, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro, o Fórum Social Mundial (FSM), um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, organizações não-governamentais (ONGs) e outras entidades da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. O primeiro encontro foi realizado em Porto Alegre em 2001, e se configurou como um processo permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais.

O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização.

Todas as atividades inscritas serão autogestionadas. As organizações proponentes devem se encarregar de definir o formato, nomes de palestrantes e outras questões. A organização do FSM garantirá o local para a realização da ati-

vidade e também se responsabiliza pela divulgação. As atividades serão desenvolvidas na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

A marcha de abertura ocorrerá na tarde do dia 27. O dia 28 será o *Dia da Pan-Amazônia: 500 anos de resistência, conquistas e perspectivas afro-indígena e popular*. Com esta ação, os organizadores se propõem a levar ao mundo as vozes da Amazônia, por meio de diversas atividades, como testemunhos, conferências, celebrações e mostras culturais. De 29 a 31, serão realizadas as demais atividades autogestionadas. Por fim, no dia 1º de fevereiro ocorrerá o encerramento do FSM 2009, com ações descentralizadas e autogestionadas, onde devem ser apresentados os acordos, declarações e alianças construídas no decorrer do evento.

JUVENTUDE Como nas edições anteriores do FSM, o Acampamento Intercontinental da Juventude alojará milhares de participantes do evento, funcionando como um espaço com vida própria, com programações culturais e políticas.

O acampamento estará localizado dentro do território do Fórum, na Universidade Federal Rural da Amazônia.

Além disso, o FSM 2009 inaugurará uma nova modalidade de participação via Internet. Com isso, organizações que não puderem estar presentes em Belém poderão participar do processo de debates pela “Belém Expandida”. O Conselho Internacional do FSM aprovou um convite para a inscrição e realização de debates por organizações e movimentos a partir de suas próprias cidades ou países, podendo estabelecer conexões com outras atividades do Fórum.

Para implementar a idéia da Belém Expandida, um território virtual está sendo construído para abrigar iniciativas descentralizadas e conexões com o território amazônico, promovendo a troca de experiências, a construção de convergências e o fortalecimento das alianças. Os momentos de interconexão entre as atividades poderão ser feitos através da internet (em chats de texto, áudio ou videoconferências), ou utilizando outras formas de comunicação (transmissões de rádio, cartas e outros).



Os organizadores do evento calculam: pelo menos 80 mil pessoas deverão participar do encontro em Belém

Brasil: O Estado de uma Nação

O Brasil viveu, nas última duas décadas e meia, um longo período em que os problemas conjunturais ultrapassaram a esperança no futuro. A inflação, a dívida pública, a semi-estagnação e a ausência de um projeto nacional estilharam a autoconfiança de toda uma sociedade em seu potencial de construir, a partir da sua vontade e ação, um outro país mais justo e próspero.

Recentemente, porém, nossa economia voltou a crescer e os investimentos e as contas externas apresentaram bons resultados. O Estado também pareceu recuperar, aos poucos, seu espaço para fazer política econômica. Chegou-se, mesmo, a um certo otimismo em relação à questão social. Todo esse ambiente trouxe de volta uma questão fundamental, esquecida nos tempos de turbulência: qual o país que queremos?

Para se pensar um país renovado, contudo, o Estado é fundamental. Não houve, na história do capitalismo qualquer nação que tenha alcançado o desenvolvimento sem um Estado forte, muito atuante e bem estruturado. Mesmo no Brasil, a história é clara ao apontar o quanto as políticas públicas permitiram o fim da condição primário-exportadora e o alcance da industrialização. No lado oposto, o Estado não revelou o mesmo interesse sobre a problemática social. Até a Constituição de 1988, as ações sobre a pobreza e a desigualdade restringiam-se a pouco mais do que sistemas de saúde e educação frágeis e concentrados regionalmente.

É diante desse quadro que o debate sobre o desenvolvimento e os rumos da ação pública ganham importância. Hoje, depois de cinco anos de crescimento econômico e alguns avanços sobre as mazelas sociais, o “curto prazismo” pode, definitivamente, ser abandonado. É sobre isso que se debruça a nova edição de *Brasil: o Estado de uma Nação*: olhar profundamente o papel e os limites do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento da sociedade nos últimos anos. A discussão é levada a cabo por importantes pesquisadores sociais pertencentes aos quadros do Ipea e também convidados. Ali, nos quatro volumosos capítulos, estão explícitas muitas das preocupações presentes nos debates cotidianos.

Por exemplo, no primeiro (*Estado e Macroeconomia*), evidencia-se que o governo tem papel fundamental na condução da economia, não só porque controla os preços-chaves, mas principalmente por sua capacidade estimular ou conter a demanda agregada e as expectativas dos empresários. Ali os pesquisadores não se furtaram a debater dois relevantes fenômenos: a possível retomada dos investimentos públicos em grande escala (PAC) e os investimentos diretos estrangeiros e seus impactos na economia nacional.

O segundo capítulo (*Estado e Inovação Produtiva*) discute o fundamental papel do Estado nas questões da ciência e tecnologia, assim como a incorporação deste saber à produção. As políticas brasileiras são comparadas com o que foi feito em outros países, completando uma ampla e frutífera análise.

Já o terceiro capítulo (*Estado e Política Social*) discute a atuação recente do Estado sobre a questão social, focando principalmente as áreas de saúde, educação e os programas de transferência de renda. Torna-se, então, claro o quanto essas ações, principalmente a partir da Constituição de 1988, têm ajudado a melhorar os quadros de pobreza e indigência até há pouco vigentes no país.

Por fim, no capítulo 4 (*Segurança Pública*: entre a violência e a atuação do sistema de justiça criminal), a análise recai para o delicado tema da segurança pública, discutindo a situação, as dificuldades e alguns caminhos escolhidos pelo Estado para atuar sobre essa problemática.

O conjunto do livro, portanto, debate e retrata temas fundamentais que envolvem o Estado e sua relação com o desenvolvimento nacional. Assim, a consolidação, a análise e o caráter eminentemente aplicado do conhecimento ali exposto colocam questões que necessitam ser debatidas por toda a sociedade e principalmente por nossos homens públicos.

O Ipea, mais uma vez, cumpriu sua missão e o livro em tela é uma importante contribuição para se pensar o Brasil que se quer para os próximos anos.

Ricardo Luiz C. Amorim



Brasil: O Estado de uma Nação

Ricardo Luiz C. Amorim, André Gambier Campos
e Ronaldo Coutinho Garcia
Editora Ipea – 288 páginas – R\$ 35,00

Por que “ralé”?

O livro *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* (BH: UFMG; RJ: Iuperj, 2003), de Jessé Souza, reimpresso em 2006 pela editora da UFMG, é talvez a obra mais importante da sociologia brasileira nas últimas décadas. Como disse Axel Honneth, em seu prefácio à edição alemã do mesmo livro (*Die Naturalisierung der Ungleichheit*, VS Verlag, 2007), Jessé consegue unir teorias de vanguarda do pensamento social contemporâneo de modo a aplicá-las produtivamente para melhor compreensão dos problemas sociais da periferia do capitalismo. Nesse sentido, para Honneth, a contribuição de Jessé representaria não apenas considerável avanço para a auto-compreensão de sociedades como a brasileira, mas também contribuição importante para a própria teoria crítica internacional.

Qual a novidade do livro e por que é um avanço em relação aos paradigmas explicativos hoje existentes? Num contexto dominado ainda por uma compreensão tosca e anacrônica da realidade brasileira, como se ela fosse dominada por relações sociais pessoais pré-modernas de favor e proteção típicas de uma fazendinha de café do século XIX, todo o esforço de Jessé é mostrar a importância de critérios de classificação e desclassificação sociais modernos constituídos a partir de relações sociais impessoais que são também opacas à consciência individual. Num debate público acostumado a pensar o mundo a partir de categorias pseudocríticas como a de “patrimonialismo” (segundo Jessé o conceito mais influente das ciências sociais brasileiras) que pleiteia uma oposição simplista e superficial entre Estado (corrupto) e mercado (virtuoso e associado à sociedade como um todo), certamente a reconstrução de Jessé é uma fonte inesgotável de inspiração para toda uma nova geração de sociólogos ansiosa pela renovação do debate acadêmico e público brasileiro.

Para Jessé, a oposição entre Estado (corrupto) e mercado (virtuoso) é construída desde Sérgio Buarque nos anos 30 e seguida por praticamente todos os sociólogos, antropólogos e cientistas políticos brasileiros desde então. Essa oposição é falsa porque não percebe a ambigüidade constitutiva dessas instituições centrais do capitalismo e permite um “charminho crítico” de contrabando ao dramatizar um conflito superficial que, na verdade, encobriria todos os reais conflitos sociais brasileiros modernos. Dentre esses conflitos encobertos, o mais importante é o decorrente da formação, típica da periferia do capitalismo, de uma classe social de desclassificados que Jessé chama, provocativamente, de “ralé”. A “ralé” é “ralé” porque não é desclassificada apenas economicamente, mas também existencial, política e moralmente, produto de relações familiares instrumentais e desagregadoras que se transmitem de modo afetivo e emocional de geração a geração. O abandono dessa classe de desclassificados é percebido pelo autor como o maior conflito social do Brasil moderno e contemporâneo, conflito esse tornado invisível por categorias culturalistas e, hoje em dia de modo crescente, por categorias economicistas que escondem a origem social das diferenças individuais.

A teoria social proposta por Jessé Souza mostra toda a sua radicalidade quando se percebe que compreender sociologicamente a reprodução desta classe de desclassificados é, ao mesmo tempo, desvelar a concepção historicamente construída de “boa vida” inerente ao mercado capitalista, percebido até mesmo por grande parte da teoria crítica internacional como desvinculado de uma orientação de valor particular. A constituição da “ralé” como classe social específica é ratificada quando a estrutura familiar desagregadora resulta, no mercado de trabalho, em atividades desqualificadas, quando a impossibilidade de oferecer uma contribuição socialmente valorosa em termos de um desempenho profissional digno significa uma for-



A construção social da subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica

Jessé Souza

Editora UFMG – 207 páginas – R\$ 33,00

ma rebaixamento social que invade as outras esferas da vida, transformando cidadania formal em subcidadania de fato. Com este esforço teórico de articular os “valores objetivos” inerentes ao mercado, Jessé Souza contribui enormemente para que a crítica do capitalismo consiga mostrar os mecanismos avaliadores que constituem o desvalor diferencial dos seres humanos como sendo a patologia mais importante do mundo social.

Desse livro, originalmente publicado em 2003, seguiram-se o “A invisibilidade da desigualdade brasileira” (UFMG, 2006), com textos polêmicos com autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais brasileiras, e o recente “A ralé brasileira: quem é e como vive” (no prelo, 2009) com diversos trabalhos empíricos construídos ao longo de quatro anos com dez pesquisadores do CEPEDES (www.cepedes.ufjf.br) sobre os tipos sociais mais representativos da ralé brasileira. Para quem quer conhecer melhor por que as ciências sociais brasileiras perderam seu corte crítico ou para quem quer compreender como os brasileiros convivem com a naturalização e banalização da maior desigualdade social dentre as nações complexas e dinâmicas do planeta, a leitura deste livro é obrigatória.

Fabrizio Maciel e Roberto Dutra

Nível de atividade

Inflação ficará sob controle

A Carta de Conjuntura de dezembro, elaborada pela Diretoria de Estudos Sociais (Dimac) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que a inflação brasileira em 2009 estará sob controle devido aos impactos da crise mundial. "A incerteza quanto ao tamanho e ao tempo de duração da crise, aliada a uma retração do crédito no mercado doméstico, também deve gerar uma desaceleração da demanda interna, contribuindo para manter a inflação em 2009 sob controle", prevê o documento.

"Hoje a inflação já não é preocupação principal", disse Marcelo Nonnenberg, coordenador do Grupo de Análise e Projeções (GAP) da Dimac. A queda nos preços das *commodities* no mercado internacional refletiram, em dezembro, no recuo dos preços no mercado nacional acima do efeito da desvalorização cambial. Esse efeito deve continuar em 2009, devido à queda da atividade econômica. Os preços das matérias-primas, que contribuíram para aumentar a inflação em 2007 e 2008, também devem cair neste ano.

Para 2009, segundo o GAP, a perspectiva é de desaceleração da inflação. "Queda da demanda interna e continuidade de queda dos preços importados, principalmente combustíveis", destacou o coordenador. Ele apontou que o preço do petróleo pago pelo Brasil já caiu 11% desde o início da crise e deve cair mais.

No terceiro trimestre do ano passado, a demanda interna continuou crescendo acima do PIB, completando 14 trimestres de alta. Com a crise internacional, deve haver reversão nesse cenário, com impacto negativo sobre a atividade da economia. Nonnenberg explicou que, em dezembro, os dados já mostravam sinais de desaquecimento da economia, o que deve ser notado mais fortemente neste início de ano. "Estamos sentindo claramente os efeitos da crise", afirmou.

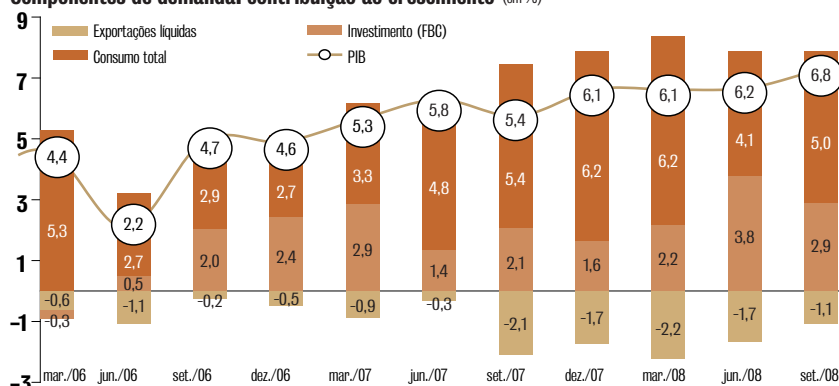
PIB: taxa de crescimento trimestral e acumulado no ano (em %)

	2007				2008			Variação anual	
	I	II	III	IV	I	II	III	2007	2008 ^a
PIB pm	5,3	5,8	5,4	6,1	6,1	6,2	6,8	5,4	4,2 5,2
Imposto s/ produtos	7,1	8,9	8,1	9,5	9,1	8,1	10,1	9,1	5,8 6,7
Agropecuária	5,6	1,5	8,7	9,9	3,8	9,3	6,4	5,3	3,6 4,4
Indústria	3,0	7,0	5,1	3,7	6,9	5,7	7,1	4,9	4,5 5,3
Serviços	5,8	5,2	4,5	6,0	5,2	5,4	5,9	4,7	3,9 4,9
Consumo - Total	6,0	6,0	5,3	6,3	6,3	5,5	7,1	5,7	5,3 5,9
FBCF	9,0	13,4	15,2	16,0	15,4	16,6	19,7	13,4	12,4 14,1
Exportação	6,2	13,6	1,7	6,2	-2,3	4,9	2,0	6,6	3,3 5,0
Importação	20,0	18,6	20,7	23,5	18,8	26,0	22,8	20,7	20,6 24,1
PIBpm var dessaz (%)	1,7	1,4	1,2	1,7	1,7	1,6	1,8		

Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP

^a Projetado

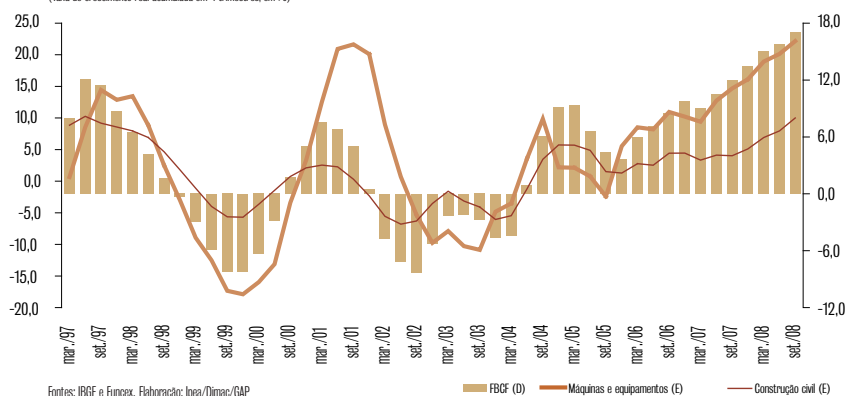
Componentes de demanda: contribuição ao crescimento (em %)



Fontes: IBGE e Funcex. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP

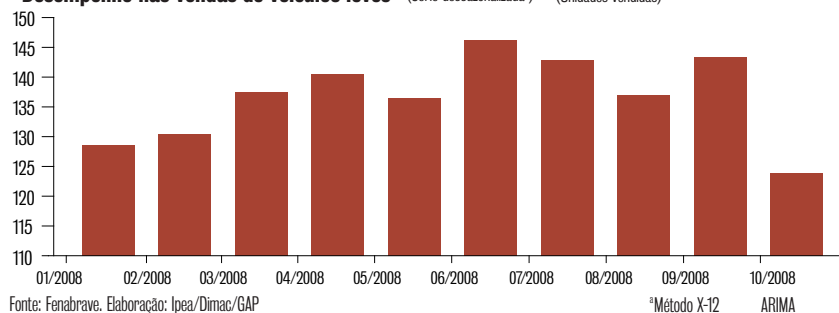
FBCF e componentes

(Taxa de crescimento real acumulada em 4 trimestres, em %)



Fontes: IBGE e Funcex. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP

Desempenho nas vendas de veículos leves (Série dessazonalizada*) (Unidades vendidas)



Fonte: Fenabreve. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP

*Método X-12 ARIMA

Projeções para a safra de grãos – 2008/2009

	2007/2008	Previsão 2008/2009	Variação (%)
Produção de Soja^a			
Estados Unidos	72.824	79.486	9,1
Brasil	61.000	60.000	-1,6
Área plantada^b			
Soja			
Brasil	21,30	21,50	0,9
Estados Unidos	25,96	30,10	15,9
Milho			
Estados Unidos	35,02	31,64	-9,7
Brasil	14,70	14,30	-2,7

Fonte: USDA

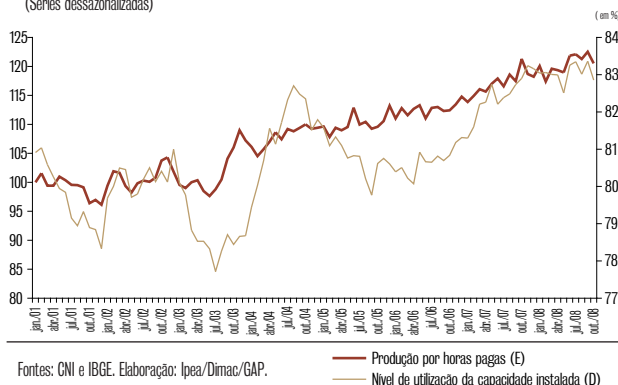
^a Mil toneladas métricas

Elaboração: Ipea/Dimac/GAP

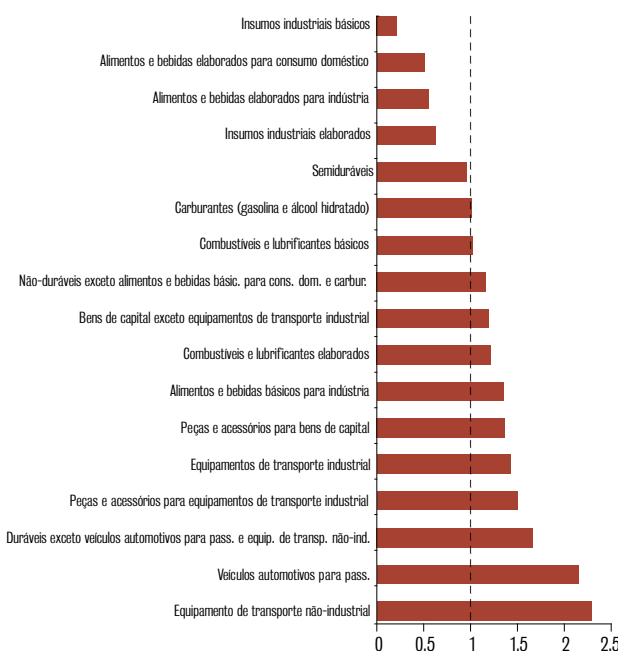
^b Milhão de hectares

Nível de utilização da capacidade instalada versus produtividade do trabalho

(Séries dessazonalizadas)



Medidas de volatilidade: coeficiente beta



Produção Industrial Mensal³

(Variação, em %)

	Out. 2008/Set. 2008	Out. 2008/Out. 2007	acumulado no ano	em 12 Meses
Geral	-1,7	0,8	5,8	5,9
Classes				
Extrativa mineral	-0,3	7,2	7,4	7,3
Transformação	-2,0	0,4	5,7	5,8
Categorias de uso				
Capital	-0,5	15,7	18,4	19,0
Intermediários	-3,0	-2,4	4,4	4,6
Consumo	-2,8	0,1	4,1	4,2
Duráveis	-4,7	-1,5	10,5	10,6
Semi e não-duráveis	-2,2	0,6	2,1	2,3
Insumos da construção civil	-0,3	7,7	10,5	9,8

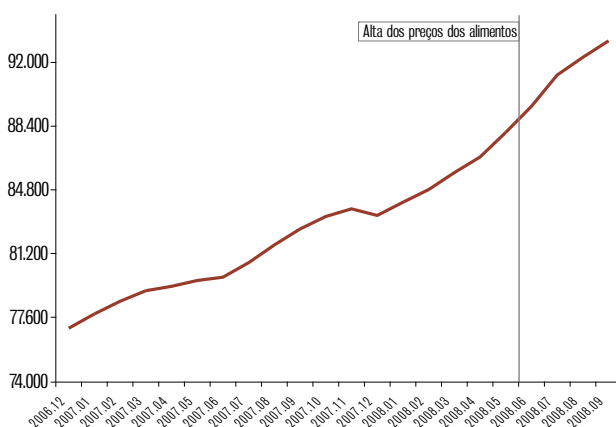
Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP

³ Sazonalmente ajustado pelo IBGE (método X-12), exceto construção civil cuja dessazonalização é realizada pelo Ipea através do método X-11.

Saldo devedor rural

(Série ajustada)³

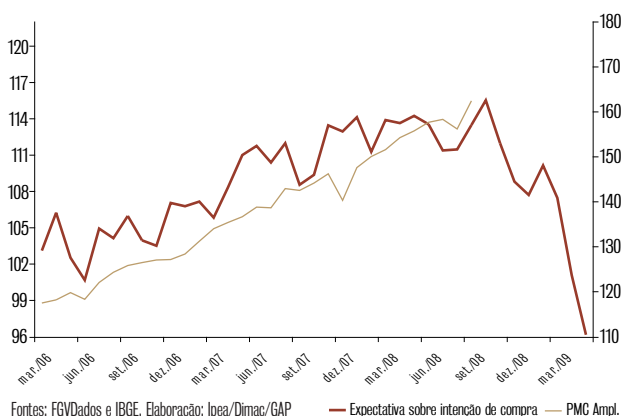
(em R\$ milhões de outubro de 2008, deflator: IPCA)



Pesquisa Mensal de Comércio e Índice de confiança do consumidor

(ICC-setembro de 2005 = 100)

(PMC-média mensal de 2003 = 100)



A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 906 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF

BOAS FESTAS

Ao Ipea e à equipe da Revista **Desafios** um Ano Novo cheio de realizações, resistência e bons trabalhos.

Armando Gouveia

São Paulo/SP

Meus sinceros votos de um feliz 2009, cheio de trabalho para o Ipea e muito desenvolvimento para todo o Brasil.

Francisco Pacheco

São Paulo/SP

Boas Festas e um ótimo 2009 ao pessoal da **Desafios**, que continuam fazendo esta ótima revista por muitos anos.

Maria Alice Freitas

Brasília/DF

PREÇOS 1

Após certa relutância, acabei cedendo às pressões familiares e contratei uma TV a cabo. Fiz uma pesquisa de mercado e notei que os “pacotes” oferecidos pelas operadoras têm preços muito parecidos, até mesmo nas promoções de final de ano que têm data certa para acabar. Não sou economista, mas isso não seria um típico caso de cartelização?

William Dantas Neto

Brasília/DF

PREÇOS 2

Viajo ao Rio de Janeiro com certa frequência por questões profissionais. Quando necessito pernoitar na cidade, costumo jantar no mesmo restaurante que fica em Copacabana, por ficar próximo do hotel onde me hospedo. Na última viagem, no início de dezembro, notei que os preços das refeições tiveram aumento médio superior a 30%. Algumas opções mudaram de nome e ficaram mais caras ainda, embora a receita fosse a mesma. Um dos funcionários do estabelecimento me contou que era o chamado “efeito verão”. A cidade fica cheia de turistas, principalmente estrangeiros, e os comerciantes resolvem faturar alto. É um abuso que precisa ser coibido.

Pedro Barreto

Brasília/DF

RAPOSA SERRA DO SOL

Quando a **Desafios** vai fazer uma matéria ampla, decente e bem aprofundada sobre o que vem acontecendo entre índios e agricultores na reserva em Roraima. Até agora só fomos (des)informados pelas TVs, jornais e revistas, que fazem uma cobertura alarmista e totalmente parcial contra os índios. Gostaria muito de saber o que realmente se passa por lá. Acho que a só a **Desafios** pode aprofundar o caso.

Wilson Carraro

Curitiba/PR

CRISE

Conversando com amigos que vivem na Europa – na Espanha, mais precisamente – notei certa preocupação com a crise econômica que os jornais e TVs estão noticiando. Parece que a situação lá está complicada. Não duvido que este problema vá bater na nossa porta, mais cedo ou mais tarde. Será

que o Brasil vai agüentar mais este tranco? O que o governo brasileiro pode fazer a respeito?

Maria Lúcia B. Castro

Salvador/BA

N. R. – *As preocupações da leitura têm fundamento. Nossa reportagem de capa da presente edição aborda a questão.*



Ricardo Stukert/PR

ENXOFRE NO DIESEL

Tenho acompanhado pela imprensa a discussão sobre a quantidade de enxofre no diesel distribuído no Brasil. Pelo que sei o enxofre é altamente tóxico e pode matar. Mas parece que há um lobby da Petrobras e das montadoras para adiar ao máximo a produção de diesel com menos enxofre e motores adaptados. Em Estocolmo na Suécia, toda a frota de ônibus urbanos roda com etanol brasileiro sem uma gota do venenoso diesel. Se lá é possível, por que não aqui? Pelo menos o etanol é o mesmo.

Luís Fernando Gontijo

São Paulo/SP



Acesse o conteúdo da revista **Desafios** do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br

A história, nossa e de outros países, mostra que o desenvolvimento é um fenômeno complexo, multidimensional, produto de sofisticadas interações entre projeto claro, conhecimentos e competências, poderes e recursos diversos, circunstâncias, acaso e vontades bem direcionadas.

Não há processo de desenvolvimento nacional que não seja liderado pelo Estado, por sucessivos e legitimados governos, que mobiliza um amplo leque de atores sociais e se move alimentado pelo desejo coletivo de construir um país diferente que realize ideais comuns.

É um resultado, sempre preliminar, de um jogo com muitos atores (daí exigência de coordenação, de articulação público-privado, de cooperação interclasses). Por ser um processo de transformação, requer a criação de institucionalidades que sejam consistentes com o novo e que fomentem as mudanças que demande para se afirmar.

Como podemos vislumbrar tal processo no Brasil do presente?



Ipea: por um Brasil desenvolvido

www.ipea.gov.br

Ciclo de Seminários

Perspectivas Do Desenvolvimento Brasileiro

O Ipea elegeu o desenvolvimento brasileiro de longo prazo como o motivo principal de suas atividades e projetos.

Sua missão institucional é produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

A partir daí, alguns desafios estão colocados

- **Formular estratégias de desenvolvimento nacional em diálogo com atores sociais.**
- **Fortalecer a integração institucional do Ipea no Governo Federal.**
- **Transformar o Ipea em um indutor da gestão pública do conhecimento sobre desenvolvimento.**
- **Ampliar a participação do Ipea no debate internacional sobre desenvolvimento.**
- **Promover o fortalecimento institucional do Ipea.**

O "Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro" pretende ser uma espécie de plataforma de reflexão sobre os desafios e as oportunidades do desenvolvimento brasileiro apresentando uma série de atividades que já começaram em 2008 e vão até 2010:

- **Ciclo de seminários "Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro"**
- **Oficinas de "Aperfeiçoamento em Temas do Desenvolvimento Brasileiro"**
- **Plano de pesquisa e publicações "Eixos do Desenvolvimento Brasileiro"**
- **Acompanhamento e análise das políticas públicas federais brasileiras**

Veja como participar do Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro no portal do Ipea.

www.ipea.gov.br

Ipea: por um Brasil desenvolvido



ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos
Estratégicos